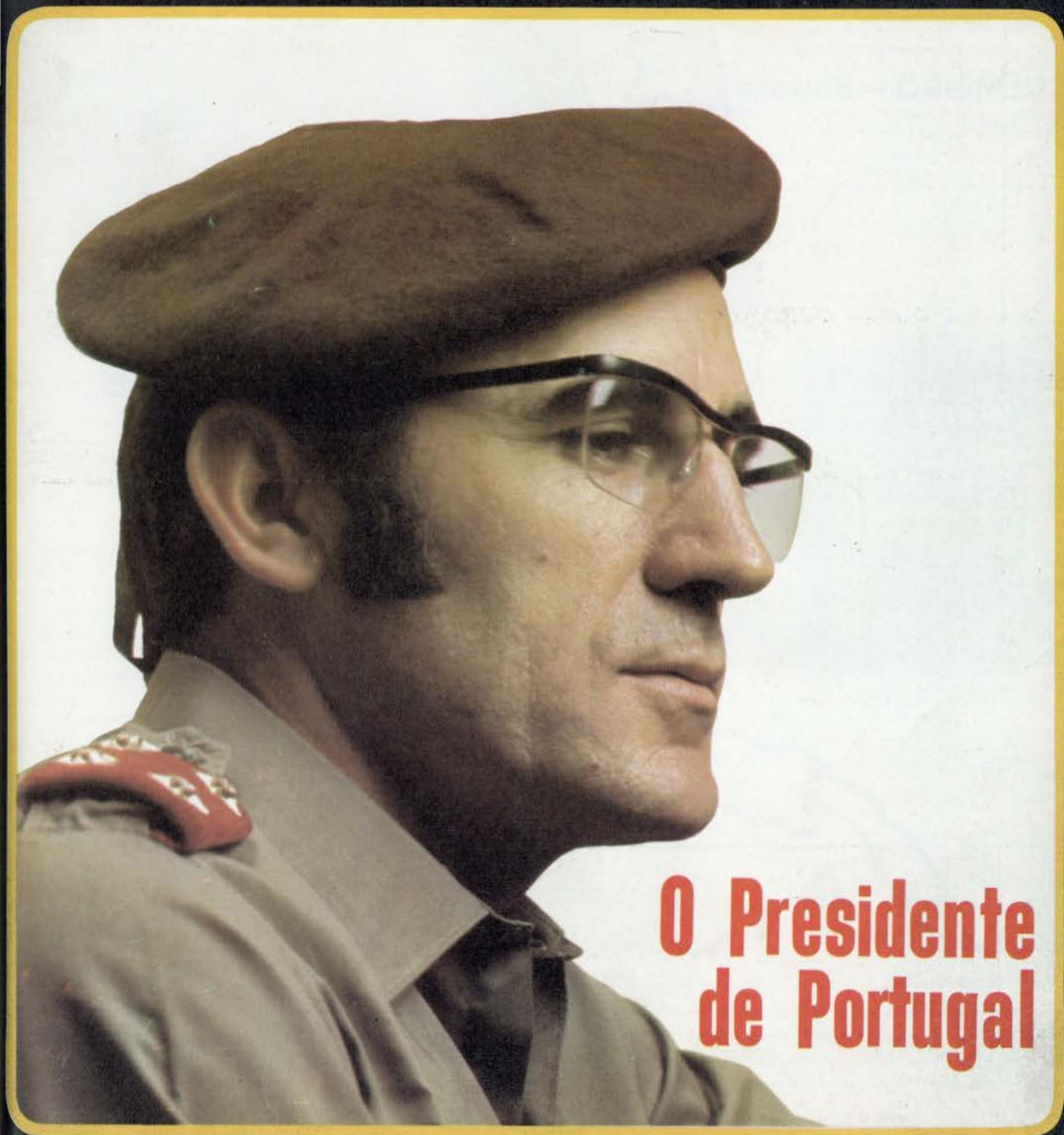


vida mundial

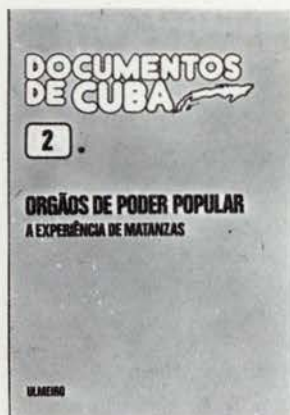
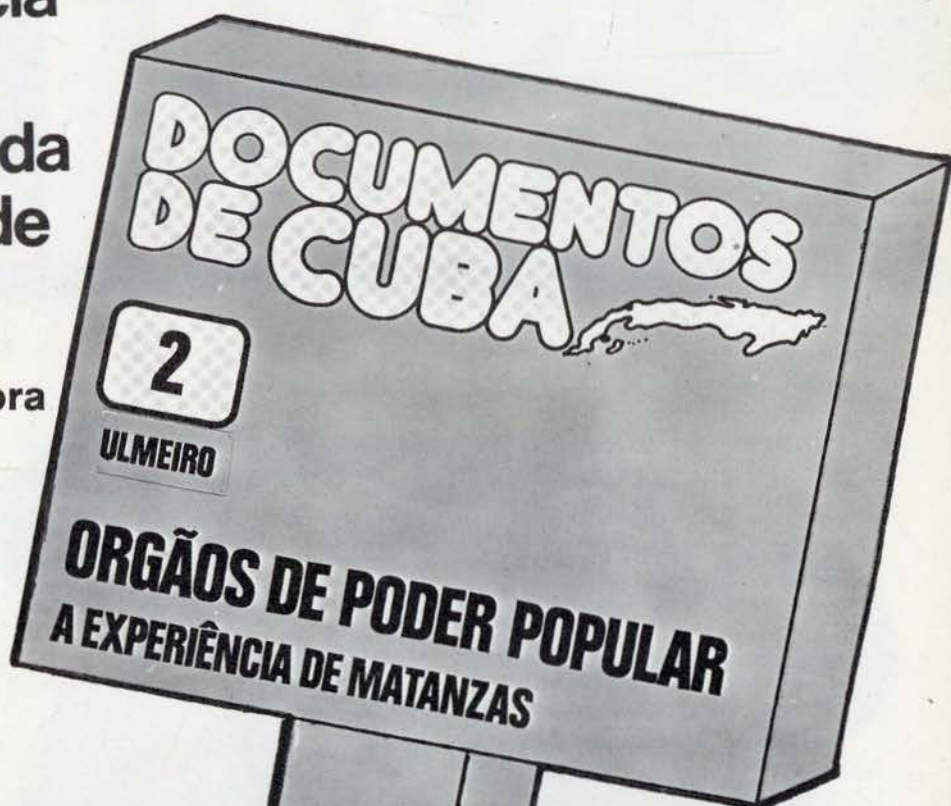
N. 1894 1/7/76
preço 15\$00



**O Presidente
de Portugal**

a importância
deste livro
está à medida
desta grande
questão

ULMEIRO — Editora



A VENDA
NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIDORA
O SÉCULO

Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:

Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:

A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15\$00

Assinaturas:

Via ordinária

Continente e Ilhas - 3 meses: 175\$50, 6 meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; outros países - 6 meses: 455\$00, 12 meses: 910\$00.

Via aérea

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764\$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201\$00; Espanha - 764\$00; Brasil - 1284\$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034\$00; outros países - 1493\$00.

Redacção e Administração:

Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:

Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:

Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

ELEIÇÕES: Caderno Especial

A eleição do novo Presidente da República domina, como é natural, este número da "Vida Mundial". Num caderno especial, que ocupa metade da revista (págs. 17 a 48), incluímos, além da reportagem completa do acto eleitoral, um conjunto de análises que ajudam a situar o perfil humano e político do novo Presidente.

Completando o serviço "especial eleições", inserimos ainda uma retrospectiva dos anteriores actos eleitorais e uma análise comparativa dos resultados das presidenciais e das legislativas - o que permitirá uma



ideia aproximada da fidelidade dos votantes às indicações dos respectivos partidos.

Ainda sobre o tema das eleições, duas secções habituais ("Os que riem e... os que choram" e "A la minuta") e um anedotário - porque, mesmo em matéria de eleições, "tristezas não pagam dívidas"...



AS LEIS EM REVISÃO

O País tem uma nova Constituição. Modificada a lei básica, fundamental da Nação, todo, ou quase todo, o direito vigente terá de ser revisto. São primeiros objectos dessa revisão o Direito da Família e a Lei Penal, para o que se constituíram já comissões de reestruturação.

Sobre o projecto de reforma do Direito Penal, "VM" falou com o dr. Figueiredo Dias, professor da Faculdade de Direito de Coimbra e um dos responsáveis pela revisão em curso. (Pág. 3)

sumário

A lei penal em revisão	3
Os surdos	8
O contradicionista	9
Imprensa: o nó do problema	10
Energia atómica: sim ou não?	13
Caricatura: convite à "balsa"	16
ESPECIAL ELEIÇÕES	17
Bolchoi: 200 anos	49
Museu da Nazaré	50
Música: "pop" e drogas	51
Cinema	52
O baile dos bombeiros	56
A África tem medo	58
Economia: medida errada	63
Multinacional chinesa?	64



ALFREDO COELHO CUNHA, de 22 anos, iniciou a sua profissão em "O Seculo Ilustrado", em 1972. Colaborou também na "Vida Mundial" e na revista "Mulher". Em 1973, foi galardoado com o prémio Joshua Benoiel, de reportagem fotográfica, instituído aos repórteres fotográficos da Sociedade Nacional de Tipografia.

Esta é a segunda edição do seu livro "Vidas Alheias".

Alfredo Cunha

VIDAS

editorial
O SÉCULO

ALHEIAS

Figueiredo Dias:

"CRIMES POLÍTICOS NÃO SÃO O MESMO QUE ACTOS TERRORISTAS"

Mudam os tempos, as vontades. As estruturas, as instituições. A sociedade e os seus sustentáculos. Como a Lei.

Lei básica, fundamental, Portugal tem já, conquista do 25 de Abril, uma nova Constituição. O Direito de Família, o Direito Penal virão a seguir.

Sobre a revisão da legislação penal, em curso desde princípio de Maio último, a "Vida Mundial" contactou o professor Figueiredo Dias, um dos seus principais responsáveis.

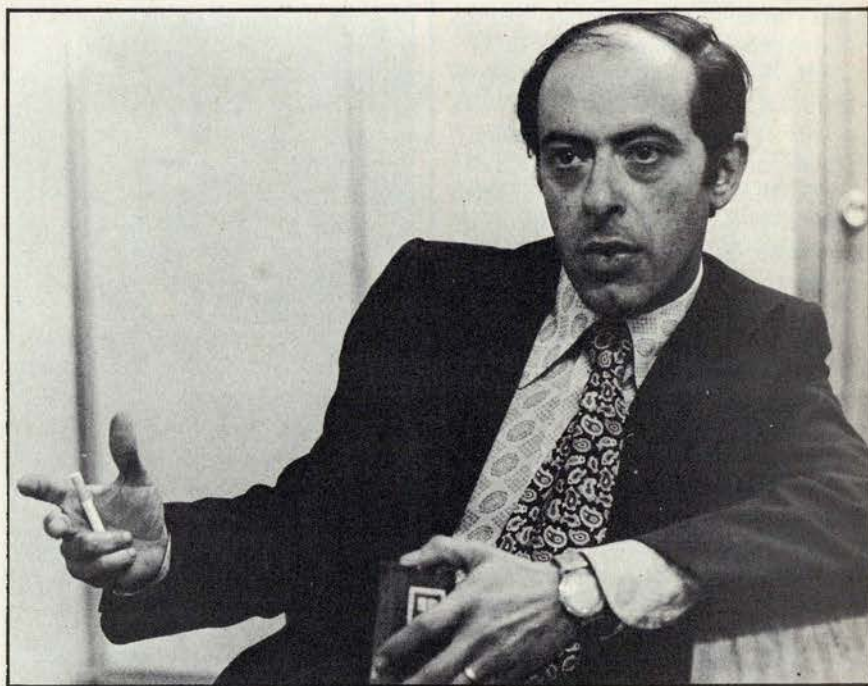
"Usando da autorização concedida ao Governo pelo artigo quinto da Carta de Lei de 14 de Junho de 1884: hei por bem, em nome de El-Rei, aprovar, para todos os efeitos, a nova publicação oficial do Código Penal, que com este baixo assinado pelo ministro e secretário de Estado dos negócios eclesiásticos e de justiça."

Foi em resultado desta autorização que o Governo promulgou o decreto de 16 de Dezembro de 1886, que aprovou a nova publicação oficial do Código Penal.

O Código Penal Português foi aprovado por decreto de 10 de Dezembro de 1852, contendo 489 artigos, distribuídos por dois livros. Em 1867, uma reforma penal e prisional altera profundamente o sistema das penas de Código, com particular relevo para a abolição da pena de morte, que se mantém, todavia, na legislação penal militar. Em 1884, uma proposta de lei, da autoria de Sampaio e Melo, vem dar origem à Nova Reforma Penal. Assim, a redacção fundamental do nosso actual Código Penal é a do Código de 1852, com a nova publicação oficial de 1886, em que foram introduzidos os princípios da Nova Reforma Penal de 1884.

Muitas leis avulsas, várias reformas parciais foram, entretanto, sendo in-

do Código Penal foi, então, encarregado o professor Eduardo Correia, que apresentou, entre 1963 e 1966, o projecto da parte geral e da parte especial do novo Código. Este projecto não viria, porém, a encontrar aprovação por parte do Governo. O Código de 1852 continuava, essencialmente, em vigor.



"Na minha opinião, o sistema que propõe o uso de menor severidade para o crime político não pode ser usado quanto aos actos terroristas"

troduzidas. Em 1961, a proliferação de ambas viria a fazer sentir a necessidade de um novo Código, que sistematizasse, eficientemente, a Lei Penal. Da elaboração de um projecto de reforma

A crescente intervenção do Estado na vida social vem, entretanto, aumentar assustadoramente a proliferação de leis penais — avulsas — que alteram, em parte, a Lei Penal, sem nunca virem a ser sistematizadas, englobadas numa reforma de conjunto. A aplicação da lei pelos tribunais torna-se cada vez mais difícil e morosa. Finalmente, o 25 de Abril, com todas as profundas

transformações estruturais e conjunturais que imprime à sociedade portuguesa, vem a exigir, inapelavelmente, a reestruturação da lei mestra da matéria.

Em 4 de Maio do ano corrente, uma comissão constituída pelos professores Eduardo Correia e Figueiredo Dias e pelo conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, dr. António Miguel Caseiro, são recebidos pelo ministro da Justiça, dr. Pinheiro Farinha, e pelos secretários dos Assuntos Judiciários e da Recuperação Social. O encontro constituía a primeira reunião de trabalho da comissão encarregada da revisão da legislação penal.

Sobre os principais objectivos dessa reforma, sobre o que poderá vir a ser o novo Código Penal Português, ouvimos o professor doutor Figueiredo Dias, da Faculdade de Direito de Coimbra, membro da comissão de revisão.

V.M. — Poderá, desde já, indicar-nos quais serão os principais pontos visados pela reforma?

F.D. — Ainda não existe um plano muito claro, neste momento. No entanto, algo vos posso dizer sobre o assunto: numa tentativa de reforma da Lei Penal, é evidente que o objectivo primeiro é o Código Penal, espécie de lei mestra da matéria. Simplesmente, existe, entre nós, muito desenvolvido, o costume de fazer leis independentes daquele — a legislação avulsa ou extravagante. Essas leis, aos milhares, serão, agora, também, objecto de reformulação.

Para além disto, existem, ainda, dois pontos fundamentais: o primeiro é o Código de Processo Penal, um dos códigos mais profundamente tocados por qualquer alteração constitucional, quanto mais por uma nova Constituição, como é o caso, neste momento, entre nós. Quanto a este, é quase fatal a necessidade de se elaborar um novo.

O segundo diz respeito à delinquência de menores. Esta oportunidade será aproveitada, ainda, para reformular a legislação relativa a menores delinquentes. Devo dizer, aliás, que Portugal tinha, em 1911, quanto a esta matéria, uma legislação extremamente progressiva, uma das mais progressivas do mundo. Só que o seu desenvolvimento e progresso posteriores não

foram acompanhados, motivo por que hoje se encontra muito desactualizada. Acresce que o aumento da criminalidade em todos os países — Portugal incluído — se deve, em boa parte, à criminalidade de menores, que, infelizmente, como sabem, aumentou de forma extraordinária.

Um outro ponto sobre o qual incidirá, também, a reforma é o regime prisional, ou, de uma forma mais lata, haverá que fazer uma nova lei de execução da pena, a qual substituirá a nossa reforma prisional, que, embora proveniente da ditadura, era uma lei muitíssimo bem feita e extremamente progressiva, da autoria do prof. Beza dos Santos, que hoje está, 40 anos volvidos, evidentemente ultrapassada.

“É IMPORTANTE DIVERSIFICAR O ARSENAL POLÍTICO”

V.M. — Falou de aumento enorme de criminalidade. Em sua opinião, que medidas poderão pôr travão a esse aumento, agora que a Lei Penal está a ser revista?

F.D. — Parece-me importante, antes de tudo, fazer uma distinção: o problema político da criminalidade — não confundir com criminalidade política — é, fundamentalmente, um problema daquilo que nós chamamos criminalidade violenta, real, efectiva, que acarreta intranquilidade para as pessoas. Eu creio que, se pudermos fazer a “descriminalização” de certas actividades laterais, é possível dirigir os meios policiais com maior eficácia. Em suma, primeiro que tudo é preciso, com tanta urgência ou maior ainda que a reformulação da própria legislação penal, reformular a estrutura e a orgânica dos chamados órgãos de controlo social, nomeadamente as polícias. É preciso dirigi-las contra aquilo que causa a intranquilidade das pessoas, contra o crime violento, procurando aproveitar, o melhor possível, os meios que se tem à disposição.

Um segundo ponto que também me parece muito importante é o da investigação científica do fenómeno do crime, infelizmente em estado rudimentar no nosso país.

Reputo também de muita importância diversificar e sofisticar o próprio



“Factor que reputo de maior importância no agravamento da criminalidade é a falta de controlo que existe, de há pouco, em relação às armas de fogo”

arsenal político. Portugal, não sei exactamente porquê, teve sempre uma certa propensão para se manter na primeira fila mundial dos meios de combate à criminalidade: no século XIX, a nossa ciência penal, como a nossa ciência penitenciária, eram das mais avançadas do mundo e a legislação sobre menores, 1911, de que já falámos, seguiu-lhes as passadas. Deixámo-nos agora, infelizmente, ultrapassar. Como penas temos hoje, unicamente, a prisão, a multa, e quase mais nada, enquanto lá fora se ensaiam, constantemente novas formas de combate ao crime: prisão aos fins-de-semana, por exemplo.

Por outro lado, parece-me fundamental — e espero que seja essa a característica mais marcada da reforma que processamos — atentar em que a pena de prisão está julgada e condenada pela História, embora ainda se não saiba como substituí-la integralmente e continue a ser um mal necessário.

Aliás, há séculos atrás, também não se sabia como substituir os suplícios do pótro e do fogo, o deceptar dos membros ou a exposição no pelourinho. Por enquanto, tenho, pelo menos, a esperança de que a comissão se orientará não só no sentido de melhorar as condições de cumprimento da pena de prisão mas, sobretudo, no sentido de limitá-la, na sua aplicação, através da utilização de outros meios, como, por exemplo, o sistema anglo-saxónico da "probation", ou cumprimento da pena em liberdade, orientada por um assistente social especializado, que tem provado muito bem em experiências tentadas. Simplesmente — e uma vez mais — tudo isto implica uma profunda alteração de estruturas, com a formação, neste caso, de assistentes sociais especializados. Esperemos que o Ministério da Justiça providencie nesse sentido, pois parece-me uma condição sine qua non de êxito do futuro Código Penal.

Aliás, a grande vantagem deste sistema de penas não institucionais — que não se cumprem numa instituição — para além de outras, até económicas — pois é um sistema que sai incomparavelmente mais barato ao Estado —, reside justamente no facto de facilitar em extremo a recuperação social do delinquente, não o retirando da influência da sociedade.

Por fim, e como factor que reputo da maior importância no agravamento da criminalidade, a falta de controlo que existe, de há pouco, em relação às armas de fogo. É necessário, imprescindível, que ele volte a existir. E urgentemente.

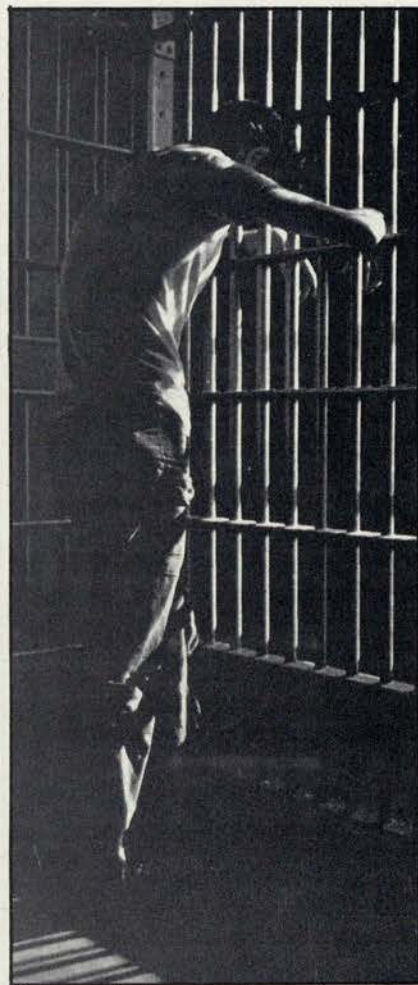
"A CASA ESTÁ MUITO DESARRUMADA"

V.M. — Falar de um plano em relação à revisão é ainda prematuro, não é verdade?

F.D. — Segundo uma reunião que tivemos com o senhor Ministro da Justiça, há alguns dias, fomos por ele informados que uma comissão estava encarregada de elaborar o projecto do chamado Código de Instituição Criminal, ou seja, uma parte do futuro Código do Processo Penal.

A nossa atenção vai debruçar-se, fundamentalmente, como é evidente, sobre o Código Penal e as chamadas leis complementares, portanto essa lei de menores delinquentes e, provavelmente, ainda, sobre uma lei geral que possa congrega toda a legislação extravagante de que já falámos e que, sobretudo de há uns anos para cá, durante os quais o Estado intervém mais directamente na vida social, tem crescido extraordinariamente. "A casa está muito desarrumada", até porque, nos últimos anos do regime anterior, fizeram-se algumas alterações à legislação penal e do Processo Penal, mas que nunca foram englobadas numa reforma de conjunto. Desta forma, a situação tornou-se muito complicada para a aplicação da lei e, não poucas vezes,

"O aumento da criminalidade deve-se, em boa parte, à criminalidade de menores"



mal se sabe qual a legislação revogada e qual a que está em vigor. É urgente, pois, que possa ter-se uma visão de conjunto. Não sei qual a orientação que a comissão terá em mente, mas, na maioria dos países nos quais se têm processado reformas deste tipo, a técnica geralmente utilizada é a seguinte: marca-se aquilo que nós chamamos uma longa "vacatio legis" — período que decorre entre a promulgação e a entrada em vigor de uma lei. Na Suíça e na Alemanha Federal, por exemplo, optou-se por um período de cinco anos. Com este longo espaço intermédio, pretende o legislador que, entretanto, se vá procedendo às outras reformas consideradas necessárias. Será essa, provavelmente, a técnica a adoptar entre nós.

V.M. — Encara-se a hipótese de elaboração de um novo Código Penal?

F.D. — Será praticamente inevitável e compreensível. Por várias razões. Em primeiro lugar, um Código Penal é constituído por uma parte geral, mais técnica, com menos interesse para o público, que procura traduzir o estado científico de aproveitamento da ciência do Direito Penal, e por uma parte especial, onde estão "desenhados", descritos, os diversos crimes. Esta segunda parte do nosso Código Penal, ainda hoje essencialmente em vigor no nosso país, data de 1852. Pode argumentar-se que essa parte é a tradução, aliás pouco feliz, do Código Penal Napoleónico de 1810, que ainda vigora em França. De qualquer forma, não pode haver dúvidas de que é um código extremamente desactualizado, em particular no que toca às relações sociais, que têm hoje uma complexidade impossível de comparar com as existentes em meados do século XIX.

Por outro lado, é evidente que o Movimento do 25 de Abril, com todas as suas repercussões, todas as transformações que operou na sociedade portuguesa, exige uma reestruturação radical da segunda parte do Código Penal. Um dos aspectos que, por exemplo, surge desde logo, no espírito das pessoas, é o que diz respeito aos crimes políticos. Do mesmo modo, os "crimes de perigo comum", isto é, a possibilidade de criar perigo para a sociedade através, nomeadamente, da

utilização da energia atômica, de certas formas sofisticadas da industrialização. Estes são assuntos que, pela sua gravidade, num país que se pretende em transição para o socialismo, necessitam um tratamento muito diferente do que se lhes poderia dar há alguns anos atrás.

Para além de tudo isto, há outros problemas do conhecimento público que será bom rever, como sejam os relacionados com a sexualidade, a criminalização ou não do aborto, e outros, impostos pela Constituição, nomeadamente o tratamento igualitário da mulher e do homem, nem sempre respeitados pelo antigo Código Penal — recordamos, por exemplo, a delinquência sexual, punida de forma discriminatória em função do sexo.

V.M. — O vosso plano de reestruturação inclui, portanto, desde já, um projecto de novo Código Penal?

F.D. — Principalmente isso. Estamos a começar por aí. Tomado como base do nosso trabalho o projecto apresentado, em 1963, pelo dr. Eduardo Correia, a nossa missão é, antes de mais, revê-lo do princípio ao fim.

V.M. — Existia, na legislação penal portuguesa, um único caso de pena de morte, a aplicar em tempo de guerra e “no próprio teatro da guerra”, nas palavras da lei. Mantém-se tal disposição?

F.D. — Esse problema tem de ser encarado ao nível da reforma da legislação penal militar, uma vez que aquela matéria foi reservada ao poder militar. Está, portanto, fora do nosso âmbito. Todavia, creio que essa disposição deverá, hoje, ser inconstitucional, uma vez que o problema foi considerado, especificamente, pela Assembleia Constituinte, a qual decidiu que a proibição absoluta da pena de morte abrangia também este caso, deixando, portanto, de existir qualquer vestígio daquela na Lei portuguesa.

“A DEMOCRACIA AFIRMA A LIBERDADE MESMO QUANDO A NEGA”

V.M. — Um ponto que, à primeira vista, parece passível de grande reforma, porque muito alterado em incidência e perspectivas, é o dos “crimes

contra a segurança do Estado”. Será assim?

F.D. — Efectivamente, assim é. A parte do Código Penal que diz respeito à criminalidade política não pode ser a mesma num país democrático e num país não democrático, numa forma de governo democrático e numa forma de governo não democrático. Não quero com isto dizer que democracia possa significar eliminação pura e simples da criminalidade política. A democracia, costuma dizer-se, afirma a liberdade mesmo quando a nega, isto é, mesmo quando a nega aos adversários da própria ideia democrática, pois ela, em suma, tem de defender-se dos seus inimigos. Por conseguinte, na legislação de todos os países democráticos se prevêem os crimes contra a própria democracia. Só que os crimes contra o Estado democrático não são os mesmos que contra um Estado ditatorial, reflectidos claramente no nosso Código Penal, uma vez que as normas a eles respeitantes não eram já as de 1852 — portanto provenientes do liberalismo — mas, na sua maior parte, feitas no período ditatorial de Salazar. Por conseguinte, essa é uma parte a ser reformulada, ponto por ponto.

V.M. — Mantendo-se, muito embora, os conceitos de crime político, de criminoso político? ...

F.D. — Sim num sentido e não noutra. O que eu quero dizer com isto é o seguinte: por vezes, a conotação que se dava ao crime político consistia em submetê-lo a um regime de excepção. Repare-se, por exemplo, que eles eram praticamente os únicos a que se aplicavam medidas de segurança, apesar de o delincente ser imputável. Isto desapareceu logo após o 25 de Abril. Agora, o crime político não será mais do que uma parte do crime comum, não deve ter nenhum regime especial nem ser julgado em tribunais especiais. A não ser que se considere — e isso será uma questão a discutir — que o criminoso político deverá ser objecto de tratamento mais benevolente do que o criminoso de direito comum.

Há sistemas que consideram como ponto fundamental do Direito Penal moderno e progressivo o da chamada “recuperação social do delincente”: o



O Tormento do Fogo. Gravura do século XVI.

Definitivamente julgadas e condenadas pela História, as torturas físicas não pareciam, séculos atrás, passíveis de substituição

delincente pune-se não só para lhe fazer sentir a sua culpa mas, sobretudo, para recuperá-lo, socialmente. Talvez com razão, há quem entenda que este ponto não tem aplicação no que diz respeito ao crime político: aqui não há marginais, há actantes por convicção. A pena não deveria, portanto, ter um carácter de mal, de castigo, mas apenas de segurança. Daqui o tratamento excepcional, menos duro, a aplicar ao criminoso político.

Qualquer dos sistemas poderá, futuramente, ser adoptado. O que esta comissão não aceitará, de forma alguma, será qualquer forma de tratamento discriminatório que desfavoreça o criminoso político.

Convém, no entanto, fazer aqui uma distinção, que me parece fundamental, entre os crimes políticos em sentido estrito — os crimes contra a ordem democrática — e os que se conhecem vulgarmente por “actos terroristas” — isto é, crimes subjectivamente políticos, cuja finalidade é política mas que surgem como crime comum. Como deve ser tratado este tipo de crime é um problema que tem sido muito debatido: se deve, também, usufruir de qualquer espécie de privilégio como crime político, ou ser tratado como crime comum ou, ainda, ser eventualmente agravado pelas suas características. Na minha opinião, o sistema que propõe o uso de menor severidade para

o crime político não pode ser usado quanto aos actos terroristas — tem que seguir a lei comum, se não sofrer, mesmo, qualquer agravamento.

“ASSOCIAÇÃO DE MALFEITORES”: UM SACO VAZIO

V.M. — Houve, nos tempos do gonzalvismo, uma “figura” de que se usou e abusou, sempre que se pretendeu imobilizar alguém, ao sabor das conveniências do momento — a “associação de malfeitores”. Este conceito irá manter-se, pelo menos da forma tão desprovida de conteúdo, como antiga-mente?

F.D. — Devo dizer-lhe, antes de mais, que a intenção com que se falava nessa época da “associação de malfeitores” não estava, de maneira nenhuma, de acordo com o conceito contido no nosso velho Código; era preciso alargar, de forma ilegítima, aquele, para transformá-lo numa bolsa onde cabiam todos os inimigos políticos do regime gonzalvista.

O problema que põe é importante porque corresponde a um fenómeno cujo tratamento é difícil e que pode colocar-se em relação a outras figuras como a de “vadio”, “mendigo”, “prostituta”, “rufião”, o que pratica “actos contra a natureza”. A minha opinião, que vai, aliás, ao encontro do que já estava no projecto de 1963, é de que é preciso fazer de todas essas figuras crimes em sentido estrito, portanto perfeitamente delimitados e não, como existem entre nós, meras emanções de uma filosofia puramente ditatorial, sacos vazios passíveis de qualquer recheio.

V.M. — Quanto às estruturas prisionais, parecem-lhe carentes de grandes modificações?

F.D. — Embora não tenha um conhecimento muito pormenorizado do assunto, posso dizer-lhe que a execução da pena, de uma maneira geral — não falo, evidentemente, dos criminosos políticos, que eram entregues a instituições especializadas —, nas principais penitenciárias, não continha certas formas de cumprimento de penas particularmente duras, como acontece na maioria dos países europeus. Recordo uma visita que fiz, há alguns anos, à única prisão aberta da Alemanha Federal, a Gustav Radle- ruch’s Haus, em Francoforte. Nela pude observar células disciplinares muito mais duras do que as que aqui temos, como uma alimentação absolutamente imprópria para seres humanos.

Um aspecto em relação ao qual terá que haver grande modificação é o que diz respeito aos direitos do recluso: contactos com advogados, recepção de familiares, segredo de correspondência, etc. É necessária uma maior preservação dos seus direitos fundamentais. Outras ideias novas deverão ser consideradas. Estou a lembrar-me das células para casais, por exemplo, dos países nórdicos, onde aqueles se encontram certos dias; como do problema sexual dos detidos, de tão graves implicações, nomeadamente nas prisões de menores.

O ABORTO É UM CRIME?

V.M. — No âmbito do nosso actual Código Penal, o aborto é considerado crime e, como tal, punido por lei. Será de admitir, num futuro Código, tal discriminação?

F.D. — O Ministério da Justiça apresentou, recentemente, sobre o aborto dados estatísticos que computavam em 100 mil o total anual português. Em 1972, apenas 7 pessoas foram condenadas por aquele crime. Isto demonstra, à saciedade, que se torna inadiável a reforma deste ponto. Será a liberalização total o sistema preferível? (Note-se que com esta expressão queremos significar não a possibilidade de quem quer que seja

praticar abortos mas, tão-somente, que aqueles não serão puníveis se praticados por médicos e em instituição própria.) A resposta não é fácil de dar. Outra hipótese será, pelo menos, tornar clara uma ambiguidade fundamental que existe no nosso direito e que consiste em definir se o aborto terapêutico é ou não um crime, em Portugal. Sobre este ponto não restam dúvidas de que não poderá, nem deverá, ser classificado como tal. O primeiro problema — liberalização total — é de muito maior complexidade. A comissão pronunciar-se-á oportunamente sobre ele.

V.M. — Voltando à reforma neste momento em curso, sob o ponto de vista da sua execução prática, como irá funcionar a comissão dela encarregada?

F.D. — O prazo previsto para a sua execução é de seis meses, durante os quais a comissão reunirá duas vezes por semana. Estou convencido que, dentro de pouco tempo, teremos terminado a revisão da parte geral do Direito Penal e passaremos à especial. Pôr-se-á o problema, então, de saber se a nova organização económica do País deve já reflectir-se se, porventura, existir, nessa altura, uma organização económica, entenda-se.

Há ainda um aspecto, muito importante, a ter em consideração: a nova Constituição da República Portuguesa afirma que a definição das penas-tipos crime é da competência exclusiva da Assembleia da República. A partir daqui, as coisas poderão passar-se de três formas: o nosso projecto de Código Penal pode ser apresentado pelo Governo à Assembleia, pode ser tomado por um ou mais partidos que decidam apresentá-lo à Assembleia ou pode ocorrer uma terceira hipótese que consistirá no pedido por parte do Governo à Assembleia no sentido de esta conceder uma autorização especial para aquele publicar o Código Penal. Em todas as hipóteses, terá, forçosamente, que existir uma actividade, mais ou menos extensa, da Assembleia da República. Quanto ao Código de Processo Penal, terá de ser a própria Assembleia a promover não só as suas bases gerais, como todas as alterações.

● MANUELA DE SOUSA RAMA

O RESULTADO DO VOTO

O desejo de cura é uma verdade inegável. Assim como a saúde é um bem incomparável; desejo de todos os que dela não gozam, a cura é, ou por outra, costuma ser a maior vontade do doente.

E dizemos costuma ser, pois, na nossa história de hoje nada se passa assim.

Primeiro porque o nosso homem, logo após o 25 de Abril de 74, começou — aliás como a maioria das personagens destas crónicas — a mudar de aspecto exterior.

E não foi sem espanto que o vimos, no 28 de Setembro, a revistar carros e barricar as ruas, a “ensurdecer” devagar mas decisivamente.

Já não nos admirámos quando, no 11 de Março e, consequentemente na época áurea do “gonçalvismo”, víamos o nosso personagem ser o primeiro a chegar a todo o lado onde a confusão fosse maior, onde necessário fosse discursar demagogicamente, alienar os que com ele partilhassem as pesadas correntes da já tão nossa conhecida surdez política.

Mas, no auge da desestabilização, em que o nosso surdo se tornava o reflexo dos que, da contestação do VI Governo Provisório, faziam razão de vida, impulsionador de greves a todos os níveis, “FURando” o “sistema” sem um outro objectivo que não fosse fazer do dia-a-dia um absurdo carrocel de asneira, de tumulto e confusão. Mas, dizíamos, surge o 25 de Novembro.

E, nesse dia, o nosso homem foi também dos primeiros a acorrer às ruas, alinhando ao lado dos “chaimites”, com uma arma “caída do céu”, nas suas “boas mãos”.

Mas, novo “mas” nesta história, a meio da manhã, já o nosso surdo era um homem derrotado, escondido em casa, a tentar ouvir na rádio

o evoluir dos “operacionais” e o arrumar na gaveta das armas dos “revolucionários” feitos à pressa, caricatura de revolução armada, em que só a surdez política dos intervenientes podia levar a tal fim.

Nos dias que se seguiram, o nosso homem desapareceu no meio do “estado de sítio”, não havendo, na realidade, sítio onde o encontrar, de tal maneira o susto pôs fim ao idílio armado, ao alienante romance de capa e G-3 ensaiado pelo nosso protagonista.

Depois, foi de novo com espanto que o voltámos a ver. Calmo, calado, retomando o trabalho, alheio às palhaçadas políticas que outra vez se desenhavam nas eleições legislativas. Enfim, era outro homem! Lentamente, de surdo aparentemente incurável, eram visíveis os progressos que o nosso homem fazia na reintegração no mundo dos que alguma coisa fazem para ouvir, para entender o que, à sua volta, ainda se desenha.

No princípio da campanha eleitoral, era praticamente um cidadão normal, aguentando pachorrentamente o desenrolar do tempo para depositar na urna o voto no Presidente escolhido.

O modo com que seguia as apresentações televisivas dos candidatos era praticamente normal, apenas traído por um certo ruminar quando o major Otelo aparecia nos pequenos “écrans”. De resto, nada mais indicava vestígios da agitação passada, que parecia cicatrizada e reflectida numa surdez política quase ultrapassada. Mas, com os últimos dias da campanha, o descontrolo era de novo visível no nosso amigo, aliás compreensível pelo “suspense” de que se rodeia a importante votação, agravado pela sua escolha de candidato.

Foi já com pequenos sinais que lhe conhecíamos anteriormente que o vimos na véspera da ida às urnas,



no chamado “dia de reflexão”, em que a sua simpatia por Otelo se exteriorizava já sob forma de pequenas convulsões quando dele se falava, mas, mercê de esforço ou tratamento, se mantinha aparentemente liberto da surdez que antes cultivara alegremente.

Mas, surpresa das surpresas. Após o voto, eis que o vejo nervosíssimo, olhos fora das órbitas, desganhado, e que se me dirige, em termos mais ou menos como se seguem:

— “Eh pá, eu não quero ouvir!...”

Espantados, retorquimos, com paciência, tentando acalmá-lo e perceber o que o preocupava, que não havia razão para agitações, uma vez que apenas restava a confirmação dos resultados eleitorais, aliás, para breve.

— “Mas é por isso que eu quero ser surdo...”

Em vão o tentámos distrair, dissertando sobre todas as mudanças positivas que nele encontrávamos e que não podíamos vê-lo destruir, de um momento para o outro.

Ainda assim, perguntámos o porquê do desejo de ensurdecer novamente, uma vez cumprido o direito de voto e feita a opção através do papelinho lançado na mesa eleitoral, que por acaso até sabíamos ter recaído a sua escolha no major Otelo.

— “Mas é por isso. Quero ser surdo. NÃO QUERO OUVIR OS RESULTADOS!...”

OTO RINO

O CONTRADICIONISTA



SR. DEPUTADO, AS SUAS
IMPRESSÕES AGORA QUE
JÁ TEMOS UM PRESIDENTE
LIVREMENTE ELEITO?



...POIS ACHO QUE NÃO NOS DEVEMOS
ESQUECER QUE É A TODOS NÓS, E NÃO
A ESSE HOMEM SÓZINHO, QUE CABE A
TAREFA HISTÓRICA DE RECONSTRUIR
ESTE PAÍS. NÃO DEVEMOS CRUZAR OS
BRACOS PASSIVAMENTE NA ESPERANÇA
DE QUE ELE, E SÓ ELE, RESOLVA OS
NOSSOS GRAVES PROBLEMAS.



SR. DEPUTADO, QUAL O SEU
VULTO HISTÓRICO PREFERIDO?



... D. SEBASTIÃO!



... REI OU... GENERAL?

CRISE DO SECTOR OU DA DEMOCRACIA?

As intervenções públicas do ministro Almeida Santos e a polémica gerada à volta delas reavivaram, junto do público, alguma da problemática da tão falada crise da Imprensa. Será, no entanto, correcto sanar-se o sector da Informação (declarado sector em crise) independentemente dos factores que determinaram essa crise? Deverá o Estado eximir-se às responsabilidades de ser o dono da Imprensa (estatizada)? Algumas perguntas a exigir respostas do Ministério da Comunicação Social.

A propalada crise da Imprensa ameaça converter-se num álibi. Para escamotear o facto fundamental, a saber: que a tal "crise da Imprensa" (da comunicação em geral, seria melhor dizê-lo) apenas é o reflexo da crise económica e política ao nível da Informação. Para endossar sobre os ombros de quem na Imprensa trabalha as responsabilidades e as consequências da dita crise.

O documento que recebeu o nome de Almeida Santos ("esquema imerecidamente baptizado com o meu nome", escreveu o actual ministro da Comunicação Social) e a discussão que, à sua volta, se gerou têm um denominador comum: fugir da essência do problema como o diabo da cruz. E, no entanto, para ninguém é segredo que a crise da Informação não é uma "originalidade" nossa — originalidade é só a via que até ela conduziu.



Na França, na Itália, na Bélgica, na Alemanha, na Inglaterra, na Holanda, na Suécia, nos Estados Unidos, etc., o número de empresas jornalísticas em crise tende a alargar-se; a falência de empresas deste tipo entra na curva ascendente; a concentração monopolista, característica dos períodos de crise, processa-se. Um exemplo, entre muitos: na Inglaterra, em 1974, só três jornais diários e três dominicais não tiveram défices; em 1975, apenas quatro diários e um dominical tiveram lucros. Um ministro sueco, de passagem

pelo nosso país, afirmou: "A Suécia investiu, no ano passado, no orçamento para os jornais, uma verba próxima de 1 milhão e meio de contos e, este ano, vai dar-lhes mais de 2 milhões".

AS RAZÕES DA CRISE PORTUGUESA

Os jornais são deficitários, isto é, o preço de custo de um jornal é superior ao seu preço de venda (em Portugal, como no estrangeiro). A diferença é, de uma maneira geral, coberta pelas receitas provenientes da publicidade inserida. É esta a circunstância que está na base da crise económica vivida pelas empresas jornalísticas. A crise económica internacional (uma das maiores depois da de 1929-33) afecta o volume de publicidade vendida aos jornais, determinando défices orçamentais que, a não serem cobertos pelo Estado (o que é corrente no estrangeiro), obrigam as empresas à falência.

Por outro lado, e em parte consequência da mesma crise geral, os preços de custo dos meios de Informação tendem a subir, quer em consequência do aumento da massa salarial para acompanhar o montante do custo de vida quer em consequência do aumento do preço da matéria-prima (papel, tintas), da maquinaria, além dos custos de distribuição.

Ora, se o número de leitores de um dado jornal em regra não cresce (ou não cresce de maneira compensadora), se as receitas de publicidade diminuem, se o preço dos jornais não sobe (por determinação do mercado e da função social da Informação, não pode subir proporcionalmente), se o preço de custo se agrava, que fazer?

Não faltará quem sugira que, nos países onde o Estado se apropriou dos meios de produção, os jornais não têm publicidade e vivem. É certo. Aí, o Estado, que detém os meios de Informação, paga as custas e não refila com os défices. E o público lê o que lhe dão e, igualmente, não refila, por razões em absoluto contrárias às do Estado (não será necessário recordá-las).

Em Portugal, todavia, vive-se o lirismo das "originalidades": o Estado apropriou, em grande parte, o capital

privado e assegnoreou-se, por consequência, dos meios de Informação; a crise económica, já então existente, precipitou-se em resultado da estatização apressada (retracção do investimento privado e estrangeiro, quebra da função motora do lucro, burocratização do aparelho económico, etc.); a crise afectou as fontes de receitas dos jornais e levou à subida, em flecha, dos défices; o Estado, por pressão da opinião pública, legislou a proibição de despedimentos; os senhores que no Estado mandam são (afirmam ser) contra a reprivatização do capital estatizado; declaram-se contra o encerramento de jornais; não têm dinheiro para o reequipamento e modernização das unidades tipográficas; e, finalmente, protestam contra o financiamento dos jornais, contra a obrigatoriedade de cobrir os défices!

O Ministério da Comunicação Social, que escamoteia do público as coordenadas da crise, pinta os profissionais da Informação, o Sindicato dos Jornalistas, o Conselho da Imprensa, os trabalhadores dos jornais, como "marcianos". De facto, no "manicóquio autogestionário português", o realismo é coisa de outro mundo.

AS RAZÕES POLÍTICAS

A disputa dos meios de Informação pelas correntes partidárias reflexo ao nível da Imprensa da sua disputa pelo Poder, contribuiu para o descrédito dos jornais junto do público — muito mais que a péssima qualidade do jornalismo que por cá se faz. A instabilidade que na Imprensa se viveu desde o 25 de Abril foi reflexo da instabilidade política: "saneamentos", boicotes, greves, *tutti quanti*.

Infelizmente, estamos ainda longe da desejada estabilização: provam-no os julgamentos em série de jornalistas (Vera Lagoa, Fernando Barradas); a ameaça de as "espingardas" investirem pelos jornais; os atentados bombistas (contra o "Comércio do Porto"); a proibição de publicações (caso de "Seculo-Hoje"); o reerguer de certas contestações partidárias dentro de alguns jornais (o "célebre" turno da noite do "Diário de Notícias", opondo-se ao reingresso de Manuela de Azevedo e

outros jornalistas do grupo dos "vinte e quatro"); o sistemático boicote à direcção do Sindicato dos Jornalistas por determinadas correntes partidárias (desde a sua tomada de posse até Abril de 1976), forçaram à realização de 30 assembleias gerais, à média de 4 por mês!). E não ficaremos, certamente, por aqui.

Se a instabilidade política se sobrepôs à instabilidade económica em toda a sociedade, sobrepôs-se, igualmente, e em particular, nas empresas jornalísticas. O monolitismo informativo dos jornais durante o consulado gonçalvista levou a um divórcio entre o público (consumidor da Informação); abriu-se

espaço ao aparecimento de empresas jornalísticas privadas, cujos jornais obtiveram, então, tiragens relativamente grandes. A recessão de leitores dos jornais estatizados, cumulativamente à quebra da publicidade, empurrou a subida dos défices.

Quando hoje se fala na crise da Imprensa, não se pode perder de vista estes factores. Ignorá-los é abrir as portas à demagogia fácil. Que ninguém pense em resolver o problema da Informação portuguesa, independentemente e à revelia da situação política e económica do País. Não é apenas a Imprensa que está em causa mas toda a democracia que em Portugal se pretende. A.M.

Sem rei nem lei

OS TÍTULOS "PIRATAS" COMEÇAM A SURGIR

A nova lei de Imprensa, promulgada em Fevereiro de 1975, sob a égide do ministro Vítor Alves, omite, pura e simplesmente, um artigo segundo o qual "todos os periódicos terão um título... que não poderá confundir-se com os dos já existentes". Daí a previsão, a curto prazo, de dois "O Seculo" três "Diário de Notícias" ou quatro "A Capital"...

Sempre em bolandas, a Imprensa deste país continua a dar que falar. Desta feita, levanta-se a questão dos títulos.

Através de uma carta de Maria Helena Charulla, administradora do semanário "Notícia", de Angola, ao Conselho de Imprensa e a vários órgãos de Informação, viemos a saber que, em Lisboa, tinha sido editado um novo semanário, o qual, nas palavras da autora da carta, "ilude a boa-fé dos leitores, induzindo-os deliberadamente a admitir que o "Notícia" que muitos conheceram e, durante anos (em Angola e Portugal), se habituaram a adquirir, tem continuidade no que presentemente circula em território português".

Isto porque o novo semanário tenta, em tudo, assemelhar-se ao publicado na ex-colónia. Desde o título ao formato, passando pela apresentação gráfica da capa, a cópia é nítida, mesmo ao olhar menos atento do leitor mais distraído.

Perante a existência de duas revistas com o mesmo título, dirigimo-nos ao Ministério da Comunicação Social para saber até que ponto uma situação como esta é permitida por lei. Surpreendeu-nos saber que, de facto, a lei não proíbe que sejam publicados jornais e revistas com títulos semelhantes.

Vejamos o que aconteceu: no artigo 41 do Decreto 150-72 (antiga lei de Imprensa) dizia-se que "todos os periódicos terão um título, que faz parte integrante destes e que não poderá confundir-se com os dos já existentes".

Com este articulado, salvaguardava-se, portanto, a existência de títulos singulares.

Já na nova lei de Imprensa, promulgada a 26 de Fevereiro de 1975, sob a égide do ministro Vítor Alves, este artigo, pura e simplesmente, é omitido.

O resultado está à vista: sem rei nem lei, os títulos "piratas" começam a surgir. E, desde já, o jornalista põe-se a pensar no que será a existência de dois "O Seculo", três "Diário de Notícias", quatro "A Capital" e assim por diante.

Imaginação? Nem tanto. Apenas mais uma falha de uma lei discutida e tão discutível. Que se debrucem, de vez, sobre ela e fechem todos os "buracos" aí existentes, os nossos votos.

F.F.

Trabalho

ACABARAM OS SANEAMENTOS?

A lei que proíbe os despedimentos por motivos políticos ou ideológicos (vulgo "saneamentos") foi publicada no dia 14, mas as suas consequências práticas são difíceis de prever.

O Decreto-Lei 471-76, que pretende acabar com os despedimentos sem justa causa "ou por motivos políticos ou ideológicos" não vem, pode dizer-se, inovar grandemente no campo das leis escritas, uma vez que todos os despedimentos efectuados em desrespeito pelas normas imperativas sobre cessação de contrato de trabalho se encontravam, por isso mesmo, interditos.

O Decreto declara "inexistentes" os saneamentos efectuados nos últimos dois anos à margem das leis vigentes. Alguns deles poderão ser confirmados por despacho do ministro do Trabalho "quando se prove a existência de factos integradores de justa causa para despedimento".

Afirmado que é objectivo do Governo fazer respeitar as leis, o Decreto critica o facto de muitos despedimentos terem sido efectuados sem a audiência prévia dos arguidos e estabelece que daqui em diante os arguidos de processos de despedimento poderão recorrer, inclusivamente para o Supremo Tribunal Administrativo.

As decisões expressas nesta lei vêm contemplar a situação de muita gente pertencente ao funcionalismo, aos sectores da construção civil, indústria hoteleira, Imprensa, etc. Muita gente que se encontrava afastada do seu trabalho por motivos políticos. Gente pertencente a diversos sectores ideológicos, bastante diferentes alguns deles. Gente que se encontrava afastada do processo de recuperação económica do País, gente de certo modo marginalizada, foco de revolta permanente.

O Decreto pretende. Mas poderá consegui-lo? A dúvida é pertinente se tivermos em mente que, se o problema se põe hoje, é porque outras leis, igualmente publicadas, não foram cumpridas. O Governo parece partir do princípio de que se marginalizar é, de alguma maneira, criar inimigos, integrar é,

também, fomentar a colaboração útil.

Do número de pessoas ilegalmente afastadas e a partir de agora legalmente reintegradas, poderemos inferir qual dos sectores ideológicos foi mais bem

servido pelo Decreto. Se parece líquido que o Governo deseja verdadeiramente fazer um pouco de paz social, não é menos certo que este decreto agora promulgado vai ser motivo para incidentes em muitos locais de trabalho. O que sucedeu no "Diário de Notícias" é um exemplo apenas.

● F.S.

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS

CURSOS DE TODAS AS ARTES MARCIAIS

KUNG-FU

YOGA
KENDO
SAI
NUNCHAKU
KICK TAILANDES
ZEN
BUDISMO
"FULL CONTACT"
TAOISMO
MARIQUISARI
SHUKKEN
TONFA
MAGINATA



karate

REVISTA MENSAL

DE ARTES MARCIAIS

À VENDA EM TODO O PAÍS

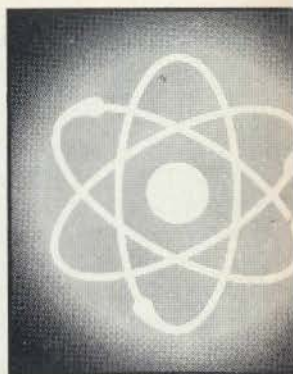


distribuidora **O SÉCULO**

Polêmica

ENERGIA ATÔMICA

—uma carta do prof. Delgado Domingos

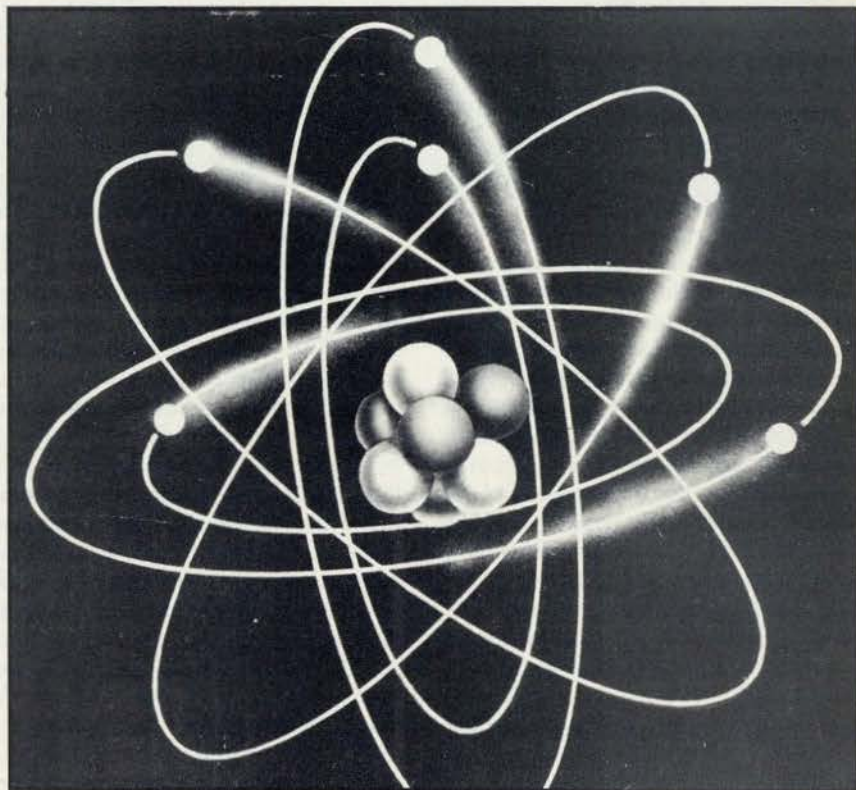


Do prof. J.J. Delgado Domingos, docente do Instituto Superior Técnico, recebemos uma carta em que rebate o artigo intitulado "Energia Atômica — Maquinações Políticas por detrás da Central", que publicámos na "VM" de 27 de Maio último.

Tal como fizemos no último número, relativamente à carta que, sobre o mesmo assunto, nos enviou Eurico da Fonseca, publicamos em seguida a posição do prof. Delgado Domingos — acompanhada, desta vez, da resposta do autor do texto, o nosso camarada de redacção José Machado. Aqui as deixamos à consideração do leitor.

1. Energia Nuclear: inteligência ou subserviência nacional

"Energia Atômica — Maquinações Políticas por detrás da Central" é o título de um artigo publicado na "Vida Mundial" de 27-5-76. O aparecimento de artigos deste tipo insere-se na lógica dos interesses em jogo. Só me surpreende que não tenham aparecido mais cedo. Também é comum escolher o seu autor o anonimato, neste caso sob as iniciais J.M. É lamentável que o faça. Na democracia que pretendemos as responsabilidades assumem-se e as afirmações subscrevem-se. O sr. J.M. escolheu defender membros do Governo e altos responsáveis de uma das maiores empresas nacionalizadas em que a noção de responsabilidade para com o País que deviam servir se exprime limpidamente no secretismo de que rodearam todo o assunto, e na fuga permanente a um debate aberto perante a opinião pública. Responsáveis tão



seguros da sua "verdade" e da sua (in)competência que até as normas elementares de civismo deixaram de respeitar, anulando à última hora discussões públicas onde se comprometeram a estar presentes. A última foi no programa "Confronto" do dia 18-5-76 na TV.

O sr. J.M. fala em "maquinações políticas". Terá as suas razões. A opinião pública não andarão longe de pensá-lo ao ir sabendo, sucessivamente, que no relatório do Conselho de Administração da CPE correspondente a 1972 se prevê a instalação do primeiro reactor nuclear em 1981, que em Março de 1974 estava tudo preparado para o lançamento do concurso de forneci-

mento, que em Agosto desse mesmo ano (em que foi o 25 de Abril de 1974) houve um depósito de 50 mil contos nos EUA para assegurar o fornecimento posterior de urânio enriquecido, que em Novembro de 1975 durante um Encontro Nacional de especialistas a opção nuclear foi seriamente posta em causa em face dos primeiros elementos concretos fornecidos, que em Março de 1976 o Governo determinou à CPE que procedesse à abertura de concurso público, e que no final de Maio de 1976 um membro da Comissão de Gestão da CPE declarou em público que não tivera conhecimento ainda dos estudos, mas que a referida Comissão tivera em contrapartida a vi-

sita de um alto responsável do projecto nuclear que exigiu, sem quaisquer elementos de base, um pronunciamento imediato a favor ou contra o Nuclear!

Para os "responsáveis" pelo programa energético português que o sr. J.M. louvaminha não houve 25 de Abril de 1974. Os mesmos, prosseguem exactamente a mesma política que seguiam antes. Em termos de energia, continuam a raciocinar e proceder exactamente como procediam antes. A sua política energética é a mesma incongruente política de produção de electricidade. A sua política de poupança é exactamente a mesma do tempo do marcelismo: aumentar as tarifas, aumentar os combustíveis, aumentar os transportes públicos! Faltava a cúpula: faltava o Nuclear! Para cobrir um erro, comete-se outro maior. Para que a opinião pública o aceite, dá-se-lhe um tom de cientismo e exploram-se os complexos de inferioridade legados pelo fascismo. Inculca-se a subserviência defendendo que os estrangeiros sabem melhor que nós o que nos convém, e se o todo não for suficiente agita-lhe o espantinho do comunismo ou do anti-comunismo primário.

Denegando um imperialismo apontase o outro como o paraíso da nossa salvação. As atitudes são idênticas e igualmente fascizantes. Ambas preferem a subserviência à inteligência nacional. Ambas falam em independência nacional, ambas raciocinam em termos de "maquinações políticas". Ambas nos pretendem vender a todos por um prato de lentilhas.

O sr. J.M. advoga um imperialismo. Raciocina naturalmente em termos das maquinações do outro. Esqueceu-se de um pormenor: nos defensores do Nuclear "à outrance", há preferência por um imperialismo ou outro sobrepõe-se uma característica comum: são tecnocratas e na sua visão tecnocrática do poder concentracionário, a ideologia é em muitos um oportunismo de ocasião. É por isso que a questão energética portuguesa, sendo uma questão profundamente política, ultrapassa largamente o espartilho partidário em que tantos se esforçam em metê-la. O Povo Português merece mais que isto: o Povo Português exige que depois de uma exploração de 50 anos, não venham agora explorá-lo a pretexto de progresso e democracia. Exige que te-

nam, pelo menos, um mínimo de respeito pela sua inteligência.

2. Portugal pensa-se com os Portugueses

O sr. J.M. coloca-nos na "barricada" do económico. Louva-se no dr. Jaime de Oliveira para nos rebater, louvando-se ambos na competência dos técnicos do Gabinete de Planeamento Económico da C.P.E. para rebater a nossa afirmação de que *em Portugal* o Kwh obtido por via nuclear não é mais económico que o obtido por outras soluções. Curiosamente, ambos mostram não ter compreendido os números que figuram no relatório elaborado por aquele Gabinete, nem sequer o significado do adjectivo custos actualizados. Compreende-se a falha. De economia não abarcam sequer os conceitos fundamentais. Não se compreende é que citando sem perceber e louvando-se na competência de quem elaborou o relatório, não o tenham ao menos lido todo. Pois é, exactamente, o Gabinete cuja competência consideram indiscutível que escreve no relatório que citam:

"Importa frisar, para concluir, que a via nuclear impõe, naturalmente, que não se perca tempo nas decisões quanto ao processo de consulta e encomenda do grupo nuclear, pois quanto maior for o tempo gasto nestas decisões, mais difícil será dispensar os grupos III e IV de Setúbal e, *portanto, maior será a probabilidade de se cair na via convencional*".

Se o próprio Gabinete de Estudos Económicos da C.P.E. reconhece que os encargos financeiros farão pender a balança do económico para a via convencional se houver demora na decisão e na construção, que pretendem os defensores do Nuclear ao citar custos para outros países quando nem sequer a estrutura dos custos no caso português conseguem discernir? **3. Independência Nacional**

3. Independência Nacional

Transcrevemos de "Le Monde" de 31-1-1976:

"Os representantes dos sete países exportadores de tecnologia nuclear (...) chegaram a um acordo (...) para harmonizar a sua política de exportação de materiais e tecnologia nucleares, quer se trate de combustíveis, de

reactores, de instalações de enriquecimento ou de reprocessamento (de urânio). Trata-se de impedir os compradores de beneficiar de divergências (entre os fornecedores)..."

A mesma notícia foi referida pela "Newsweek". Confio na inteligência da opinião pública para extrair as ilações.

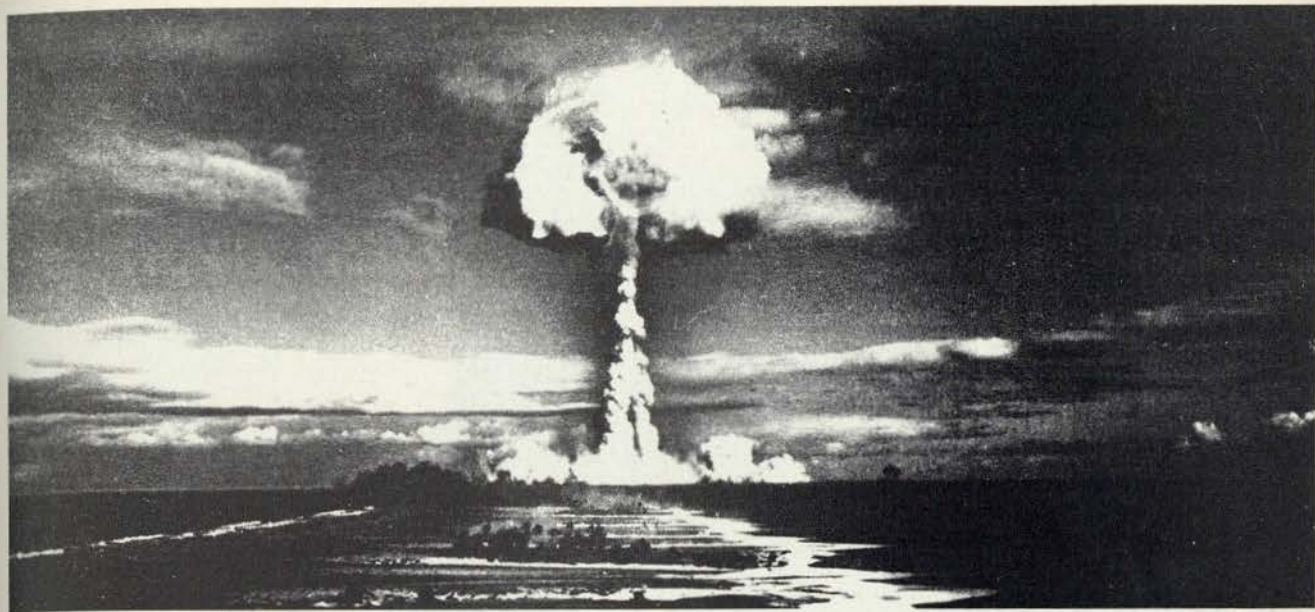
4. Política Energética Portuguesa

Contrariamente ao que o sr. J.M. pode levar a inferir, a primeira vez que abordámos o problema do Nuclear em Portugal fizemo-lo no contexto do "Problema Energético Português", divulgado em 1975. A maioria dos órgãos de informação conhece-o. E os responsáveis governamentais também. Simplesmente, o estudo, embora inacabado, é incómodo para muitos. Como incómoda foi a proposta de criação de um Departamento de Energia na Universidade Nova de Lisboa, os cursos de pós-licenciatura e os cursos de especialização e reciclagem, os quais, se tivessem entrado em funcionamento na altura planeada teriam contribuído já para poupar substancialmente algo dos 12 milhões de contos que importamos em combustíveis e certamente também para criar muitos empregos e actividades novas.

Infelizmente, é mais fácil maquinar nos corredores que trabalhar, mais fácil falar em democracia que exigir responsabilidades, mais fácil deixar subir o custo de vida do que prejudicar a "imagem política" ou o carreirismo conivente de tantos. Esperamos, sinceramente, que a inteligência nacional prevaleça e que *Portugal seja pensado por todos os Portugueses*. Se nos entregarmos ao iluminismo de minorias tecnocratas-fascizantes, o futuro que nos espera é inelutável: uma exploração pior que a anterior sob um fascismo modernizado.

A carta que acima publicamos, de autoria do professor Delgado Domingos, mereceu do nosso redactor José Machado as seguintes considerações:

O artigo da "Vida Mundial" a que o professor Delgado Domingos se refere inseria o problema da central nuclear no contexto geral do problema energé-



Explosão de uma bomba atômica francesa em Mururoa; a energia nuclear não é só isto

tico português. Dizia-se que a evolução do consumo exigiria a adopção de medidas radicais no campo da produção de energia eléctrica. Face aos condicionamentos existentes e às vantagens oferecidas pelas centrais nucleares, em menores custos para a energia produzida, em valores mais baixos para a totalidade de encargos e para a safda de divisas, justificava-se a montagem de reactores nucleares para a produção de energia eléctrica no nosso país.

A "resposta" do professor Delgado Domingos não esclarece este pequeno pormenor: limita-se a remeter-nos para o seu estudo "inacabado" datado de 1975, de cujo conhecimento os nossos leitores ficam, dessa forma, privados.

Mas o senhor professor levanta, afinal, no seu arazoado calunioso, uma questão concreta relacionada com o problema de fundo: a evolução provável do montante de encargos financeiros inerente a cada uma das opções em jogo (nuclear e térmica clássica). Do alto da cátedra, o senhor professor fulmina-nos com a sua sapiência: "De economia não abarca sequer os conceitos fundamentais."

Muito humildemente, pedimos ao senhor professor que se digne ler o texto do Gabinete da CPE, transcrito na sua própria "resposta". Onde descobriu o senhor professor que a CPE "reconhece que os encargos financeiros farão pender a balança do económico para a via convencional se

houver demora na decisão"? O que qualquer mortal compreende no relatório é que a CPE tem de tomar uma decisão rápida. O consumo cresce e a capacidade de resposta, ao nível da produção de electricidade, está posta em causa. Devido à seca, Portugal importou 4,3 mil contos de energia eléctrica em 1974. No ano seguinte, aquele montante atingiu a casa dos 287,4 mil contos. Nos três primeiros meses do ano em curso, o gasto de divisas com esta importação atingiria a verba de 312,7 mil contos. Além disso, dentro de poucos anos, nem que tenhamos todas as barragens cheias e cumprido o plano de instalação de novas unidades produtoras projectadas e em construção, encontramos-nos na posição de importadores. Caso a decisão de instalar a primeira central nuclear demore, diz a CPE, há que montar mais centrais térmicas tradicionais. É óbvio. E a CPE mostra-se contrária a esta decisão, "porque ela acarreta maiores encargos financeiros e mais elevados dispêndios de divisas." Ó senhor professor! Tínhamos vontade de insinuar que o senhor, de português não abarca sequer os princípios elementares. Mas não o fazemos porque tal não é verdade. Afirmamos apenas que não é honesto pôr argumentos na boca dos outros, sabendo que estes defendem precisamente posições contrárias.

A falta de argumentação na "res-

posta" do professor Delgado Domingos é colmatada por uma série de amáveis epítetos com que o seu autor mimoseia governantes, técnicos e o articulista.

As atitudes "fascizantes" e de defesa do imperialismo que o senhor professor nos atribui são acusações risíveis. É do conhecimento público que os defensores do "nuclear" no nosso país são "minorias tecnocratas-fascizantes" e acabados agentes do imperialismo. Começando, é claro, pelo actual ministro da Indústria e da Tecnologia, eng. Walter Rosa e sua equipa, e acabando, com certeza, nos responsáveis pelos programas económicos de governo editados, quer pelo PS, quer pelo PPD, antes das eleições para a Assembleia da República. Valha-nos Deus, senhor professor! O público já não vai na chantagem baixa que tantos oportunistas e "antifascistas" do pós-25 de Abril utilizaram contra as forças democráticas, para se colocarem nos postos que pretendiam!

Finalmente e para ajudar o senhor professor a desmontar a tenebrosa conjura envolvida pelo "anonimato" do autor do artigo que não lhe agrada, fazemos-lhe uma sugestão: experimente dar uma vista de olhos sobre o quadro redactorial da revista, inserido em cada número da mesma. Se quiser mais dados, dirija-se-nos directamente. Prometemos não assumir atitudes quixotescas! J.M.



0 convite à "balsa"



13 PRESIDENTES

21 MANDATOS

A 5 de Outubro de 1910, após quase meio século de intensa e fecunda campanha para derrubar a monarquia, foi implantada a República.

Iniciava-se, assim, um novo período na História de Portugal. Contudo, o novo regime, tão almejadamente aguardado como salvador dos destinos da pátria, em breve se tornaria pasto de violentas lutas de vários partidos políticos pelo acesso ao Poder, os quais, ao fim e ao cabo, representavam os interesses de diferentes classes. A I República em Portugal duraria apenas dezasseis anos.

As forças reaccionárias e representativas de determinadas camadas burguesas haviam aguardado o momento para derrubar a democracia, ou seja, a República. E esse momento chegou em 1926, quando o general Gomes da Costa, tentando acabar com a anarquia dos vários e consecutivos Governos da República e regenerar a governação, desencadeia o movimento do 28 de Maio, logo aproveitado por todos aqueles que ansiavam pela instauração de um regime ant-democrático, ditatorial, que se integrasse, de certo modo, nas correntes políticas dos regimes autoritários de alguns Estados europeus.

De 1926 a 1933, instaurada em Portugal a ditadura militar, concebeu-se e organizou-se o Estado corporativo e o regime antidemocrático e antipopular preconizado por Salazar. Um regime pró-fascista que mergulhou o País numa ditadura que se arrastou por 48 dolorosos e angustiantes anos. Designado de "República", o regime de Salazar não foi, de facto, uma República, apesar de nesses 48 anos terem sido — nas vergonhosas condições que todo o povo português conhece — eleitos 3 Presidentes da República, que desempenharam 9 mandatos: 3 Presidentes da República e 9 mandatos em 48 anos de história de um País é bem a expressão de um regime autoritário e ditatorial.

A ditadura de Salazar e Caetano foi derrubada em 25 de Abril de 1974 pelo "movimento dos capitães" logo apoiado entusiasticamente pelo povo, pela grande maioria da nação.

A nação e o seu povo saudaram a República e a democracia restaurada pela Revolução do 25 de Abril.

Ao longo destes dois anos de



revolução, a vida política portuguesa tem sido agitada por inúmeros acontecimentos e, por vezes, a democracia e a liberdade voltaram a estar ameaçadas.

Se do passado histórico do País alguma lição, hoje, os portugueses podem colher, essa é, sem dúvida, a do desejo inquebrantável de não deixar comprometer a democracia e a liberdade que o 25 de Abril de 1974 nos devolveu. A maneira altamente cívica e decidida como a nação se portou nas eleições para a Assembleia da República, é o garante de que ela, a nação, quer a democracia e a liberdade, na ordem, na paz, no respeito e no trabalho, condições imprescindíveis para a construção dessa democracia e da liberdade que nos assegurarão a independência.

T.R.

1911, o dr. Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República Portuguesa, sai do Parlamento, saudado pelo povo, no dia 24 de Agosto, após a sua eleição para a Presidência da República

te, em nome da Nação, proclama que foi eleito Presidente da República Portuguesa o cidadão Manuel de Arriaga."

Renunciou do cargo a 27 de Maio de 1915.

E assim sucedeu em 29 de Maio de 1915, em que foi eleito Teófilo Braga, tendo Manuel de Arriaga desempenhado o alto cargo 1374 dias.

Ainda ocupou os cargos de procurador-geral da República e Reitor da Universidade de Coimbra.

Faleceu em Lisboa, com 77 anos, a 5 de Março de 1917.



MANUEL DE ARRIAGA

Nasceu a 8 de Julho de 1840, na cidade da Horta. Professou logo de muito novas ideias republicanas. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1875.

No ano de 1911, contava já 71 anos, quando na sessão da Assembleia Nacional Constituinte, a 24 de Agosto, foi lida e aprovada a seguinte proclamação:

"A Assembleia Nacional Constituin-

TEÓFILO BRAGA

Teófilo Braga nasceu em Ponta Delgada, a 24 de Fevereiro de 1843. Completou o curso de Direito na



Universidade de Coimbra, em 1867, doutorando-se a 26 de Julho de 1868. Foi lente do Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa.

Pertenceu desde muito novo ao Partido Republicano Português e, como tal, tomou parte activa em comícios e conferências de propaganda republicana.

Implantada a República em Portugal, na manhã de 5 de Outubro de 1910, foi escolhido Teófilo Braga para chefe do Governo Provisório da República, mandato que exerceu até 1911, ano em que foi eleito o primeiro Presidente da República Portuguesa, recaindo a escolha, no dr. Manuel de Arriaga.

Tendo o dr. Manuel de Arriaga renunciado, foi eleito, a 29 de Maio de 1915, Teófilo Braga, por 98 votos, Presidente da República, cujo cargo exerceu até 5 de Outubro do mesmo ano.

Teófilo Braga faleceu a 28 de Janeiro de 1924.

depois, no Partido Regenerador. Em 1882, foi eleito deputado, por Lamego; em 1886, novamente deputado, por Coimbra; em 1890, o corpo catedrático da Universidade elegeu-o par do reino, cargo que também ocupou em 1894.

Um ano antes 1893, foi ministro das Obras Públicas, num gabinete presidido por Hintze Ribeiro.

Implantada a República, foi logo ministro dos Negócios Estrangeiros e, com a resignação do dr. Manuel de Arriaga, foi eleito o dr. Bernardino Machado (Bernardino Luís Machado Guimarães), a 6 de Agosto de 1915, Presidente da República.

Tomou posse do cargo o dr. Bernardino Machado a 5 de Outubro de 1915, mas, ao fim de 245 dias, teve de resignar por um decreto emanado da Junta Revolucionária de 11 de Dezembro de 1917, movimento revolucionário que rebentou em Lisboa, contra o Partido Democrático, a 5 de Dezembro de 1917, sob a chefia do

major Sidónio Pais.

A segunda vez que foi Presidente da República, foi por ter renunciado o Presidente Manuel Teixeira Gomes e, como reparação, o Partido Democrático conseguiu novamente que o dr. Bernardino Machado fosse eleito, mas também por pouco tempo, apenas 172 dias, pois foi eleito a 11 de Dezembro de 1925, para, em 28 de Maio de 1926, ser novamente expulso, pelo que a 31 de Maio entregou todas as prerrogativas ao almirante Mendes Cabeçadas.

Uma vez mais no estrangeiro, não deixou nunca de conspirar contra a nova política. Regressando a Portugal, morreu sossegadamente a 29 de Abril de 1944, com 93 anos, na casa de saúde do dr. Alberto Gonçalves, no Porto.



1915, a uma das janelas do Parlamento, o dr. Teófilo Braga saúda o povo de Lisboa no dia 29 de Março, após a sua eleição para Presidente da República

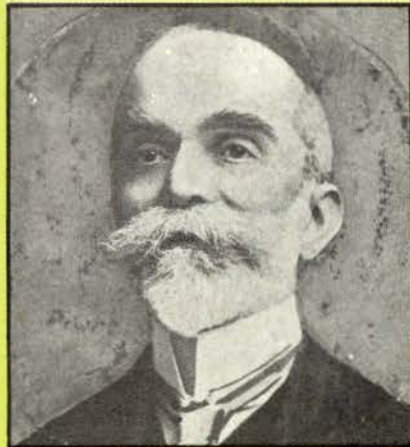


BERNARDINO MACHADO

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 28 de Março de 1851, de pais portugueses. Vindo muito novo para Portugal, aqui estudou no Porto e na Universidade de Coimbra.

A 17 de Abril de 1879, foi nomeado lente catedrático de Filosofia e, em 1883, era lente de Agricultura Geral Zootécnica e Economia Rural na oitava cadeira do curso filosófico.

Durante alguns anos manteve-se afastado das lides políticas, filiando-se,



SIDÓNIO PAIS

Sidónio Pais nasceu na vila de Caminha a 1 de Maio de 1872.

Lente na Universidade de Coimbra, era formado em Filosofia e doutorado em Matemática e tinha ainda o curso de Artilharia da Escola do Exército, concluindo os seus cursos em 1898.

De muito novo, professou ideias republicanas. Foi dos poucos que assinou um manifesto académico redigido em 1891 por João de Meneses. Logo que foi implantada a República,



Sidónio Pais foi eleito deputado, depois, ministro dos Negócios Estrangeiros e, mais tarde, passou ao corpo diplomático, sendo nomeado nosso ministro na Alemanha.

Em 1917, chefiou um movimento revolucionário contra o Partido Democrático, detentor quase sempre do Poder, o que originou a expulsão do alto cargo de Presidente da República o dr. Bernardino Machado.

Triunfante a revolução de 5 de Dezembro de 1917 e destituído das funções o dr. Bernardino Machado, foi Sidónio Pais investido no alto cargo, com as atribuições constantes do artigo 47 da Constituição e pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1917 e Lei Eleitoral de 30 de Março de 1918.

O dr. Sidónio Pais foi o primeiro Presidente da República eleito por voto directo. As eleições realizaram-se a 9 de Maio de 1918, alcançando 513 958 votos.

O acto da proclamação efectuou-se a 9 de Maio pelas 14 horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa.

Porém, a 14 de Dezembro de 1918, quando Sidónio Pais se preparava para tomar o comboio que o havia de levar à cidade do Porto e onde lhe estava reservada uma apoteótica recepção, uma bala o prostou na estação do caminho-de-ferro do Rossio.

E, com este trágico fim, acabou o "Consulado Sidónio Pais".

Foi no seu curto mandato que foi assinado o armistício da primeira guerra mundial.



1918, o dr. Sidónio Pais, terceiro Presidente da República, agradece, da janela da Câmara Municipal de Lisboa, a manifestação popular de que foi alvo no dia da sua proclamação

CANTO E CASTRO

João de Canto e Castro Silva Antunes nasceu em Lisboa, a 19 de Maio de 1862.

Assentou praça como aspirante de Marinha, em 1881, e durante 51 anos serviu-a dedicadamente.

Em 1917 era contra-almirante e almirante por distinção em 25 de Outubro de 1919.

Serviu muitos anos no Ultramar, onde desempenhou altos cargos, e foi companheiro de Serpa Pinto nas suas explorações em terras de Moçambique.

Regressando a Portugal, aqui conti-



nuou a prestar altos serviços, como presidente do Tribunal de Marinha, chefe do Estado-Maior Naval e chanceler da Torre e Espada.

Em Outubro de 1918, Sidónio Pais, Presidente da República, escolheu-o para ministro da Marinha e, com a morte trágica daquele, e embora não abdicasse das suas convicções monárquicas, foi eleito Presidente da República, pelo Congresso, a 16 de Dezembro de 1918, findando o seu mandato a 5 de Outubro de 1919.

Logo que deixou de ser Presidente da República, recolheu a sua casa, alheando-se por completo da política.

Morreu em Lisboa, a 14 de Março de 1934.

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Nasceu no Vale da Vinha (Penacova), a 18 de Julho de 1866.

Formou-se em 1895 em Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.

De muito novo abraçou os ideais republicanos e, logo que saiu médico, embarcou para São Tomé, onde

exerceu clínica até 1903:

Em 1906, entrou na Câmara de Deputados, precedido de grande fama como orador revolucionário e acadêmico.

Logo que foi implantada a República, o dr. Antônio José de Almeida tomou conta da pasta do Ministério do Interior.

Logo que o almirante Canto e Castro findou o seu mandato, realizaram-se em 1919 as eleições para o novo Chefe de Estado.

Foram indigitados, além de Antônio José de Almeida, Duarte Leite, Teixeira Gomes, Alves da Veiga, Magalhães de Lima e Azevedo Silva.

A eleição realizou-se no Congresso da República a 6 de Outubro de 1919, sendo eleito Presidente da República o dr. Antônio José de Almeida.

Foi o único Presidente da República dos eleitos de 1910 a 1926 que esteve todo o tempo que mandava a Constituição da República Portuguesa, muito



embora no período presidencial se terem dado graves e até sangrentos acontecimentos políticos, como o de triste memória "19 de Outubro", e que, por este mesmo, chegou ainda a pedir a renúncia do cargo, que a instantes pedidos de toda a parte o levaram a desistir.

Exerceu o cargo 1461 dias e faleceu a 31 de Outubro de 1929 em Lisboa, com funerais nacionais, decretados pelos dirigentes da política do 28 de Maio, que tinha como Presidente o falecido general Óscar Carmona.



TEIXEIRA GOMES

Manuel Teixeira Gomes nasceu em Portimão, a 27 de Maio de 1860, e foi industrial e escritor.

Após o triunfo da implantação da República, substituiu em Londres o embaixador marquês de Soveral, de quem era amigo pessoal.

Terminado o mandato do dr. Antônio José de Almeida, a eleição para o novo Chefe de Estado, realizou-se a 6 de Agosto de 1923.

Ainda alcançaram alguns votos os drs. Bernardino Machado, Duarte Leite, Augusto Soares, Magalhães de Lima — mas o eleito foi Manuel Teixeira Gomes, que exerceu o cargo 1157 dias, pois renunciou a 11 de Dezembro de 1925.

Exilou-se voluntariamente em Bougie, Marrocos Francês-Argélia, onde faleceu a 18 de Outubro de 1941.

Não mais voltou a Portugal, mas, em 1950, por iniciativa do "Diário de Lisboa" (dr. Norberto Lopes), foram os seus restos mortais trasladados para Portimão, sua terra natal, onde um barco de guerra português, o "Dão", os conduziu, com todas as honras e homenagens, a 18 de Outubro de 1950.

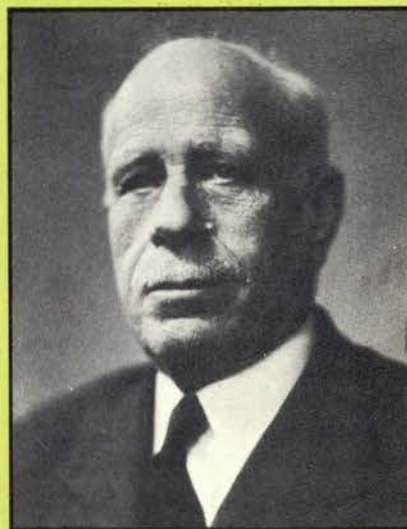
MENDES CABEÇADAS

Nasceu José Mendes Cabeçadas Júnior em Loulé, a 9 de Agosto de 1883, filho de José Mendes Cabeçadas e de D. Maria da Graça Cabeçadas.

Cursou a Escola Politécnica e, em



1926, Mendes Cabeçadas, então comandante, à saída do Palácio de Belém, depois de ter recebido do general Gomes da Costa o encargo de formar governo



10 de Dezembro de 1902, transitou para a Escola Naval. Esteve em Moçambique em 1908 e 1909 e, logo que regressou a Portugal, começou a fazer parte dos preparativos para a revolução que devia suceder à monarquia.

Era então segundo-tenente e, na manhã de 4 de Outubro de 1910, toma conta do "Adamastor", donde disparou tiros para o Palácio das Necessidades, residência do rei, o mesmo

fazendo o navio "S. Rafael".

Pelos serviços prestados ao novo regime, foi, em 18 de Novembro de 1910, promovido por distinção ao posto de capitão-tenente.

Em 1926 era contra-almirante e, desgostoso pela marcha política em que caminhava Portugal, foi nomeado chefe do movimento revolucionário que nasceu em Braga e depois se alastrou por todo o Portugal, o "9 de Maio", sendo Mendes Cabeçadas a verdadeira "alma mater", deste movimento militar, pois concentrou nas suas mãos todos os poderes, transmitidos pelo então Presidente da República, dr. Bernardino Machado, que foi forçado a exilar-se para o estrangeiro.

Mas o general Gomes da Costa, vindo de Braga ainda comandando as tropas revolucionárias, consegue com "golpe de Estado", a 17 de Junho, depor o contra-almirante Mendes Cabeçadas e, para não haver efusão de sangue, foi ele próprio quem assinou o decreto, demitindo-se e nomeando o general Gomes da Costa para o cargo que desempenhava.

Depois disto afastou-se de toda a actividade política, sendo sucessivamente: presidente da Junta Autónoma do Arsenal, presidente da Comissão das Obras de Construção do Arsenal, etc.

Mas, como mostrasse sempre rebeldia e não concordando com a política seguida, revoltou-se contra a situação política por ele criada, o que lhe valeu ser preso e responder no Tribunal Militar de Santa Clara, pelo que passou à reforma.

Faleceu em 11 de Junho de 1965.

GOMES DA COSTA

Nasceu em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1863, Manuel de Oliveira Gomes da Costa e assentou praça na arma de Artilharia em Novembro de 1880; quatro anos depois era aspirante.

Nas terras da Flandres, no CEP, firmou o seu prestígio de militar, aureolado já nas campanhas de África, ao lado de Mouzinho, e na Índia.

Dotado duma rebeldia insatisfeita, em 1921 envereda pela política e



filia-se num partido novo, o Partido Reformista. Desiludido, em 1922 parte para o Oriente e só passado dois anos volta à Metrópole, começando, então, a conspirar contra os chamados democráticos, e nesta tensão o foram buscar os do 28 de Maio, que lhe entregaram a chefia militar para, a 6 de Junho de 1926, entrar em Lisboa.



1926, o general Gomes da Costa quando assumiu a chefia do movimento militar do 28 de Maio e do Governo

Como se sabe, quem detinha os poderes de Estado era o contra-almirante Mendes Cabeçadas, mas o general Gomes da Costa, por um chamado "golpe de Estado", destituiu-o, tomando conta do governo da nação; porém, por pouco tempo, pois outro "golpe de Estado", a 9 de Julho, fá-lo abandonar o Poder, entregando o mesmo ao general Óscar Carmona.

Ainda neste período hesitante, foi o general Gomes da Costa convidado a ficar sem pasta no Governo, o que recusou, pelo que foi mandado recolher à cidadela de Cascais. No dia 11, foi convidado para Presidente da República, recusando também, e, como se declarasse contrário às directivas do novo Governo, foi preso e mandado para Angra do Heroísmo, onde se conservou até 22 de Outubro, com todas as honras, passando depois para Ponta Delgada.

Faleceu em Lisboa a 17 de Dezembro de 1929, sendo os seus funerais nacionais.



ANTÓNIO O. FRAGOSO CARMONA

António Óscar Fragoso Carmona, que nasceu a 24 de Novembro de 1869, em Lisboa, foi quatro vezes reeleito para o cargo de Presidente da República.

Em 1926 (28 de Maio), o general

Gomes da Costa proclama uma nova política no País e arranca de Braga sobre Lisboa para impor essas novas directrizes políticas com o apoio do almirante Cabeçadas e do general Óscar Carmona, que comandava a IV Divisão, em Évora.

Depois dos acontecimentos que se passaram com o almirante Mendes Cabeçadas e o general Gomes da Costa, foi designado Carmona para chefiar o novo Governo, com atribuições de Chefe de Estado.

Consolidada a política iniciada em 28 de Maio de 1926 e para que o País entrasse no regime constitucional, foi logo o nome do general Carmona apontado para Presidente da República por meio de um plebiscito que se realizou a 25 de Março de 1928 e no qual obteve 738 065 votos.

A aclamação do novo Presidente da República efectuou-se a 15 de Abril.

Terminado o mandato, realizaram-se novas eleições presidenciais a 17 de Fevereiro de 1935, sendo Carmona novamente eleito.

Carmona, que devia tomar posse do alto cargo de Presidente da República pela segunda vez a 15 de Abril de 1935, não foi empossado por se encontrar doente, sendo por isso a cerimónia adiada.

Em presença deste facto, Salazar, Presidente do Conselho, assumiu a 16 de Abril os poderes de Chefe de Estado. A posse do general Carmona só se efectuou a 26 de Abril, prestando compromisso na Assembleia Nacional.

As eleições que levaram Carmona pela terceira vez ao mais alto cargo da magistratura da nação realizaram-se a 8 de Fevereiro de 1942 e a posse teve lugar a 16 de Abril de 1942 na Assembleia Nacional, terminando este mandato em 1949.

Em 1949 as novas eleições não se revestiram de tanta calma como as anteriores; em nenhuma delas se tinha apresentado qualquer candidato da oposição, o que não aconteceu com esta, pois, a 9 de Julho de 1948 apresentou-se à candidatura de Presidente da República o general José Mendes Ribeiro Norton de Matos, político muito conhecido, alto-comissário em Angola, embaixador em Londres e ministro da Guerra, na primeira guerra mundial.

A confirmação de ser ilegível o

candidato da oposição foi dada pelo Supremo Tribunal de Justiça a 17 de Dezembro de 1948.

Carmona, só a 20 de Dezembro de 1948 foi considerado candidato da União Nacional, para a continuação do cargo que desempenhava, e a sua proclamação oficial seria dada II Conferência da União Nacional, que se realizava no Porto, nos dias 7 a 9 de Janeiro de 1949, para depois, a 1 de Fevereiro, ser apresentada novamente a sua candidatura no Supremo Tribunal, subscrita por 548 nomes, sendo o primeiro o de Salazar.

A propaganda das eleições foi intensa, quer da parte do candidato da oposição quer da parte do candidato oficial. Porém, a 12 de Fevereiro de 1949 o general Norton de Matos resolve desistir, sendo eleito o general Carmona.

Faleceu em 1951.

CRAVEIRO LOPES

No dia 18 de Abril de 1951 falecia o Presidente da República, marechal António Óscar Fragoso Carmona, sendo investido no alto cargo, enquanto não se realizassem as eleições para o novo Chefe de Estado, o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar,

que a 5 de Junho, numa mensagem que dirigiu à nação, afirma não aceitar o mais alto cargo que muitos sectores pretendiam que aceitasse. Passados apenas 20 dias, a Comissão Executiva da União Nacional dá a conhecer a todo o País que o seu candidato é o general Francisco Higinio Craveiro Lopes, que comandava, nessa altura, a Região Militar, com sede em Tomar, e nascera em Lisboa a 12 de Abril de 1894.



1958, o general Craveiro Lopes — cujas relações com Salazar nem sempre foram amistosas —, votando nas eleições que deram fim ao seu mandato



**AMÉRICO DE DEUS
RODRIGUES TOMÁS**

Nasceu em Lisboa a 19 de Novembro de 1894. Assentou praça no Corpo de Alunos da Armada em 7 de Novembro de 1914, tendo concluído o curso da Escola Naval em 30 de Dezembro de 1916.

Em 6 de Setembro de 1944 foi nomeado ministro da Marinha, cargo que exerce até 1958. Em 9 de Agosto de 1958 foi eleito Presidente da República. Os seus mandatos foram sucessivamente renovados até 25 de Abril de 1974.

Após a revolução foi exilado para o Brasil, onde se encontra presentemente.

Capa do número da revista "Arquivo Nacional" dedicado às eleições presidenciais de 1935



ANTÓNIO DE SPÍNOLA

De 15 de Maio de 1974 a 30 de Setembro de 1974.

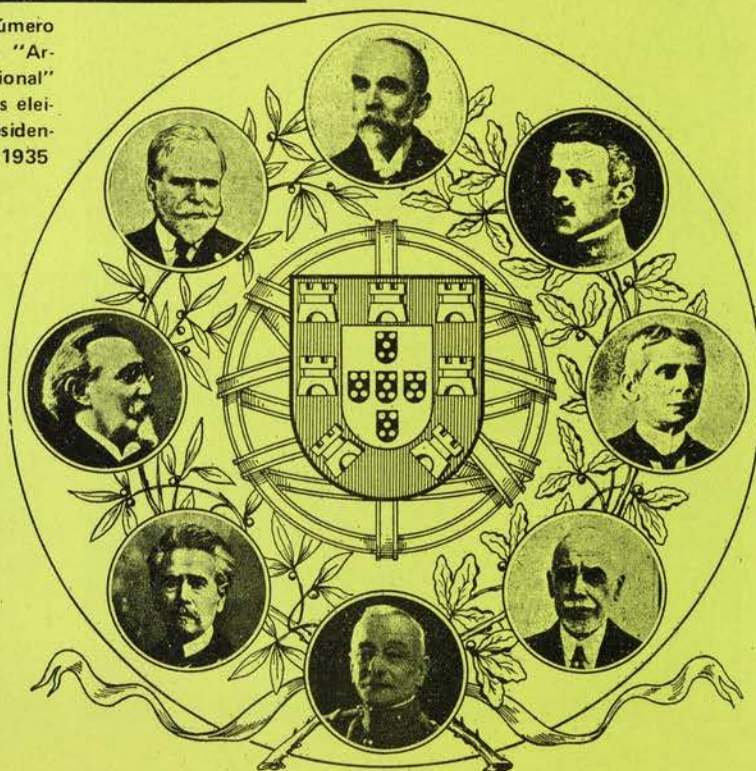


COSTA GOMES

Eleito em 30 de Setembro de 1974.

13 presidentes 21 mandatos

- DR. MANUEL DE ARRIAGA
(de 11 de Outubro de 1911 a 27 de Maio de 1915)
- DR. TEÓFILO BRAGA
(de 29 de Maio de 1915 a 5 de Outubro do mesmo ano)
- DR. BERNARDINO MACHADO
(de 5 de Outubro de 1915 a 11 de Dezembro de 1917)
- DR. SIDÓNIO PAIS
(de 9 de Maio de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano)
- ALMIRANTE CANTO E CASTRO
(de 16 de Dezembro de 1918 ea 5 de Outubro de 1919)
- DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
(de 6 de Outubro de 1919 a 6 de Agosto de 1923)
- MANUEL TEIXEIRA GOMES
(de 6 de Agosto de 1923 a 11 de Dezembro de 1925)
- DR. BERNARDINO MACHADO
(2º. mandato – de 11 de Dezembro de 1925 a 28 de Maio de 1926)
- ALMIRANTE MENDES CABEÇADAS
(não eleito, foi Chefe de Estado, por um golpe reaccionário, de 28 de Maio a 17 de Junho de 1926)
- GENERAL GOMES DA COSTA
(de 17 de Junho de 1926 a 9 de Julho do mesmo ano)
- GENERAL ANTÓNIO O. F. CARMONA
(de 9 de Julho de 1926 a 15 de Abril de 1928;
de 15 de Abril de 1928 a 17 de Fevereiro de 1935;
de 26 de Abril de 1935 a 8 de Fevereiro de 1942;
de 8 de Fevereiro de 1942 a 12 de Fevereiro de 1949;
de 12 de Fevereiro de 1949 a 18 de Abril de 1951)
- GENERAL CRAVEIRO LOPES
(de 9 de Agosto de 1951 a 1958)
- ALMIRANTE AMÉRICO TOMÁS
(de 9 de Agosto de 1958 a 1965; 1965 a 1972; 1972 a 25 de Abril de 1974)
- GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA
(de 15 de Maio de 1974 a 30 de Setembro de 1974)
- GENERAL COSTA GOMES
(eleito em 30 de Setembro de 1974)





Por
Natália Correia



Excede meio século o período que vai destas eleições presidenciais às que, em Dezembro de 1925, conduziram à Presidência da República Bernardino Machado.

Quem hoje ler o que então Raul Proença escreveu na "Seara Nova" sobre a degradação do regime implantado em 5 de Outubro descortina por entre a amargura dessas páginas a fatal proximidade da liquidação das esperanças republicanas e dos erros que as frustraram. E a 28 de Maio de 1926, rompe em Braga o movimento, de início politicamente heterogéneo que viria a formalizar-se na homogeneidade de uma ditadura imposta ao País até 25 de Abril de 1974.

Durante esse longo rapto das liberdades, os Presidentes da República mais não foram que decorações presidenciais de uma ditadura que, pela vontade de um homem superdotado para exercer o poder totalitário se foi progressivamente volvendo numa autocracia. Deposta, esta por sua vez, sem resistência, já pela lei universal do cansaço do Poder, já pela corrosão produzida pelas guerras colo-

UM HOMEM DE EXCEPCÃO PARA UMA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL

niais, coube a Presidência da República a um homem que se prestigiara como militar e cuja voz algo contribuiu para fazer entrar o regime nas vascas da agonia.

Não sendo Presidente eleito pela vontade do povo, Spínola, então carismado pela fama que lhe trouxera o seu livro "Portugal e o Futuro" e pelas atitudes assumidas em prol do restabelecimento das liberdades, foi saudado pelo entusiasmo popular. Meteórico brilho que a 29 de Setembro de 74 se apagou numa despedida dramática na qual perpassaram negros augúrios que infortúnios ulteriores desgraçadamente confirmaram.

Retirado que foi o cenário deste Presidente mais talhado para as glórias militares do que para a praxis dos arranjos políticos, seguiu-se no cargo Costa Gomes. Presidente, também não eleito, de recurso, num contexto que o designou como sucessor de um Presidente que claudicara, a este outro general foi reservado enfrentar na Presidência os embates mais duros da travessia revolucionária. A ambivalência de que deu provas fez dele uma figura controversa. Conciliador mais do que seria desejável com forças que tudo fizeram para exterminar as conquistas democráticas, saudou-o a este título a esquerda pécépista e revolucionária como o negociador que evitou a guerra civil. Na inversão desta perspectiva, ou seja, do ponto de vista da população aglutinada pelos três partidos maioritários, Costa Gomes foi alvo de uma declaração impopularidade sendo acusado de capitulacionismo durante a intempérie

Gonçalvista e de ambiguidades que fortaleceram o fôlego das esquerdas golpistas.

Segue-se, pois, que, desde Dezembro de 1925, os portugueses não tiveram o "seu Presidente" mesmo na figura daqueles que ocuparam esse cargo já à luz das liberdades outorgadas pelo 25 de Abril. E eis consumado o facto que, dobrado meio século, confere ao povo a faculdade de projectar a sua vontade e as suas esperanças num Chefe do Estado livremente eleito.

Não fora já de si enorme a importância de ter finalmente a República Portuguesa um Presidente legitimado pela vontade popular, acresce ainda um aspecto que agiganta as responsabilidades do homem que convenceu a maioria da população portuguesa de que incarna os méritos que esta exige ao "seu Presidente". Ramalho Eanes é a última oportunidade dada à democracia para subsistir em Portugal. Uma situação excepcional e de excepção terá de ser aquela que aceitou presidir ao destino da Nação. Seja a coragem que levou Eanes a suportar o fardo da excepcionalidade de que terá de dar provas, o sinal seguro da sua fortaleza de ânimo. Porque, a partir de agora, a firmeza do PR é a coluna vertebral de uma democracia que, sem esse esteio, não poderá avançar. E é bom não esquecer que a esquerda que ateou a fogueira do chamado gonçalvismo não só aumentou numericamente nestas eleições como promete pôr à prova o pulso do décimo quarto Presidente da República Portuguesa.

VINTE HORAS COM EANES NO DIA DA VITÓRIA

09.30 — Dois polícias à porta e três curiosos na esquina assinalam o número 2 da rua D. José de Bragança, no Bairro da Madre de Deus, em Lisboa, onde mora o tenente-coronel (hoje general) Ramalho Eanes. A casa, de rés-do-chão e primeiro andar, está ainda adormecida. Cá fora, em frente da porta, o Volkswagen azul do general (“ultimamente quem tem andado com ele tem sido a dra. Manuela, a mulher do sr. general”, explica um dos polícias encarregados da guarda da casa).

09.40 — Chega um enorme ramo de flores. Quem o envia escondeu o nome dentro de um envelope. Margarida aparece à porta. É alentejana e empregada da casa. Comenta: “Mandam estes enormes ramos de flores, como se alguém tivesse morrido aqui em casa!”

10.00 — O número de pessoas que espera, perto da casa, a saída do candidato, cresceu um pouco. Há dois grupos de mirões que aproveitam as sombras para conversar. O Sol já vai alto. Num café perto, meia dúzia de fregueses do bairro gozam a manhã de domingo em que podem ir até ao café.

Pessoas passam na rua a caminho da secção de voto. Na casa, uma das persianas está já subida. Ao lado, no jardim, um homem trabalha já, imperterbável, como sempre. Cultiva o jardim há anos, desde que Eanes veio para aquela casa depois de casar, e diz que o general costuma ajudá-lo e conversa com ele. O jardineiro mostra um certo pudor em falar da vida na casa.

11.20 — O general sai para o jardim, pela porta da marquise em mangas de camisa e gravata de riscas. Vai falar com o jardineiro. Mantém-se no jardim por uns momentos a conversar. Encostados ao portão observamos a cena:

“Meus senhores, bom dia!”, atiramos de dentro o general enquanto se retira para dentro de casa aparentemente para tomar o pequeno-almoço.

11.45 — Entra na casa o sogro do

general. Ele e o genro votam no mesmo sítio.

11.50 — Fernando Ramos, capitão de Cavalaria e chefe da segurança do general, entra, acompanhando Raul Rego, mandatário da candidatura, o qual não tem a sua famosa boina. “Está muito calor”, explica ele.

11.51 — A porta da moradia é aberta para deixar sair António e Manuela Eanes, Raul Rego e Fernando Ramos. Manuela Eanes senta-se no banco de trás, Raul Rego no “lugar do morto” e Eanes, depois de ter fechado a porta ao director de “A Luta”, instala-se ao volante do Volkswagen azul, a caminho da Escola Preparatória Luís António Verney (ali a dois passos), onde uma multidão heterogénea o aguardava.

Rodeado pelos homens da segurança, Eanes fura (é o termo) por entre a multidão que se comprime junto à porta da escola. Dirige-se à sua secção de voto, no rés-do-chão, onde começou por cumprimentar os membros da mesa. O presidente desta lê então: “António dos Santos Ramalho Eanes!”. A secretária anota na lista dos eleitores inscritos. Eanes foi fazer a cruzinha para a cabina. Regressou à mesa, entregou o voto, voltou a cumprimentar e saiu.

Começam as aclamações a subir de tom. No meio de uma multidão comprimida que berrava “Eanes! Eanes!”, o general disse, à porta, umas palavras de circunstância para os jornalistas. Ao mesmo tempo, no primeiro andar, Manuela Ramalho Eanes saía completamente sozinha (ladeada por dois agentes de segurança), da décima quarta secção de voto. Encontrámo-la no corredor e perguntámos-lhe se ia almoçar a casa e que almoço ia ser o seu naquele dia: “Vai ser simples, em casa, como normalmente. Sopa, carne assada, vinho, enfim, o costume”, terminou a rir.

Acompanhámo-la enquanto descia as escadas. Em baixo, no átrio da escola, centenas de pessoas gritam o

seu voto em Eanes. Duas ou três mulheres reconhecem-na e abraçam-se a ela. Uma mãe estende (tradicionalista) uma criança para dar um beijinho ao general. Outra adianta-se e comprime-o num abraço “maternal”. Aos poucos, a multidão vai saindo.

Perguntamos à mulher de Eanes se pensa continuar a trabalhar depois de o marido ser eleito. (É funcionária do MEIC.)

M.R.E. — Penso continuar, embora talvez com um horário diferente.

“VM” — Vão ficar a viver na vossa casa?

M.R.E. — Pensamos que sim. Só o não faremos se se revelar inconveniente.

Saíram. Cá fora, dois grupos distintos. Além dos partidários do general havia uma concentração de pessoas favoráveis a Otelo. Estes desataram a berrar: “Pinochet! Pinochet! Fascista! Fascista!”.

A mulher diz-lhe em voz baixa:

“Não liguês importância! Deixa lá!”

Os partidários de Eanes, entretanto, não ficaram calados. Virados para os “otelistas” gritavam: “Vão trabalhar! Vão trabalhar!”. A segurança velava. Não houve recontros. Uma curiosidade: os defensores de Otelo não se aperceberam de que o homem de meia-idade, vestido com um fato escuro, que, calado, no meio deles, seguia toda a cena, era o próprio sogro do general.

12.30 — Eanes dirige-se para o Volkswagen azul, onde sua mulher toma assento no banco de trás e Raul Rego se instala à direita do general.

Os três seguem então da Madre de Deus para a Avenida da República onde, num prédio de cinco andares, funcionam os serviços da candidatura.

O general vai ali para se informar do modo como estão a decorrer as eleições em todo o País. A estas horas pouco movimento há ainda na candidatura. Na recepção espera-se que durante a tarde o movimento aumente bastante. Uma placa anuncia um próximo jantar de homenagem a Eanes.

13.15 — Chegam Diogo Freitas do Amaral e a mulher. Interrogado sobre se considerava a candidatura de Eanes uma candidatura do socialismo democrático, o presidente do CDS diz que a considerava não uma candidatura dos socialistas mas uma candidatura dos

democratas. Sobe ao quinto andar, enquanto Maria José Freitas do Amaral fica à porta, sentada numa cadeira, na recepção.

13.30 — Sai o general com a mulher e Raul Rego. Arrancam no carro azul e, a caminho da casa deste último, o general resolve parar junto do Instituto Superior Técnico, para ver o mural gigante que o MRPP pintou na fachada do edifício.

13.35 — Eanes retoma o caminho para casa de Raul Rego, sempre ao volante do Volkswagen azul. Rego, à porta, despede-se afectuosamente do casal Eanes. Manuela Eanes passa para o banco da frente e os dois vão para casa.

13.45 — O general chega a casa com a mulher. Convida-nos a entrar e a beber alguma coisa, pois está muito calor. Servem-nos água do Luso. Conversamos. Eanes mostra não desejar o PCP no Governo definitivo. Perguntamos-lhe se Melo Antunes faria parte dele. Remeteu a questão para o futuro Primeiro-Ministro, Mário Soares, mas admitiu que alguns elementos do GIS pudessem ser incluídos na equipa ministerial. Conversamos de pé, informalmente. Ao lado, numa mesinha, a colecção de relógios antigos de bolso de Ramalho Eanes. A sala é pequena e dá para a marquise. Eanes



Em casa, na sala de estar, Eanes conversa com a "VM", a minutos do almoço. Ao mesmo tempo, por todo o País, as eleições que, de madrugada, lhe dariam a vitória continuavam a processar-se



Ao volante do seu Volkswagen azul-eléctrico, Eanes sai da secção de voto a caminho da sede de candidatura



diz que passado este mandato "de modo nenhum me voltarei a candidatar". Antes de entrarmos em casa o general tinha-nos dito: "Vão ficar desiludidos com a minha casa." É uma residência remediada, com rés-do-chão e primeiro andar (onde são os quartos). Arranjada, limpa, cuidada. Uma casa parecida com tantas outras, da classe média.

Naquele dia, porém, não era uma casa vulgar. Lá fora, a segurança velava. Aquela era a casa do homem que nessa noite estaria eleito para ocupar o mais alto cargo do País.

O filho do casal, ainda criança, está em Castelo Branco, "para não sofrer os choques destes dias", diz o pai, que pensa reunir-se-lhe dentro de dias para descansar de uma campanha estafante.

Quase um dia como os outros (na aparência, ao menos): o casal Eanes senta-se para almoçar

A dra. Manuela, ao lado, está calada. Ainda os acompanhamos até à casa de jantar onde uma tigela com azeitonas em cima da pequena mesa redonda parece destinada a entreter a espera da sopa que não tarda. O general senta-se à mesa e tira a gravata depois de a mulher lhe fazer notar que está muito calor. Ela passa-lhe o prato da sopa e senta-se também à mesa.

Despedimo-nos.

Cá fora o calor continua.

15.30 — O general vai descansar.

16.30 — Eanes sai de casa sozinho e mete-se no carro azul juntamente com o capitão Fernando Ramos (da segurança) e o seu motorista do Estado-Maior do Exército, sr. Serra. O general segue ao lado do motorista. Saem de casa e descem à marginal, passando pelo Terreiro do Paço, a caminho de Belém. Meia hora antes tinha entrado neste palácio o ainda Presidente Costa Gomes.

16.45 — Encontram-se no palácio diversos conselheiros da Revolução que se preparam para a reunião do CR. O Volkswagen azul de Eanes sobe a rampa do palácio, conhecida por entrada dos bichos e pára lá em cima, no pátio. Sousa e Castro, Vítor Crespo, Vasco Lourenço já ali se encontram.

No Pátio dos Bichos, um grupo de jornalistas entrevista Eanes. Este entra depois para a reunião do CR.

18.30 — Eanes sai do Palácio de Belém, depois de ter tomado parte na reunião do CR. No seu carro azul dirige-se, atravessando a zona de Monsanto, para a sede da sua candidatura. Passado o Aqueduto das Águas Livres, o general Eanes desce à Praça de Espanha e segue para a sede da sua candidatura.

18.45 — Ramalho Eanes entra na sede da candidatura na Avenida da República. "Vida Mundial" pergunta: "O sr. general demorou-se bastante no CR. Alguma decisão o obrigou a isso?"

"Não! Não se tratou de nada de muito importante. Só conversa."

18.50 — Mário Soares, Maria Barroso e a filha chegam ao edifício num Morris. "Penso que Eanes ganha hoje, julgo que não precisa ir à segunda volta", diz nesta altura à "VM" o que vai ser o primeiro Chefe de Governo de Eanes. Maria Barroso sobe ao quinto andar com o marido.

Por esta altura, fala-se à porta da sede da candidatura na recente reunião do CR. Alguns julgam que deverá ter sido abordado o problema de Costa Gomes. Reina a convicção de que será colocado num gabinete de relações diplomáticas com as ex-colónias.

19.30 — "VM", no terceiro andar do edifício, ouve "as últimas" dos resultados que vão chegando. Neste andar funcionam os serviços de propaganda. Eanes continua no seu gabinete, no quinto andar, onde se encontra reunido com os elementos da comissão de coordenação geral da candidatura.

19.40 — O candidato inicia uma volta ao edifício para cumprimentar todos os funcionários.

19.45 — A mulher do general chega à sede da candidatura.

20.05 — Maria da Conceição Sá da Bandeira, secretária do general, diz à "VM" que Eanes não deve ir jantar a casa.

20.15 — Eanes acaba de cumprimentar todos os funcionários do prédio.

20.17 — Manuela Eanes recebe uma equipa do "Paris-Match".

20.20 — Eanes é informado de que em Beja está em segundo lugar, com menos 5 votos do que Otelo.

21.00 — Eanes reúne com elementos da comissão da candidatura (entre os quais o major Pimentel), no seu gabinete.

21.30 — Recebe Álvaro Guerra e, pouco depois, Carlos Cruz.

21.45 — O general recebe a Emissora e a Rádio Globo do Rio de Janeiro, que lhe faz uma entrevista em directo para o Brasil.

22.00 — Conversa com César Oliveira, que viria a ser publicada, no dia seguinte, no "Diário de Lisboa".

22.05 — Manuela Eanes recebe pessoas numa sala junto ao gabinete do general. Quinze minutos depois desce ao bar. "Não vamos jantar, comemos uma sanduíche daqui a pouco, apenas", diz ela.

22.25 — Eanes "janta" duas sanduíches de carne assada e bebe um copo de leite. Pouco depois das dez e meia o casal é entrevistado para a ABC.

23.25 — No quinto andar, o corredor parece já a antecâmara do poder. Alguém comenta: "Parece uma base naval com submarinos e batiscafos. Eanes tem consciência disso."

Toda a gente quer cumprimentar o Presidente do dia seguinte.

Intelectuais, políticos (do PS, PPD e CDS), jornalistas, militares. Álvaro Guerra, Sousa Tavares, Martins Garcia, Firmino Miguel, Garcia dos Santos, Manuel Alegre, Jorge Miranda, Pedro Themudo de Castro e Gustavo Soro-menho eram algumas das pessoas que ali estavam. Conceição Sá da Bandeira e a sua ajudante, Elisabete, não paravam, sempre açodadas subindo e descendo as escadas dos cinco andares (os elevadores estavam avariados).

23.27 — Álvaro Guerra (afinal, quando é que parte para o Oriente?) entra no gabinete onde Eanes continuava a ser entrevistado para a ABC.

23.35 — Jorge Miranda diz que vai haver outra reunião da comissão, dentro de momentos, na sala do general.

23.50 — Eanes e sua mulher conversam com Álvaro Guerra, mas Rui Machete interrompe, entrando na sala.

23.55 — Começa mais uma reunião de colaboradores de Eanes. Presentes, entre outros, Carlos Macedo (que é quase certo no próximo Governo), Jorge Miranda, Álvaro Guerra, Firmino Miguel, João Geada e Medeiros Ferreira.

23.56 — Vasco Lourenço entra no edifício da candidatura, onde José Carlos de Vasconcelos também é conhecido por "Miguel de Vasconcelos". Nos "mentideros" deste edifício, onde se trabalhou para a candidatura do Presidente Eanes, fala-se também em desentendimentos surgidos entre Medeiros Ferreira e Melo Antunes.

00.15 — Chegam Sá Machado e Emídio Pinheiro, do CDS.

00.17 — Mário Soares e Sottomayor Cardia entram também no edifício onde o futuro Primeiro-Ministro já tinha estado à tarde. Entretanto (ninguém sabe porquê), a segurança manda sair "quase" todos os jornalistas.

00.45 — Mário Soares, Sottomayor Cardia e Manuel Alegre saem.

Firmino Miguel vem à porta despedir-se do secretário-geral do PS e explica à "VM" que Eanes "encontra-se lá em cima reunido connosco, ainda na reunião da comissão. É uma reunião informal — continua Firmino Miguel —, o general vê os resultados pela



Vestir o casaco para mais um "contacto" obrigatório: o fastio de um gesto maquinal, que se repetiria ao longo de todo o "enorme" 27 de Junho

televisão enquanto conversa connosco e descansa. Prepara-se para a conferência de Imprensa que vai dar, possivelmente, na Gulbenkian. Nós estamos a ensaiá-lo fazendo-lhe as perguntas que mais provavelmente lhe vão ser feitas".

01.05 — Vasco Lourenço sai. Eanes descansa numa sala, sozinho, com a mulher.

01.20 — Sá Carneiro chega à candidatura num Mercedes preto. Perguntamos-lhe se, como líder do partido social-democrata português, tinha algum comentário a fazer às declarações de Maria Barroso, no comício de apoio a Eanes, na Fonte Luminosa, segundo as quais quem não gosta da palavra socialismo não deve estar junto de Eanes. "Como social-democratas — respondeu Sá Carneiro — identificamo-nos com o socialismo democrático, não dogmático, não marxista. Mas há pessoas e partidos que não são socialistas. Acho que as

afirmações de Maria Barroso foram afirmações partidárias e não de uma apoiante da candidatura de Eanes."

02.50 — Jaime Neves, que entretanto tinha entrado, sai do edifício, depois de ser cumprimentado efusivamente pela maioria dos elementos da segurança de Eanes.

03.00 — O general está atrasado em relação às previsões que davam como certa uma conferência de Imprensa, na Gulbenkian, às duas horas.

03.40 — Manuel Alegre entra de novo. Diz-nos que "nem o general De Gaulle foi eleito por uma percentagem tão grande".

Junto de nós aparece o brigadeiro Charais (que foi cumprimentado friamente por Eanes) e comenta assim o triunfo deste: "Julgo que era de esperar que, sendo o 25 de Abril iniciado por forças militares, o eleito- rado se tivesse inclinado para um candidato militar."

03.45 — Nova reunião com a comissão. Julga-se que Eanes já não vai à Gulbenkian, dado que está já marcada uma conferência de Imprensa, no dia seguinte.

04.00 — Eanes está há 9 horas e 45 minutos na sede da sua candidatura.

04.45 — Eanes grava uma declaração ao País que a Televisão deve transmitir dentro de meia hora.

04.55 — Sai Aventino Teixeira, que diz à "VM": "O general Eanes sai daqui a meia hora." Aventino errou por 5 minutos.

05.15 — O general vem ao rés-do-chão do edifício da candidatura e Amaro da Costa sai do edifício. "Nestas eleições, a tese proposta pelo Partido Comunista fracassou", diz à "VM" o vice-presidente do CDS.

05.30 — Ramalho Eanes sai, finalmente, da sede da candidatura. Uma vez cá fora, cumprimenta as pessoas e os funcionários dos serviços da candidatura. Com ele sai a mulher, "bastante cansada", como diz.

"VM" — Como é que se sente? Contente?

R.E. — Sinto que estou no limiar de novas e grandes responsabilidades. Creio que tenho de me organizar a mim mesmo para lhes fazer face e conto que as dificuldades serão ultrapassadas com a colaboração de todos. Mesmo com a colaboração daqueles que continuam a empenhar-se em utopias e em esquemas que são inviáveis neste país e que não servem para ninguém. Nem para eles.

"VM" — Pensir descansar uns dias na Beira Baixa?

R.E. — É natural que vá passar uns dias em Castelo Branco.

05.35 — Ramalho Eanes e a mulher seguem para sua casa, onde pouco depois, à porta, se despediram da comitiva. António dos Santos Ramalho Eanes era já (podia dizer-se) o décimo quarto Chefe do Estado português. Ia descansar finalmente. Depois de 18 horas de trabalho e de ter sido eleito pela maioria absoluta dos portugueses.

● Francisco de Sequeiros



António Ramalho Eanes: um homem como qualquer de nós

EU, ANTÓNIO RAMALHO EANES

Portugal tem o seu mais novo Presidente. E um homem como nós. Finalmente.

Para trás fica em definitivo ultrapassada a imagem do Chefe de Estado intangível, longínquo, hierático. Do governante que, de comum com os governados, tem, apenas, a espécie humana — tão pouco! — e a nacionalidade.

Vamos poder encontrar por aí o nosso Presidente, na mesa ao lado do restaurante em que almoçamos, no Jardim Zoológico, em tarde de sábado, com os nossos filhos, talvez em noite de concerto, se os nossos afazeres — e os dele — o permitirem. Porque a música é uma das paixões do primeiro homem de Portugal, uma das formas que lhe é mais querida para ocupar os seus poucos tempos livres, de tradições íntimas na sua vida, já que foi um pouco através dela que aprendeu a conhecer a mulher com quem casou, na bonita capela de Queluz, em 28 de Outubro de 1970. Casamento íntimo, presentes apenas pais e irmãos, o da Maria Manuela e do António. Assim queriam ambos, de há muito, mesmo contrariando o desejo dos pais dela. Única filha, teriam gostado de oferecer-lhe a pequena festa tradicional.

A morte do pai de Ramalho Eanes, ocorrida um mês antes, veio, afinal, tornar impossível qualquer outro tipo de cerimónia.

Não era antigo o conhecimento de ambos — pelo menos em tempo —

quando casaram. Datava de há cerca de um ano o seu primeiro encontro, num jantar na Academia Militar. Depois, concertos e espectáculos de bailado na Gulbenkian — os seus locais de encontro habituais. Neles se foram descobrindo mutuamente, em defeitos e qualidades. Poucos meses passados, Ramalho Eanes é mobilizado para a Guiné. E, durante um ano, o namoro prossegue, por carta, de Lisboa para a Guiné, da Guiné para Lisboa. Um ano de separação, de efeitos normalmente tão negativos entre pessoas que pouco têm a dizer entre si, foi motivo de verdadeira comunhão, tornada mais fácil a troca de ideias, a abertura, a aproximação, como se em presença estivessem, entre feitiços reservados, particularmente no caso de Ramalho Eanes, muitíssimo introvertido.

Como casal, os Eanes completam-se extraordinariamente bem. Excepto nos "petiscos", onde o general não é muito bom companheiro. De gostos muito simples, quase frugais, António Ramalho Eanes come apenas para viver. Peixe grelhado ou cozido, filetes, iscas: eis os seus pratos favoritos, que troca, sempre, pelo cozinhado mais elaborado. A acompanhar a refeição, um pouco de vinho ou cerveja, à noite um uísque ocasional, constituem o seu arsenal de bebidas alcoólicas.

Tão simples e tão despreocupada como a alimentação é a sua maneira de vestir. Prefere o casaco e calça, o "bla-

zer". Em todas as hipóteses, o que for menos formal. Essa a sua única exigência quando a mulher vai "vesti-lo". Porque tem de ser Maria Manuela a ocupar-se das suas compras.

Para peças um pouco menos "obrigatórias" — um casaco curto de camurça que lhe vimos no comércio da Alameda — a mulher tem de escolher ocasião em que ele as não possa recusar. O Natal ou o aniversário são dos poucos álibis que consegue encontrar. Também para a Manuela ou para o Manel, o filho, o general não gosta de escolher, embora não prescindia da sua opinião nem abdique do seu gosto. Sem ser um desportista, Ramalho Eanes praticou natação e foi instrutor de ginástica da Academia Militar. A equitação conta-se, também, entre os seus passatempos.

Sempre que pode, nos escassos lazeres que uma vida demasiado preenchida lhe deixa, o general refugia-se entre as suas obras favoritas: o ensaio, obras de formação política, o teatro, a poesia. Alguns dos seus serões, em casa, são assim ocupados: lendo, conversando, ouvindo música. Ou recebendo os amigos.

Sem ser, de modo algum, desatento, o general Ramalho Eanes não é demasiado interveniente na vida familiar: na decoração da casa, a mulher tem carta branca, mas a sua opinião vem sempre depois. Oferece ajuda com frequência, principalmente se há mais trabalho: se é preciso levantar ou "pôr" a mesa, se na cozinha "se pode fazer alguma coisa". Quando os fusíveis rebentam, o ferro eléctrico avaria ou é preciso colocar um candeeiro, o general colabora. Com muito jeito, segundo dizem...

Homem de sensibilidade apurada, gosta de flores e animais, de todas as coisas que nascem da terra: a relva que corta no seu jardim, as roseiras que poda, aos fins-de-semana. Os morangueiros, as árvores de fruto, em Castelo Branco, na casa de sua mãe, onde nasceu.

O pastor alemão que teve deixou-lhe muita pena, ao morrer. Nunca mais teve outro cão. Como acontece com tantos de nós. Porque o general António Ramalho Eanes, o 14. Presidente da República de Portugal, é um homem como qualquer de nós. M.S.R.

PREVISÕES E DISPOSIÇÕES

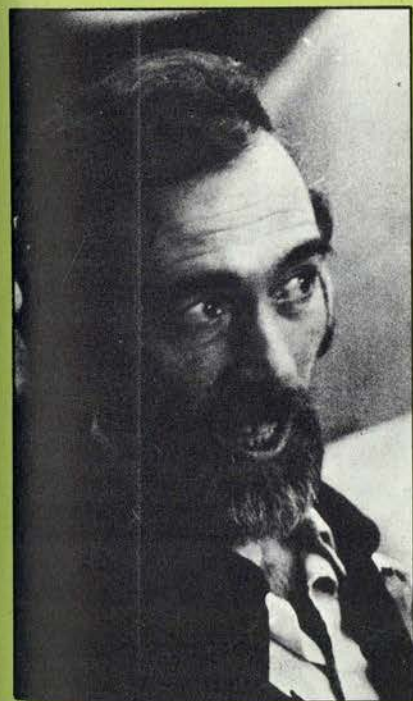
Horas: 22.25. Augusto Abelaira (numa resposta esfíngica): Não é preciso dar previsões. Toda a gente sabe quem vai ganhar...

Horas: 23. Azeredo Perdigão (com indistinto mau humor): não sei, não sei nada dessas coisas. Não tenho previsões.

Horas: 23.15. Victor Alves (positivamente peremptório): Ganha o general Ramalho Eanes à 1.ª volta, mas ignoro, rigorosamente, com que percentagem.

Horas: 23.30. Pezarat Correia (humoradamente inquieto): Olhe, as minhas previsões estão ali (aponta para o quadro televisivo). Olhe, estão a crescer. Não sei, eu nunca faço previsões. Nunca joguei no Totobola.

Horas: 23.30. Almeida Santos (compondo pausadamente o seu veredicto): Já temos dados que não são previsões. O General Ramalho Eanes ganha à 1.ª volta. A percentagem vai manter-se nos 65 por cento. Estou contente, visto que o povo português assim o quer.



Victor Alves: ganha Eanes...

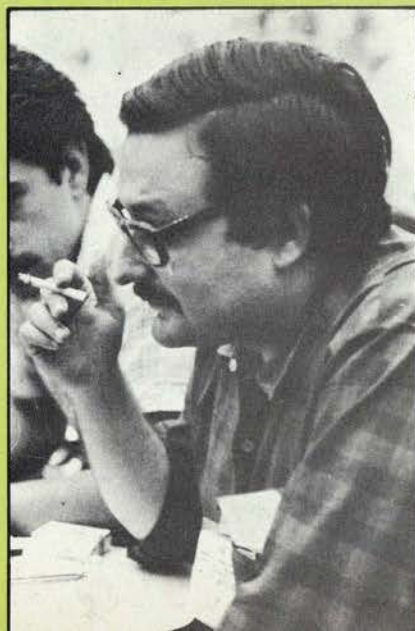
Horas: 23.35. César Oliveira (nervoso e informal): Vai ganhar o Eanes e à primeira volta. (A uma pergunta sobre os resultados de Otelo) São significativos da capacidade que Otelo tem em dinamizar as massas populares. Ainda bem que assim é, porque denota que está tudo desperto.

Horas: 23.40. Sousa e Castro (defensivamente correcto): Penso que o Eanes é capaz de ganhar à 1.ª volta. Quanto aos votos para Otelo, estes, pelo menos, enquadram-se nas minhas previsões. Acho que até agora tem tudo corrido bem.



Pezarat Correia: nunca joguei...

Fernando Rosas: vitória à primeira volta



NA GULBENKIAN À ESPERA DE UM PRESIDENTE

O centro de operações eleitorais para a Presidência da República da Fundação Gulbenkian, foi, na noite e na madrugada de 27 para 28 de Junho, um corropio constante de gente. Gente essa ligada aos órgãos de informação, predominantemente das imprensas europeias (incluindo as nossas, claro) e de personalidades políticas, civis e militares, que não cessou de perscrutar o ponto fulcral das atenções gerais, o lugar de encontro com as mais díspares correntes de opinião.

Foram longas horas de intenso vaivém. De brevíssimos diálogos. De espontâneos acenos, nimbados da curiosidade mútua e sagaz que sempre anima situações em que o nervo e a inquietação predominam a razão e o senso. Horas de emoção, de encontrões fortuitos, de palavras apressadas travadas entre os intervalos dos "écrans" sem resultados. O deambulatório em que não se sabe quem espera e quem chega, se o jornalista, se o ministro, se o que anda à procura de notícias, se o que cira à procura de impressões.

É o que tem de fascinante esta grande vigília que se viveu nos salões e corredores da Gulbenkian. Com todos nós, portugueses e momentaneamente "os mais" responsáveis, suspensos da magia massiva que nos mobiliza e justifica. Ali, em correrias nevróticas, suspirando uma palavra, um sinal, um número, uma evidência.

É deste tropel de mudanças e rostos que damos nota nestas páginas, para que se sofra, medite e registre. D.G.

Horas: 23.45. Gomes Mota (com estilo literário): O general Eanes está a fazer o seu passeio eleitoral. O que é preciso é saber qual será o resultado da declaração de voto. (Otelo vem sempre à baila) Otelo? Quando muito, calcularia que ele tivesse resultados na ordem dos 10 por cento, mesmo assim, ímpares no contexto político da Europa.

Horas: 23.50. Mário de Aguiar (muito concreto): Vitória à 1a. volta de Eanes, de acordo com todas as previsões.

Horas: 23.55. Fernando Rosas (dirigente do MRPP, muito atento aos "écrans"): Vitória de Eanes à 1a. volta, o que é bastante importante se considerarmos que estamos a assistir à preparação de uma série de golpes inspirados pelo partido social-fascista, mas que assim se vê amplamente derrotado.

Horas: 23.55. Piteira Santos (algo circunspeto): Não há lugar para previsões. É claríssimo que o general Eanes vai ganhar à 1a. volta, que o major Otelo ficará em 2o. lugar e o almirante Pinheiro de Azevedo em 3o. Mas tudo parece indicar que se este não tivesse tido o acidente haveria 2a. volta.

Horas: 00.00. Vítor Crespo (ponderado e conselheiral): Por ora a votação está a decorrer. Penso que os resultados obtidos não estão a divergir das previsões que entre os elementos do Conselho da Revolução se faziam. Os resultados vão ser ainda corrigidos.



Ferreira da Cunha: a imagem dum povo

Horas: 00.01. Ferreira da Cunha (tolerante e cortês): Os resultados das eleições presidenciais, tal como os resultados das eleições para a Assembleia da República, deram a imagem dum povo mais politizado do que os observadores políticos afirmavam, mas os resultados tanto num caso como no outro não facilitaram os problemas nacionais. D.G. ●

A Incôgnita

QUE VOTOS PARA AZEVEDO E OTELO?

Pinheiro de Azevedo obteve 14 por cento dos votos. Simultaneamente, verifica-se um acréscimo de votos na esquerda revolucionária que ultrapassa largamente a soma de votação que esta recolheu nas legislativas e dos votos do P.C.P., que passaram para Otelo. "De onde provêm estes votos e como encara este fenómeno?" — foi a pergunta que dirigimos a várias personalidades presentes na Gulbenkian.

MARCELO CURTO

Nós temos de examinar as eleições presidenciais à luz de outros critérios, que não os mesmos da eleição para a Assembleia da República. O agrupamento eleitoral não se faz da mesma forma. O que se verifica de extraordinário é que a força polarizadora do PC não revelou uma coesão como nós esperávamos. Não há dúvida que o apoio ao Otelo poderia ser um grande apoio se fosse um apoio organizado.

A questão está em que Pinheiro de Azevedo arrastou com ele, e o Otelo também, forças que apoiavam o PS como simpatizantes mas nunca de militantes.

LUCAS PIRES

Ao contrário do que se disse quanto às eleições legislativas, não há ainda em Portugal conservadorismo do eleitorado. Isto é, "fidelidades" estritas de clientelas determinadas a um respectivo partido. A primeira constatação é portanto a de que o eleitorado continua a ser muito móvel.

A 2ª constatação: a de uma radicalização das opções eleitorais, facto que não é estranho e é até consequente com a degradação crescente da vida económica.

3ª constatação: a grande votação em Otelo assinala no fundo um certo apetite de evasão — que pode não se distinguir, em certos casos de irresponsabilidade, em relação a uma situação cada vez mais repetitiva e desinteressante.

4ª constatação: o PS perde grande parte da sua força moral e política e tem que se render totalmente à maioria presidencial.

5ª constatação: esta é a primeira vitória eleitoral do PPD e do CDS e não sei se não será a primeira derrota do PS

6ª constatação: a votação do PC, por reduzida, pode ajudar a destruir o mito do "partido disciplinado e coeso" e pôr em risco as suas constantes aspirações de integração de uma maioria de esquerda e de partido — no seu ponto de vista mais de órgão do que partido do Governo.

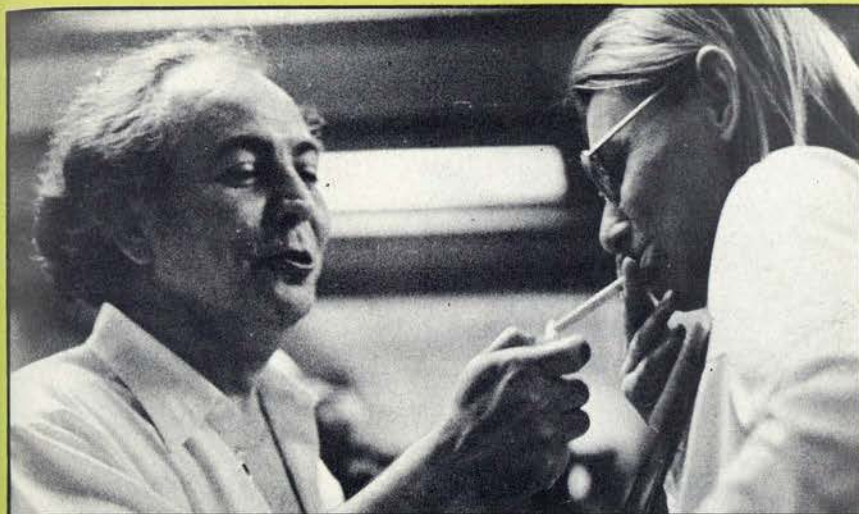
SÁ BORGES

Entendo que essa deslocação de um sector da massa eleitoral afecta ao PS face à manifesta ambiguidade da candidatura do general Eanes, que não do candidato, merece dos apoios claramente de direita, nus casos, e noutros casos admito até que de direita não democrática, apresentando-se ao general Eanes em situação de manifesta reserva mental como o tempo o demonstrará.

MANUEL SERRA

É natural porque a votação em Otelo representa efectivamente uma constatação ao desvio que houve ao processo desencadeado pelo 25 de Abril. Representa igualmente para o povo português uma saída na construção da sociedade nova que o povo português sempre ambicionou. Representa também uma consciencialização que através da sua unidade, dos seus interesses de povo trabalhador e que nesta fase histórica o Otelo representa.

Não estou admirado com a votação em Otelo Saraiva de Carvalho porquanto por toda a movimentação da campanha eleitoral e a adesão que as mas-



Manuel Serra: contestação ao desvio do processo desencadeado pelo 25 de Abril

sas lhe deram, era de prever estes resultados.

Para mim, embora não seja surpresa representa todavia uma derrota para os partidos que julgavam que o somatório dos seus votos se ia repercutir na votação para a Presidência da República, o que significa que as massas populares perceberam, nestes 2 anos, que esses partidos não foram capazes de dar resposta aos seus anseios, às suas necessidades. Temos esperança que o povo português organizadamente consiga travar a recuperação que as forças do passado se preparam para fazer.

SOTTOMAYOR CARDIA

Pinheiro de Azevedo fez uma campanha em parte de apelo ao populismo de esquerda, mas por outro lado uma campanha abertamente voltada para a captação dos votos da direita, de modo que este ponto de partida, que é indiscutível, anula a interpretação que os votos de Pinheiro de Azevedo proveñham da esquerda. Quanto a Otelo Saraiva de Carvalho tem os votos de extrema-esquerda e tem também os votos do que resta da imagem do homem do 25 de Abril.

Mas o que para mim é muito significativo é que um candidato obtenha uma tão elevada votação como se verifica em torno do general Eanes. Não posso afirmar peremptoriamente, mas duvido que alguma vez na Europa Ocidental, em eleições com estas características, o vencedor tenha obtido tão impressionante percentagem.



Medeiros Ferreira: "Somos um partido com grande capacidade de espontaneidade"

RUI MACHETE

Como explicação é muito simples. Quer dizer que as bases do PS não obedeceram às directrizes dos seus dirigentes e apoiaram o Otelo e o Pinheiro de Azevedo. As consequências disso é que são mais complexas de tirar, mas uma delas é que, para já, o futuro governo minoritário do PS ficará mais minoritário. Quanto ao Otelo Saraiva de Carvalho, ele excedeu um pouco a minha expectativa e isso resultou essencialmente do apoio que lhe foi dado por algumas bases do PS e do PCP. Um aspecto importante foi a percentagem reduzida de votos obtida pelo candidato do PCP, que veio diminuir mui-

to a imagem do partido como força política e veio ainda debilitar a sua posição negocial face ao futuro governo.

MEDEIROS FERREIRA

Primeiro, não está dito que venham do PS, porque há muitos votos para Pinheiro de Azevedo que com certeza vêm com a mesma probabilidade quer do PPD quer do PS quer mesmo do CDS, dado que a campanha que Pinheiro de Azevedo fez foi uma campanha dirigida aos valores individuais de coragem, de coerência, e até com uma certa tónica poujadista que poderá ter levado a que alguma clientela eleitoral PPD e CDS tenha votado em Pinheiro de Azevedo.

Quanto ao fenómeno Otelo, trata-se de algo que diz muito mais respeito aos votos do PC e à própria existência PC, dado que de certa maneira Otelo Saraiva de Carvalho é o herdeiro das tempestades que o PC andou a semear durante estes dois anos.

É evidente que a campanha eleitoral de Otelo Saraiva de Carvalho, feita com a utilização de todos os símbolos do 25 de Abril, terá levado a um voto sentimental para todos aqueles portugueses que reconhecem no 25 de Abril o momento mais alto da fraternidade e da esperança entre os portugueses.

Em relação ao PS essa votação não põe problemas especiais dado que nós somos um partido também com grande capacidade de espontaneidade, visto que somos um partido de massas e na nossa acção governativa futura teremos em contra-indicação eleitoral expressa uma grande diferença de votos entre o candidato Otelo e o candidato Octávio Pato.

COSTA NEVES

Para mim até certo ponto é uma surpresa, muito embora eu estivesse à espera que ele tivesse um apoio considerável, mas de qualquer maneira não previa que esse apoio atingisse um resultado tão sensível. O major Otelo soube aproveitar-se da imagem do homem do 25 de Abril que quanto a mim foi bastante bem utilizada pela comissão de apoio. Por outro lado, julgo que teve também importância o facto de se ter criado no País um certo ambiente de descrédito em relação ao PCP. ■

os que riem...



**O SORRISO
QUE
ALEGRA
OS
PORTUGUESES**



Concorde-se que não deixa de constituir motivo de consolação para um candidato que, na melhor das hipóteses, só dentro de 3 meses voltará à actividade normal, ter recolhido mais de 14 por cento dos votos depositados nas urnas para eleger o PR.

Trata-se, bem entendido, de uma votação sentimental. Um ramalhete de votos que os fiéis à imagem do Almirante sem medo colocaram no seu quarto de doente.

Para quem em nenhuma circunstância alcançaria a vitória, este prémio de consolação sentimental não deixa de ser uma vitória afectiva.



O PS não só festeja o triunfo do Presidente da República em que apostou como o seu secretário-geral e já confirmado Primeiro-Ministro do próximo governo.

Mário Soares é o arcaboço que terá de aguentar a tremenda responsabilidade de formar um governo que complete o papel que cabe ao PR na defesa da democracia. E a aguda consciência política do secretário-geral do PS não poderá deixar de reconhecer que, a par dos motivos de satisfação, as eleições presidenciais revelaram a existência de uma esquerda que se amplia, reorganiza e se declara disposta a repor o 24 de Novembro.

Mário Soares sorri. Mas o sentido das responsabilidades que o aguardam põe uma sombra de apreensão no seu sorriso.



Seria difícil ser mais largo o sorriso de Sá Carneiro à saída da Gulbenkian, quando a noite já se avizinhava do dia que veria nascer o Presidente da República que o PPD se antecipou a apoiar. Mas não só esse triunfo previamente garantido alegrava Sá Carneiro. De facto, o dirigente do PPD sorria especialmente para a Madeira e Açores, onde as eleições para as Assembleias Regionais confirmaram a supremacia daquele partido nos arquipélagos. Surge assim uma hipótese que baila no sorriso de Sá Carneiro: se o PS se pode dar ao luxo de formar Governo sozinho no Continente, o PPD poderá responder-lhe nas Ilhas. E, a confirmar-se a resposta, o partido de Sá Carneiro dispõe de uma carta valiosa para a jogar na devida altura.



Um Otelo risonho parecia, na Conferência de Imprensa que deu na Gulbenkian, o triunfador das eleições para a PR. E se o seu acesso a Belém estava naturalmente vedado pela sensatez do eleitorado, não há dúvida de que o espectacular major não deu em vão o "show" de uma vitória: o resultado obtido nas urnas outorga-lhe a auréola de ter ampliado as hostes esquerdistas. Otelo surge pois como o "homem providencial" que as esquerdas esperavam. Mas, como no poema de Pessoa, este deus é "homem de outro Deus maior" o qual, no Olimpo das suas manobras, maneja os cordéis que dando a vitória a Otelo também poderão apeá-lo quando a missão estiver cumprida. Entretanto, Otelo goza os louros da incontestável liderança que uma eminência parda pôs nas suas mãos ávidas e irrequietas.

...e os que choram

Octávio Pato exibiu um rosto perturbado na Conferência de Imprensa que, altas horas da noite, decorreu na Gulbenkian. Mas não sejamos ingénuos. Não é crível que, em dois meses, praticamente metade do eleitorado do PCP tenha desertado deste partido para se entregar à liderança de Otelo. Se fôssemos desconfiados (e neste caso apetece sê-lo) faríamos o seguinte raciocínio: esta fuga de eleitorado que não afecta a base parlamentar que serve de apoio à tese de maioria de esquerda do PCP, aumenta uma área esquerdista há pouco dotada com a votação de 3,5. Adicionados os votos saídos logicamente das bases esquerdistas do PS, o partido potencial de Otelo adquire uma expressão que ultrapassa as previsões. Assim, a rédea da ofensiva das massas já anunciada por Otelo é colocada pelo PCP nas mãos do ex-comandante do COPCON.

Um alívio para o partido de Cunhal que se desembaraça de liderar a antipática missão de tudo fazer para desassossegar o Governo e o PR. Mas esta vantagem tem o seu reverso: um PCP absurdamente diminuído em dois meses. O desprestígio é inevitável. E Octávio Pato é a face que tem de aguentar o ricochete dos benefícios que os comunistas colhem quando passam votos para Otelo. Uma aplicação facial que Octávio Pato não conseguiu esconder de um público que acolheu com gargalhadas os seus apuros.



a la minuta

A QUEM SERVE O PAPÃO DA "EXTREMA-ESQUERDA"?

A percentagem relativamente grande de votos alcançados pelo major Otelo Saraiva de Carvalho cria condições para que o papão da "extrema-esquerda" se erga, imponente, na cena política portuguesa, nos tempos mais próximos. Dir-se-ia, se tal acontecesse, que a fortuna batia, uma vez mais, à porta do PCP, na António Serpa. Quando a linguagem dos votos parece, à primeira, desferir um duro golpe na tática cecepista, as atenções desviam-se contra o "mostrengo esquerdistas", poupando o cunhalismo, dando-lhe ensejo para recuperar o fôlego e lambar as feridas.

Posta a questão nestes termos, resulta a pergunta: a quem serve o papão da "extrema-esquerda"?

É OBRIGATÓRIO APLAUDIR OTELO

Quando o major Otelo — teatral no seu cabelo branco, no gesto largo e sublinhado, na voz declamante e puxada do peito, como mandam as regras — entrou no auditório Gulbenkian, a claqué confluíu. Em rodopio, em bicha, em torvelinho. O respectivo serviço de

segurança rodeou-lhe a figura. Aplausos. Nas escadas, a vaia, de resposta à encenação montada, quase foi abafada no cortejo triunfal.

Metade das gentes que enchiam as instalações destinadas aos jornalistas era, afinal, a corte otelista. Supondo que eram jornalistas, comprovava-se, pela abundância, a preocupação de certos Conselheiros da Revolução: a informação está a ser assaltada pelo reaccionarismo.

O certo é que, acarinhado, amimado e louvado, Otelo lá foi conduzido ao anfiteatro das Conferências de Imprensa. E botou discurso:

— Saúdo os jornalistas presentes, mesmo os que fizeram "uh" em vez de me aplaudir, começou por dizer.

Foi o mote. A obrigatoriedade de aplaudir ficou depois demonstrada, quando a claqué otelista mostrou o que valia. Jornalista que não fosse da cor (o jornalista tinha de se identificar), que fizesse perguntas menos convenientes, era insultado. A claqué batia as palmas às respostas. A claqué, identificada com o "V" de visitante, fazia perguntas, esclarecia-se a si mesma, no estilo das perguntas e respostas dos catecismos.

Ficámos a saber. É obrigatório aplaudir Otelo. O ritual de Nero já se impôs naquela corte...

DA FUR À FRU

Na madrugada de 28, o Movimento de Esquerda Socialista divulgou o seu propósito de impulsionar a constituição de uma *soit-disante* Frente Revolucionária Unida, FRU. Alicerçado numa soma de votos não desprezível, o otelismo faz-se eufórico e surge o triunfalismo. Ressurge o projecto das frentes unitárias rotuladas de revolucionarismo. É a epopeia, o grito, o assalto.

Lembrados estamos dos tempos em que da CODICE, do SDCl, do COPCON, do PCP, do MDP e *tutti quanti* nasceu uma FUP gonçalvista (Frente Unida Popular), imediatamente derivada numa FUR (Frente Unida Revolucionária). Nelas participou, e deixou de participar, o partido do dr. Cunhal. A agora anunciada FRU exclui, parece, o PCP. À superfície, pelo menos, para sermos exactos.

Enfim, da FUR à FRU. Mudam-se os tempos, trocam-se as letras.

A LUZ TAMBÉM FALTOU...

Faltava a luz nos candeeiros da Avenida Defensores de Chaves, frente à porta da FSP, perdão, da Comissão de Apoio à Candidatura de Otelo, na noite das eleições.

Pergunta-se: seria para não se ver a cara triste dos que saíam? Ou para justificar a clandestinidade de um candidato em pena suspensa?

CALIXTO FOI CALIXTO

Na conferência de Imprensa que os porta-vozes dos três candidatos, excepto Eanes, deram ao princípio da noite de domingo, o representante da candidatura de Pinheiro de Azevedo, Fernando Calixto, pôs os auscultadores das traduções simultâneas.

E pô-los ao que parece por ver os outros fazê-lo, pois ligou-os no canal da tradução inglesa e, às tantas, a uma pergunta de um repórter em português, Calixto "ouviu-a" em inglês. Perante o pasmo e o riso geral, em vez de resposta deu um "I do not speak english"...





PATO REAL

O único restaurante aberto nas proximidades da Fundação Gulbenkian, a cerca de 100 m, chamava-se curiosamente Pato Real. Coincidência? Ou contradição do PPM?

PRATO DA NOITE: PATO COM ASNEIRA

A conferência de Imprensa do candidato Octávio Pato foi um autêntico festival.

Começando com a afirmação de que estas eleições presidenciais foram mais uma vitória da esquerda, justificando-a perante as gargalhadas dos presentes, e concluindo com a frase-chave com o mesmo significado da primeira "mostrou-se uma tendência do eleito para a esquerda"...

Mas, no "quente" da sala a intervenção de uma jornalista brasileira não passou despercebida. Começando por discursar em tom de "internacionalismo proletário", concluiu muito naturalmente que tudo o que se passou se deveu a que "a esquerda portuguesa fosse uma esquerda de m...."!

Mas continuando com afirmações monolíticas e descabidas, mereceu de um outro jornalista a frase: "Cala-te, fascista!"

Ao que ele não se fez rogado em retorquir: "Fascista é a p... que o patriu..."

Tudo isto diz muito do que aquela conferência teve.

QUE IMPRENSA PREOCUPA O CR?

Mal Otelo irrompeu na Gulbenkian, a Imprensa ovacionou-o com delírio. Tímidas vaías faziam-se ouvir entre os fogosos aplausos. A mesma cena repetiu-se na Conferência de Imprensa que se seguiu. Apenas Otelo abria a boca fervilhavam as palmas mas desta vez os protestos eram praticamente inaudíveis. E pensar que o Conselho da Revolução está muito preocupado com a escalada da Imprensa reaccionária. A nao ser que também considere reaccionária a Imprensa que serve e impõe Otelo.

JÁ CÁ SE SABIA

Na Conferência de Imprensa dada por Otelo na Gulbenkian, "Página Um" destacou-se como perguntador. E já que se trata de perguntar, perguntamos: porquê perguntar o que já se sabe?

C'EST INCROYABLE

No final da conferência de Imprensa dada por Octávio Pato no Centro da Fundação Gulbenkian, um jornalista francês, tirando dos ouvidos os auscultadores da tradução simultânea, confiou, boquiaberto, a um colega igual-

mente de "expressão francesa" este desabafo que traduzimos:

"É inacreditável! Ele reúne tudo o que os PC's têm de pior. Nunca pensei poder ouvir, em 1976, um comunista ainda falar assim!"

RECORDA-SE A ANEDOTA DA HIENA

Uma das mais bem dispostas individualidades que estavam presentes no Centro da Fundação Gulbenkian durante o apuro dos resultados das eleições presidenciais era Manuel Serra... que ria, ria, ria.

O seu riso redobrou quando, em frente de um dos muitos aparelhos de televisão espalhados pelo Centro, seguiu a conferência de Imprensa que Octávio Pato estava dando. E tornou-se verdadeira e salutarmente desopilante quando Octávio Pato se viu "atrapalhado" para explicar a percentagem e a proveniência de votos de Otelo Saraiva de Carvalho e afirmou que não só esses votos poderiam em data próxima reverter a favor do PCP como também que Otelo estava tentando criar um novo partido político.

E como Manuel Serra continuasse a rir esfuziantemente recordamos a velha anedota da hiena.

A MOSCA E O PATO

No Centro da Fundação Gulbenkian na noite e madrugada que se seguiram ao dia adas eleições presidenciais, Luís Sttau Monteiro estava junto do bar enquanto Otelo Saraiva de Carvalho dava uma conferência de Imprensa no Auditório 2, à qual se seguiu uma outra conferência dada por Octávio Pato. Antes desta se iniciar, Sttau Monteiro perguntava para alguém a seu lado:

"É o Pato, agora? É! Então vou ouvi-lo. Este interessa-me."

E foi. E esteve até ao fim.

Reconhece-se neste episódio o homem que na "Mosca" recomendava os melhores restaurantes de Lisboa e arredores além de que ficamos a saber qual o prato preferido por Sttau Monteiro. Questões de gastronomia.

O FIM DOS MITOS

Uma grande deslocação de áreas de influência caracterizou o resultado final destas eleições para a Presidência da República.

Junho trouxe novidades, das quais a mais relevante foi o agrupamento de algumas forças, dispersas na anterior ida às urnas, à volta de Otelo Saraiva de Carvalho.

O facto é que Otelo alcançou 16,52 por cento, colocou-se em segundo lugar e foi o único candidato que conseguiu ultrapassar Eanes à cabeça de um distrito — Setúbal.

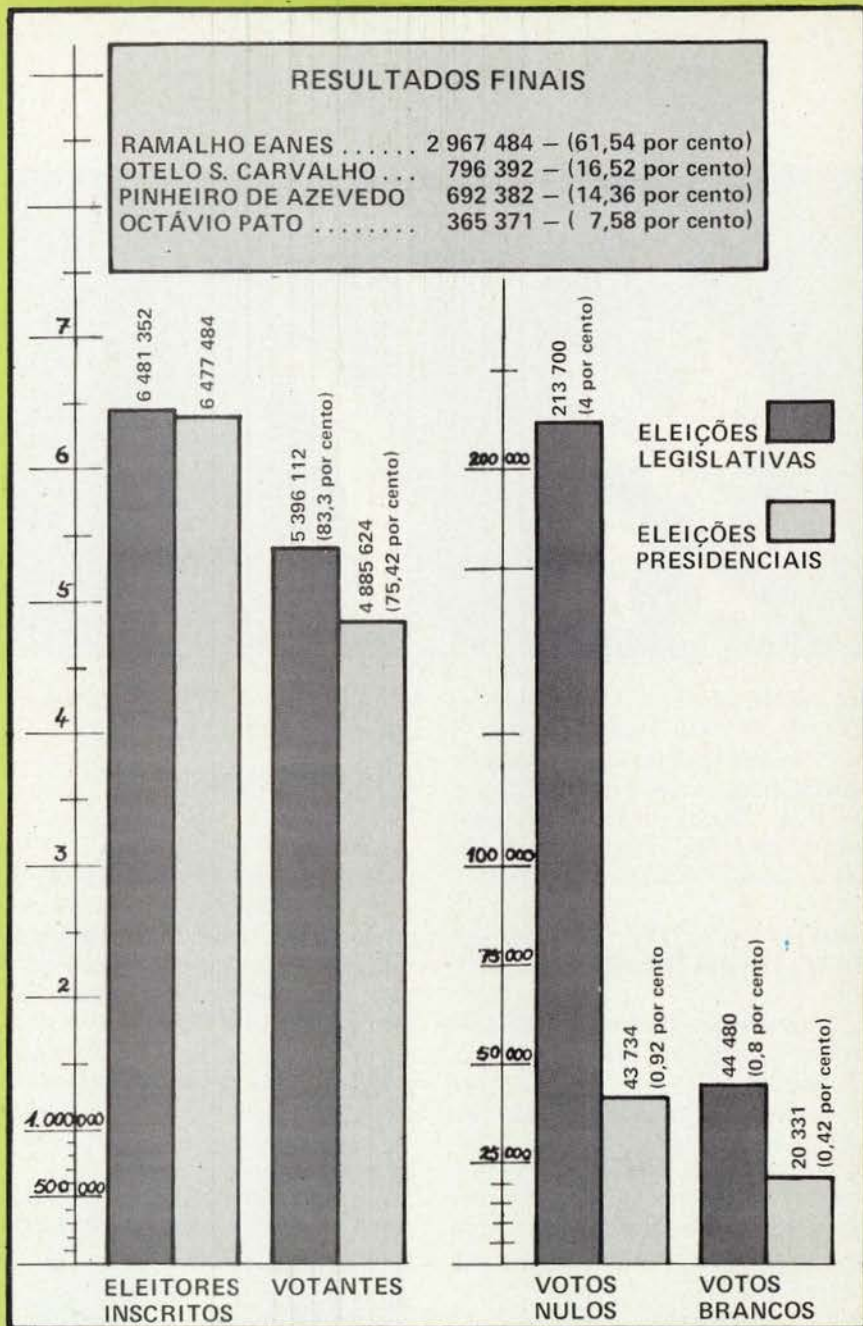
Do nosso ponto de vista, interessa analisar o porquê de Otelo ter alcançado tal percentagem, na medida em que esta candidatura, com o seu consequente resultado, pode vir a servir de ponto de clivagem no futuro do processo político português.

Uma primeira conclusão a tirar dos números finais refere-se à transferência do eleitorado potencial de Octávio Pato para Otelo. É notório que cerca de metade dos que votaram PCP em Abril deram, agora, o seu apoio a Otelo. Mas já deixa de ser tão claro que isto represente uma grande derrota para o partido de Cunhal.

Na tática geral do Partido Comunista, resulta positiva esta deslocação, já que as forças que envolvem o major Otelo podem vir a ser responsabilizadas pelas futuras contestações, ao passo que o PCP tem, a partir de resultados percentuais tão reduzidos, a cobertura de "bem comportado" e democrático, tão útil nesta altura de negociações governamentais.

E não nos esqueçamos que, por mais triunfalistas que se mostrem os eleitores de Saraiva de Carvalho, quem continua a ter 40 lugares no Parlamento e posições-chave no aparelho político-militar de Portugal é o PCP. Ou seja, na prática, os 7,58 por cento de Octávio Pato não alteram, no essencial, o poder de manobra do PCP. É certo que perderam votos, mas arriscamos perguntar se já não contavam com isso...

Quanto ao Partido Socialista, estas eleições vieram confirmar a crise inter-



na que tende a agudizar-se. Do bloco unitário de Abril, vemos agora um PS tripartido. Embora a maioria tivesse votado Eanes, uma boa margem apoiou Pinheiro de Azevedo, e outra, Otelo Saraiva de Carvalho. Esta franja, defensora da tese da "maioria de esquerda", engrossou consideravelmente os votos de Otelo. A curto prazo, o resultado destas eleições pode vir a ter reflexos importantes dentro do partido de Mário Soares.

Por outro lado, tais resultados vie-

ram confirmar mais dois aspectos: primeiro, uma certa garantia de fidelidade do eleitorado do PPD, que, praticamente, não dispersou os seus votos pelos vários candidatos, mostrando assim, ser o partido democrático mais coeso; em segundo lugar, que as percentagens obtidas por Eanes nos distritos alentejanos e em Braga deitam por terra a conhecida tese cunhalista de uma divisão geográfico-política do País.

● F. F.

O CONCEITO DE CULTURA NO DISCURSO DE EANES



A cultura foi um tema que ocupou significativamente o discurso de Ramalho Eanes no decorrer da sua campanha. É mesmo forçoso reconhecer-se que, de todos os candidatos, foi ele o único que deu amplo lugar nos seus discursos e entrevistas à questão cultural.

Porquê esta acentuação suplementar da importância concedida à cultura na reconstrução da sociedade portuguesa? Quando dizemos suplementar queremos fazer notar que o encarecimento da cultura se inscrevia naturalmente na ordem de democratização

dos bens que constitui o cerne do programa do PR. Também o respeito pela liberdade de criação achava-se implicitamente patente na consagração das liberdades fundamentais que dão substância à democracia política perfilhada por Eanes como ponto de partida para a democracia económica.

Mas aquele que viria a assumir a chefia do Estado quis ir mais longe, reservando à cultura um papel decisivo nas linhas ora lançadas para a reorganização da vida nacional. E, de todas as suas afirmações alusivas à questão cultural, extrai-se a preocupação dominante de que a cultura é uma componente fundamental da independência da Nação. É nesta perspectiva

que Ramalho Eanes põe a tónica no valor identificante da cultura. E, como noção consequente, vemo-lo subentender na base de uma expressão cultural genuína a outorga de uma completa liberdade à actividade criadora e ao pensamento humano. Tal é o sentido das palavras proferidas pelo então candidato numa entrevista concedida a "Jornal Novo" (8-6-76): "É na diversidade de pensamento que se forjam a dignidade e o poder criativo dos povos capazes de alicerçar em genuínos valores culturais o seu progresso social, político e económico."

Também numa outra entrevista dada a "VM" (17-6-76) o então CEME reforça o seu apreço pelo papel da

Hexágono de um Presidente

cultura como factor personalizante de um povo. “A cultura — diz Eanes — é, sem dúvida, o primeiro valor que defines uma identidade nacional. Defendê-la como expressão autêntica de um povo, preservar os seus diversos elementos, torná-la viva e sentida por todos e não apenas por qualquer “elite”, fazê-la conhecida no confronto de outras culturas eis a obrigação de quem se pretende um verdadeiro patriota.”

De facto, não pode ser de todos uma cultura que não seja o desenvolvimento das suas infra-estruturas, que não converta em valores estéticos, valores sentidos pela alma colectiva.

Lucidamente Eanes toca neste passo um aspecto fulcral do que se deve entender por democratização da cultura.

Na perspectiva que em literatura e arte tomou o nome de realismo socialista e no plano pedagógico submete os métodos de ensino à veiculação dos interesses do Estado totalitário, o que se chama democratização da cultura exerce-se no sentido de impor ideias concebidas por uma elite. O elitismo disfarça-se em noções tais como “literatura proletária”, “levar a cultura ao povo”, etc. Contudo no próprio conceito de levar ao povo exprime-se a ideia de que os valores transportados lhe são alheios.

A democratização cultural tal como a define Ramalho Eanes, não leva ao povo porque não é condutora do sentir e do pensar populares. Faculta, sim, ao povo a liberdade de se exprimir livremente, dando forma à sua apetência criadora, forma essa na qual se fixam os padrões culturais da sociedade que se rege espiritualmente por eles. Completamente, a democracia económica estabelece o acesso do povo à cultura superestruturada que dele emana.

Cultura de características fortemente identificantes, repetimos que funciona como elo entre o homem e o seu meio espiritual e físico.

Torna-se assim compreensível que Ramalho Eanes valorize primacialmente a dignidade da língua pátria. Com efeito, logo na sua primeira conferência de Imprensa o então candidato a

PR surpreendeu a assistência, recusando-se a exprimir-se noutra língua que não a sua e exigindo mesmo tradução para português de todas as perguntas inclusive as que eram feitas em espanhol. O significado dessa atitude foi de resto sublinhado com o seguinte comentário de alguém que a interpretou correctamente: “Finalmente aparece um que não mostra subserviência cultural perante os estrangeiros.”

É ainda Ramalho Eanes que, em Coimbra, num breve improviso, escolhe como tema de fundo a evocação de Camões. Porquê? Porque — disse — na situação dramática que Portugal atravessa parecia-lhe necessário invocar “esse homem independente, militar e sobretudo português que foi e cantou com os nossos feitos e as nossas virtudes não apenas vitória e batalhas mas sobretudo o povo”. E rematou propondo que nos identificássemos com Camões porque isso equivalia a identificarmo-nos com o povo português.

Deste extracto do discurso do general Eanes salienta-se ter ele posto em realce uma situação dramática. Temos aqui uma alusão ao risco de se perder a independência nacional, sendo a cultura portuguesa expoentizada em Camões considerada o grande agente de integração do homem português na sua realidade psicológica e histórica. Neste ponto cultura e independência nacional coincidem totalmente. E eis porque, na entrevista que deu a “VM” Eanes aponta a

existência a nível cultural de problemas graves que “a não serem enfrentados, poderão acarretar consequências funestas no futuro”. Referia-se o PR à “crise generalizada e permanente no sistema de ensino, à intoxicação ideológica a que tem estado submetido, ao desprezo a que foi votada a nossa história, tanto pelo regime de Salazar — que dela se serviu com intuítos obscurantistas — como pelos revolucionários de papel, ignorantes acerca do povo que diziam ir libertar.

Destacámos nas palavras que durante a sua campanha eleitoral, Ramalho Eanes dedicou à situação e perspectivas da cultura portuguesa (e não foram poucas) as passagens que articulam uma visão certíssima da questão posta no grande plano da independência nacional.

É subentendido da sua perceptiva a valorização de uma linha cultural escamoteada pelo regime anterior e pelos tais “revolucionários de papel” que secundaram o fascismo num dirigismo alienante. Nela avultam as instituições democráticas que se afirmaram ao longo da nossa história e a luta pela liberdade que, logo no dealbar da nacionalidade se manifestou no combate à prepotência clerical. Completa-se esta óptica na compreensão de que a liberdade criadora que se materializa em cultura é o nó da dignidade nacional quer no que respeita à vida interna da sociedade quer no que concerne à independência da Nação.

● N.C.

Os actos e as palavras

O percurso político da candidatura do general Ramalho Eanes, embora apresentando uma direcção definida com o correr das semanas, não deixou de ter os seus acidentes. Acidentes que, em termos políticos, se manifestaram por uma certa imprecisão dos objectivos, patente em determinada altura, mais precisamente aquando da divulgação, pelo general, do seu Manifesto eleitoral.

Da comunicação de Ramalho Eanes à Comissão Nacional de Apoio à sua

candidatura, em 19 de Maio, até aos discursos proferidos durante a última semana da campanha, tudo aquilo que se apresentava vago e abstracto para o eleitor ganhou precisão e objectividade. Ramalho Eanes teve a qualidade de se definir perante os cidadãos, de mostrar que aqueles princípios gerais que apontara no início — princípios que até poderiam ser subscritos por outros candidatos com opções políticas totalmente diversas da sua — correspondiam, de facto, a uma linha



A vantagem duma linguagem não ambígua

programática que grande parte do eleitorado ansiava, como expressão das suas aspirações mais sentidas, para o período que se abre na vida política do País.

A 19 de Maio, o cidadão António Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército, vencedor do 25 de Novembro, ex-presidente do Conselho de Administração da RTP e figura imensamente prestigiada no seio das Forças Armadas, anuncia à Comissão de Apoio da sua candidatura os

objectivos que se propunha defender intransigentemente: a institucionalização da democracia, a garantia da independência nacional e a coesão das Forças Armadas. Estes fundamentos significavam algo de muito importante. Contudo, o comum dos portugueses vira-os apregoados, durante meses e meses, pelos próprios sectores que lançavam a anarquia, ameaçando seriamente, com essa actuação, a independência e a liberdade. O general avançou, nessa mesma altura, a divisa que constitui, afinal, o trunfo inestimável da sua campanha. Divisa e trunfo que ele viria a repetir, mais tarde, perante milhões de portugueses, ao encerrar a sua intervenção na mesa redonda promovida pela televisão, poucos dias antes do início da campanha: Sou um homem a quem a vida ensinou a avaliar o seu semelhante mais por aquilo que faz, do que por aquilo que diz. Gostaria que o Povo Português me julgasse pelo mesmo critério. Ainda era cedo para o eleitorado poder compreender e aderir a esta divisa. Faltava-lhe o conhecimento concreto, palpável das soluções propostas pelo candidato para os problemas mais importantes da vida nacional. Faltava-lhe poder aferir essas soluções com a actuação passada de Eanes. Faltava-lhe, ainda, a possibilidade de compará-las com as propostas dos outros candidatos. E as duas semanas que se seguiram mostraram que, em Eanes, os actos correspondiam às palavras.

As palavras de Ramalho Eanes em 1 de Junho não constituíram o passo que se esperava para a completa clarificação do seu Programa. O Manifesto ameaçou lançar a confusão em sectores bem vastos dos apoios à candidatura. Certos observadores viram nele o perigo de se apresentar um novo caso de viragem repentina, a que nós havíamos habituado tantos militares no pós-25 de Abril. Os graves problemas a resolver, a forma como se abordava questões tão importantes como as da Reforma Agrária, do sector público, da participação dos trabalhadores na gestão eram colocados sem o devido contraponto. Onde se encontravam precisamente os erros? Quem eram os responsáveis? Dizer que “o 25

de Novembro pôs termo a um clima de golpismo e de anarquia, que só poderia conduzir de novo Portugal à miséria e à ditadura” era pouco como remate de um texto em que se alinhavam (ou deveriam alinhar) as directrizes programáticas do possível futuro Presidente da República.

A ambiguidade na linguagem e na definição de posições que caracteriza certas formações políticas, cujo papel tem sido o de constituir charneira entre dois períodos ou duas situações em que as forças antidemocráticas são afastadas da cena, parecia ser evidente para os analistas políticos. Os cidadãos sentiam que havia algo que não caminhava bem. Por experiência, já se sabia que as “charneiras” representavam nada mais do que a tentativa de prolongamento da situação anterior, agora sob outra forma e com outros nomes. Falou-se no GIS. Falou-se em personalidades próximas dessa formação que estariam colocadas em lugares-chave dos serviços da candidatura. Falou-se, ainda, em membros de um partido, conhecidos por desenvolver, dentro deste, teses muito próximas das de outro candidato presente na corrida para Belém — mais concretamente, de Octávio Pato.

Estas posições — ou infiltrações, conforme a perspectiva que se tiver dos acontecimentos — não fizeram carreira na candidatura. Passada uma semana sobre o Manifesto, a campanha viria a tomar a sua característica definitiva. Poucos dias antes, Eanes dera um passo muito importante nessa direcção: recusara publicamente o apoio do PCP para a sua candidatura. A possibilidade de uma colagem aberta deste partido ao candidato melhor colocado na corrida presidencial, actuação bem provável devido à situação algo delicada em que o partido do dr. Cunhal se encontra, ficou, assim, seriamente comprometida. Na conferência de Imprensa de 8 de Junho, em Lisboa, Eanes precisa a sua posição retomando o tema. O PCP, diz Eanes, não tivera ao longo deste processo uma prática realmente democrática, porque não tinha havido coincidência entre a prática objectiva diária do partido e as afirmações dos seus dirigentes. O general havia esclarecido o seu concei-

Hexágono de um Presidente

to de democracia na alocação de abertura proferida nesse dia. É um valor fundamental, dissera. E precisando, acrescentara: **É necessário defendê-la de todos aqueles que a utilizam... prostituindo-a. É necessário, portanto, ter em consideração o comportamento de todos os grupos que, antes e depois do 25 de Abril, pretenderam não considerar a democracia (...). É evidente que aqueles que tiveram tal comportamento terão de ficar sob controlo, sob vigilância.** Respondendo a um jornalista, Eanes diria que pretendia que o PCP se integrasse no jogo democrático, mas se a integração não se fizesse e a prática antidemocrática persistisse, não teríamos pejo nenhum em actuar com determinação.

Esfumam-se as ambiguidades. O que é branco é branco e o que é preto é preto. Esta passará a ser a norma do candidato. Não mais falará da democracia e das liberdades sem denunciar os perigos que a ameaçam, sem dizer donde eles vêm e sem apontar o remédio para esse mal. **Não importa transferir a dependência do homem que trabalha a terra, do patrão para patrões, diz Eanes, referindo-se ao importante problema da Reforma Agrária, tão mistificado por certas forças e que os partidos democráticos não têm sabido ou querido enfrentar com firmeza e determinação.** Os "novos patrões" instalados nos sindicatos e nas unidades colectivas de produção são o nó da questão. Há que começar por os denunciar e dizer claramente o que são. Em Évora, aquando dos graves incidentes aí registados que culminaram com a tentativa de alvejamento de Eanes, este apontou como responsáveis certos homens que já não trabalhavam antes do 25 de Abril, não continuam a trabalhar agora e entre os quais se encontram alguns trabalhadores que deixaram de trabalhar. Os alentejanos sabem quem são estes homens. E a Imprensa noticiou o entusiasmo, a inesperada afluência registada nos comícios do general Eanes em terras alentejanas. Eanes não teria desapontado os seus ouvintes ao anunciar que teria de ser revisto com rapidez o caso dos trabalhadores que ocupam lugares para os quais não têm a qualificação

indispensável. A esperança de uma verdadeira Reforma Agrária revive nas propostas do candidato.

O golpismo, a sua denúncia e o seu combate constituem, talvez, o traço mais relevante das intervenções de Eanes por todo o País. Em comícios e nas breves intervenções feitas aqui e ali, onde as solicitações eram mais prementes, Eanes combateu com veemência todas as manifestações do chamado "poder popular". As leis não serão desrespeitadas por minorias, não haverá mais a imposição de modelos de sociedades contrárias à vontade do povo e não mais se repetirão situações como as verificadas antes do 25 de Novembro, asseverou Eanes em Faro nos primeiros dias da campanha, enquanto no exterior do recinto elementos da segurança se envolviam em cenas de pugilato com provocadores que tentavam desmobilizar os participantes no comício. Na Covilhã, Eanes fora mais claro: ao lembrar o 25 de Novembro, o general referiu a possibilidade de o repetir "caso voltasse a ser necessário". Durante a última semana da campanha, o perigo do golpismo foi insistentemente apontado por Eanes. Os ataques tempestuosos de Otelo e Pinheiro de Azevedo levaram Eanes a revelar o comprometimento de ambos em situações golpistas durante os dois anos decorridos desde o 25 de Abril. O conhecimento pelo grande eleitorado das situações em que o País foi sucessivamente metido para que uma minoria pudesse ficar em condições de dominar o poder de Estado não é ainda claro e completo. Os cidadãos compreenderam que a técnica do golpe foi usada sistematicamente para esse efeito. O 11 de Março, o 28 de Setembro continuam por esclarecer em termos oficiais. O próprio 25 de Novembro ainda se encontra com muitos pontos por esclarecer apesar da maioria ter compreendido plenamente o carácter do golpe e identificar quais as forças nele comprometidas. Eanes é o candidato que, para além de se afirmar contrário ao golpismo, surge aos olhos do eleitorado como o único que não se encontra envolvido em qualquer dessas maquinações que marcam o ziguezagueante caminho do pós-25 de Abril. Mais ainda: ele foi o

cérebro da derrota da tentativa falhada de 25 de Novembro, após a qual as Forças Armadas deixaram de constituir aquele fermento de instabilidade e anarquia que ameaçava a independência e a democracia.

Os discursos de Eanes e o seu programa ganharam em clareza e definição com os ataques de Pinheiro de Azevedo e Saraiva de Carvalho. A 22, em Coimbra, Otelo é acusado por Eanes de ser responsável pelo estado miserável a que este país chegou. O confronto televisivo proposto por Eanes e que não teve lugar devido à inesperada enfermidade que vitimou Pinheiro de Azevedo revelaria, por certo, mais pormenores dos fabricantes de golpes e seus envolvimentos. Esse repto, aliás, demonstra precisamente o à-vontade do general. A iniciativa pertence-lhe porque o seu passado é intocável, porque não se recusou a enfrentar os assuntos da campanha numa forma aberta chamando as coisas pelo seu nome, apresentando claramente as soluções que se impõem e que o eleitorado deseja ver tomadas.

Paralelamente ao combate ao golpismo, Ramalho Eanes defendeu insistentemente a reconstrução do País. É necessário relançar a economia, condição necessária para a melhoria das condições de vida do povo português. A perigosidade de uma ruptura neste campo é posta em termos da independência nacional. Terei a maior preocupação em defender aquilo que faz com que os povos possam defender e viver os seus projectos de maneira capazmente livre. E isto é a independência nacional. Eanes demarcou com precisão a situação de Portugal no concerto internacional, não fazendo depender a nossa soberania quer dos Estados Unidos (como aconteceu com "gaffe" monumental de Pinheiro de Azevedo) quer da União Soviética. Relativamente esta, chegou a apostrofar aqueles que estavam dispostos a vender a nossa liberdade a sós que não nos aquecem. A união com os países europeus é apontada e preconizada, materializando assim uma tendência dominante no Velho Continente e que, conjugada com o desenvolvimento económico nacional, poderá propiciar grandes vantagens para o nosso país. ■ J. M.

ESBOÇO POLÍTICO E BIOGRÁFICO DE RAMALHO EANES

António dos Santos Ramalho Eanes tem 41 anos e nasceu no dia 25 de Janeiro de 1935, na Beira Baixa. A infância viveu-a, junto de seus pais e irmãos, em Alcains, sua terra natal, no concelho de Castelo Branco.

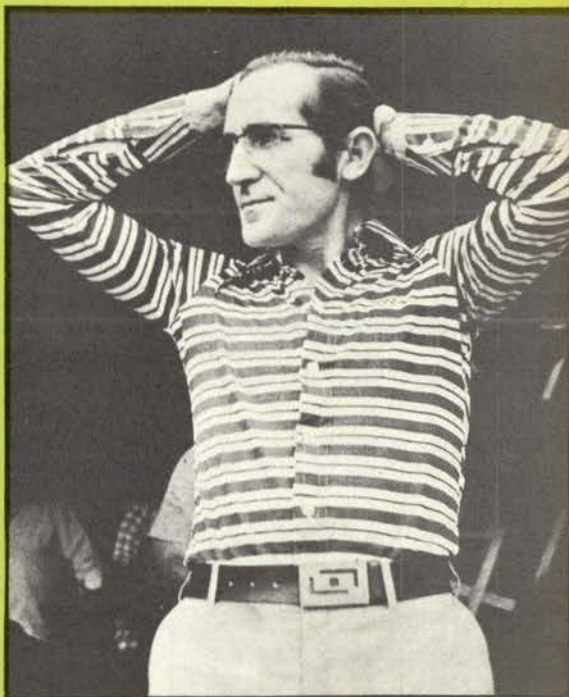
Em Outubro de 1950, depois de ter concluído o Curso Geral dos Liceus, ingressou na Escola do Exército. Alferes de Infantaria em Agosto de 1957, é, sucessivamente, tenente (1959), capitão (1961); graduado em major em 1970 é promovido a este posto em 1973 e a tenente-coronel em 1974.

No cumprimento de inúmeras comissões de serviço, esteve no Estado da Índia (1958 a 1960), em Macau (1962) de onde seguiu para Moçambique (1964 a 1966 e, depois, em 1968) e para a Guiné, em 1971, tendo-se ocupado de um projecto socioeconómico para a área de Teixeira Pinto, a mais duramente batida pela brutalidade da guerra. Em Portugal, depois de ter sido instrutor de educação física na Academia Militar, foi, mais tarde, chefe da Direcção dos Serviços Culturais, na mesma Academia, cargo cujo desempenho mereceu, da parte do comandante general, rasgado louvor público.

Além do Curso da Escola do Exército, que completou em 1956, obteve diplomas do curso em Métodos de Instrução (1961) e Instrutores de Educação Física, assim como frequentou estágios de Guerra Subversiva no CICE (1962), de Acção Psicológica no IAEM (1969) e de Actualização para Oficial Superior (1973). Paralelamente, frequentou, também, a Faculdade de Direito de Lisboa e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

O 25 de Abril de 1974 apanhou-o em Angola. Entretanto, a sua acção para o derrubamento do fascismo, em Portugal, tinha-se feito já sentir,

Um "curriculum" acima de tudo de honestidade



particularmente ao liderar de maneira firme o movimento de protesto contra a farsa do Congresso dos Combatentes, organização de intenções ultrafascistas. Além disto, a sua presença salientou-se, ainda, em movimentos de reivindicação de carácter profissional, bem como nas reuniões preparatórias que deram origem ao Movimento dos Capitães, nomeadamente em casa do então capitão Vasco Lourenço e de Nuno dos Santos. A sua honestidade, porém, levou-o a não fazer parte do grupo que liderou esse movimento, pois, mobilizado para o Ultramar, poderia partir em qualquer altura, não lhe sendo possível, desse modo, assumir as responsabilidades que lhe caberiam, mantendo-se, no entanto, em contacto estreito com os seus camaradas.

Derrubado o fascismo, foi Ramalho Eanes imediatamente chamado a Portugal para fazer parte da comissão "ad-hoc" para os meios de Comunicação Social; seguidamente, como homem de confiança do MFA, é nomeado, director de programas da RTP e, em 28 de Setembro, presidente do Conselho de Administração, lugar que aceita mediante certas condições, concretamente a de continuar a receber simplesmente o vencimento de

major. Contudo, a rectidão de seu carácter desagradou àqueles que pretendiam monopolizar os órgãos de Comunicação Social e que, por isso, tentam, por todos os meios, desacreditar a figura de Ramalho Eanes. Inutilmente, porém. A sua honestidade ficou inequivocamente demonstrada no inquérito às actividades exercidas na RTP, por ele próprio exigido. Feita justiça, é colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas, já com o posto de tenente-coronel, colaborando também nos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução. Neutralizada a tristemente famosa Quinta Divisão, foi incumbido da sua reestruturação. Durante o Verão quente de 1975, foi um dos resistentes ao gonçalvismo e subscritor do "Documento dos Nove", embora, como ele próprio afirma só concorde com algumas das ideias de Melo Antunes: "Com algumas delas sim, mas só com algumas." No dia crucial de 25 de Novembro foi a ele, em grande parte, que o povo português ficou a dever a liberdade que continua a desfrutar, evitando a implantação de um novo fascismo. Nesse dia, de facto, a sua acção foi decisiva, quer como dirigente militar quer como político, junto de Costa Gomes, obrigando-o a decidir-se pela oposição aos rebeldes.

Hexágono de um Presidente

Posteriormente, depois de coroadas de êxito as acções militares de neutralização dos contra-revolucionários, ocupou as funções de chefe de Estado-Maior do Exército, lugar para que foi escolhido pelos seus camaradas. Neste seu novo cargo, como é do conhecimento de todos, empenhou-se em tornar o Exército uma instituição ao serviço do povo, prestigiada e

valorosa, apta a defender a liberdade e a independência nacional.

Ramalho Eanes ficará, sem dúvida, na História de Portugal, como figura ligada às lutas do povo português por uma sociedade melhor.

● J. A.

Eanes

e os factos económicos

A CONSCIÊNCIA DO DIFÍCIL

“Teremos de resolver problemas da maior gravidade: o aumento do custo de vida, a ausência de investimentos, o desemprego, o desequilíbrio nas balanças comerciais e de pagamentos...” — são palavras do Manifesto apresentado ao País pelo general Ramalho Eanes, no decurso da sua vitoriosa campanha eleitoral. Ficou nelas patente a gravidade da situação económica em que a nação portuguesa se debate.

Mas já na comunicação de 19 de Maio, na qual anunciou a candidatura, o general Eanes tinha sublinhado “a urgência de nos encaminharmos para a construção económica do País, actualmente à beira de taxas de inflação alarmantes, de uma precária política de investimentos públicos e privados, de ausência de planificação e de elevado índice de desemprego”.

Dos quatro candidatos presentes na corrida a Belém, Eanes foi praticamente o único a não rejeitar a abordagem da melindrosa questão económica; foi o único a não temer olhar de frente os problemas concretos do País real de que, por vontade popular, se tornou Presidente.

É facto que o tratamento da questão económica que, ao longo da campanha, fez, não ultrapassou a generalidade dos tópicos, talvez porque, como disse, não compete “ao Presidente da República a definição de um programa de Governo”. Mas os tópicos avançados, coincidentes com

as linhas gerais da Constituição mostram inequivocamente a compreensão de essencial de que este presidente quer dar provas de ter. E ela é a garantia primeira de que a nau governativa poderá ser conduzida com eficiência. Porque se os poderes do Presidente são constitucionalmente limitados (Pato “dixit”), não são, na Constituição e na prática, nulos.

ECONOMIA ESTATAL E SECTOR PRIVADO

Numa sociedade em que os ramos básicos da actividade económica estão estatizados, em que largas zonas da produção e da distribuição e a banca caíram sob alçada do Estado, o chamado “sector público e nacionalizado” não podia ser omitido nas preocupações de um presidente. Todavia, Ramalho Eanes, nas intervenções de campanha, apenas referiu a sua existência — no Manifesto eleitoral:

“O sector público e nacionalizado terá de encontrar os caminhos da sua viabilidade, deixando de ser um encargo e passando a desempenhar, de facto, o papel dinâmico que lhe incumbe no desenvolvimento do País.”

É pouco. É o constatar das dificuldades, sem indicação de causas, sem o seu indispensável enquadramento no contexto político. Fica a questão de saber as razões pelas quais este sector até agora não encontrou o “caminho da viabilidade”, não desempenhou o “papel dinâmico” que, em teoria, lhe

compete. E também a questão de saber qual o grau possível da sua viabilidade, em termos de um necessário (indispensável) realismo político e económico.

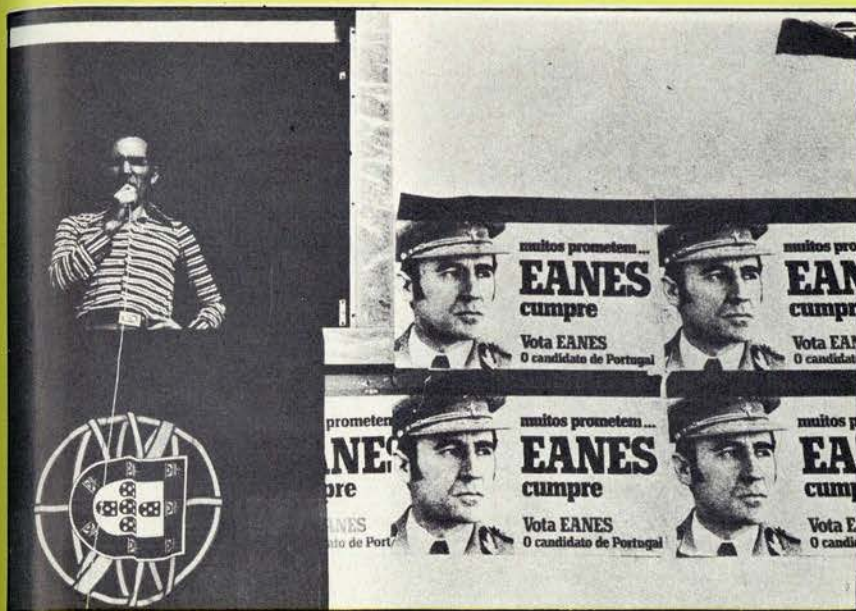
Por outro lado, “a iniciativa privada — disse Eanes — terá, também, neste processo de transformação, o seu lugar próprio bem definido e a sua função de estímulo competitivo”. Ou seja, a concorrência entre os dois sectores, fundamentando-se no pressuposto de oportunidades e condições idênticas. Na conferência de Imprensa por ele dada em 8 de Junho, acentuou que a iniciativa privada é “imperativamente necessária neste país”, apontando-lhe uma “contribuição socialmente integrada”.

Contudo, subsistindo uma economia de mercado, os dois sectores atrás referidos existem como pólos de uma contradição que, até à data, não mereceu dos nossos economistas e políticos a indicação de pistas para uma solução eficaz. Um sector privado “socialmente integrado” pode pressupor, nas condições actuais, a dependência absoluta do sector estatizado, com a agravante deste se encontrar falido. Se assim for, a iniciativa privada não poderá ser um estímulo e o seu lugar continuará indefinido... ou, na pior das hipóteses, demasiado bem definido, relegado a um plano secundaríssimo. Restará então saber se isso é compatível com as estruturas económicas internacionais nas quais o nosso país se insere.

Caso contrário, deparar-se-á com a necessidade de inverter a actual relação entre os dois sectores (estatizado e privado). Com as consequências políticas daí derivantes. Com o despontar de tensões e rupturas políticas e sociais que só um Estado forte poderá resolver.

Interessa ver aqui o esforço de Eanes para a reabilitação do empresário. De maneira pouco ortodoxa (para os sensíveis ouvidos de Otelo Saraiva de Carvalho, sobretudo), o Presidente Eanes elevou o empresário à categoria de “trabalhador” — num país de verbo socialista a sua reabilitação nestes termos era quase uma inevitabilidade.

De referir ainda, que o Manifesto eleitoral de Ramalho Eanes sugere o desenvolvimento e consolidação de um



terceiro sector, o “movimento cooperativo”, “forma organizada de realização dos interesses dos produtores e dos consumidores”.

O PLANO FACTOR DE RACIONALIZAÇÃO

A articulação dos diversos sectores económicos, na visão de Eanes (coincidente em absoluto com o firmado na Constituição), será conseguida através de um Plano, simultaneamente factor de racionalização e instrumento para as “transformações económicas e sociais” pretendidas. No Manifesto eleitoral, o general Ramalho Eanes distingue esse Plano dos “instrumentos tecnocráticos de crescimento” característicos dos países de economia estaziada do Leste europeu.

Na sua perspectiva, o Plano “deverá também constituir a síntese harmoniosa das escolhas individuais e colectivas dos padrões de vida dos portugueses”. É a interpretação sua de um passo da Constituição (art. 94, 2.): “A elaboração do Plano é coordenada por um Conselho Nacional do Plano e nela devem participar as populações, através das autarquias e comunidades locais, as organizações das classes trabalhadoras e entidades representativas de actividades económicas.”

Os passos transcritos omitem a contradição fundamental da nossa estrutura económica — repartida em dois sectores distintos que a acção de determinadas forças políticas tornou quase antagónicas. A reabilitação da iniciativa privada, empreendida pelo Presidente Eanes, poderá ajudar a ultrapassar a actual desarticulação dos sectores, o que é decisivo uma vez que o Plano, só por si, não poderá fazê-lo. A política (uma política clara e realista) terá de assumir o comando do Plano e de toda a economia. Ou, na alternativa, teremos o suicídio da democracia, senão mesmo de Portugal como País independente.

Não se vê o papel que o Estado, principal detentor dos meios de produção e distribuição, é chamado aqui a desempenhar. O modo como a vontade estatal (há que ter em conta as flutuações políticas dessa vontade) se vai inserir na mecânica da planificação, será o critério real da reabilitação efectiva do sector privado da economia. Serão os factos a demonstrá-lo.

A CONDIÇÃO FUNDAMENTAL

Mas é sobretudo a outro nível que as palavras do Presidente Eanes são tranquilizantes: a promessa de reabilitação do Estado, garante da democra-

A coragem de encarar de frente a crise económica portuguesa

cia política e económica. A institucionalização da democracia será isso, ou ficará reduzida a um “slogan” (mais um), esvaziado de conteúdo.

Só o Estado, nas condições políticas actuais, poderá conseguir o compromisso do capital e do trabalho na reconstrução económica (a tal “paz social”), sem o que nenhuma independência nacional é possível. E será bom admitir que tanto o capital como as classes trabalhadoras não trairão o País. Se sabemos que o proletariado, como classe, não o faz, sabemos todavia que muitos do que em seu nome falam o podem fazer.

Infelizmente, as palavras do general Ramalho Eanes (aqui situou-se no prolongamento do discurso económico-político do pós-25 de Abril) não puseram o dedo na ferida da crise que atravessamos. Porque é necessário ganhar-se a consciência de que a nossa crise económica é específica, ainda que se insira na crise internacional. Esta, ainda agora o sublinharam os peritos da OCDE, é uma crise de superprodução, e a superprodução em Portugal, se existiu, foi fictícia. Porque o nosso aparelho económico e fictício, estruturado a partir de um mercado colonial que já não temos.

Daf, o imperativo da reconversão económica, com base nas nossas viabilidades e nas nossas forças. Daf, o imperativo da “paz social”, tanto mais que o erário público está exaurido e o que resta nos cofres não consente mais a turbulência social e política. Na negativa, resta-nos o adeus às ilusões: de uma democracia que queremos, de uma independência por que lutamos.

Claro que quer o Manifesto quer os diversos discursos, declarações e entrevistas do Presidente Eanes durante a campanha contêm “afirmações genéricas”, passíveis portanto de “várias interpretações” — isso foi evidenciado pelo próprio em entrevista dada ao “Jornal Novo”. Claro que Eanes é Presidente da República e não Governo. Mas espera-se que cumpra a sua única promessa: a de cumprir. **AM.**

Estilo

SINGULARIDADE IMPLÍCITA

Pede-me a "VM" uma apreciação do "estilo" dos discursos de Ramalho Eanes. Gostaria de apresentar uma breve nota introdutória, em três alíneas.

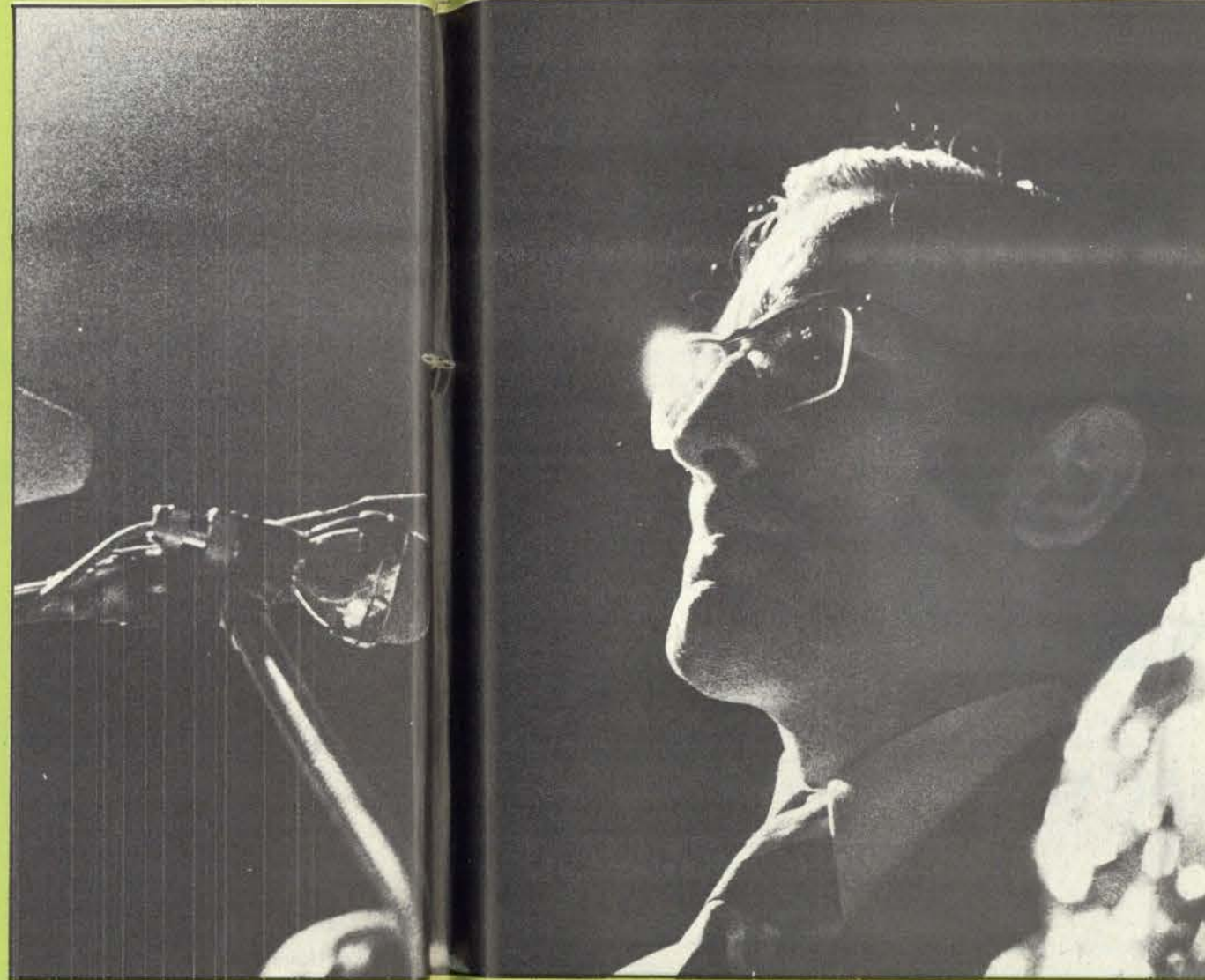
1) A elevada consideração que tenho pela "VM", pela sua directora e pelos elementos (os que conheço) da equipa que trabalha nessa revista, leva-me a responder afirmativamente ao propósito referido. Não posso, todavia, deixar no olvido um facto muito significativo: o último órgão de Informação onde publiquei algumas páginas de "crítica literária" foi precisamente a "VM", em 1974. Foi graças a essa actividade que pude ir observando o crescimento da imbecilidade neste pobre país. Por um lado, os livros que me enviavam para crítica podiam quase todos enquadrar-se na torrente de verborreia demagógica, ao serviço duma orquestração cujos efeitos são agora bem visíveis. Por outro lado — e dada a inflexibilidade da minha posição, enquanto crítico —, a provocação rasteira atingiu-me. Voltei as costas a tudo isso e, de lá até hoje, nunca mais me pronunciei criticamente sobre a obra de ninguém. Saturação, desgosto, náusea.

2) É certo que uma apreciação do discurso político — seja ele da autoria de quem for — não constitui, a bem dizer, um exercício de "crítica literária". Pelo menos, hoje em dia. Bem sei que alguns dos mais valiosos textos de Cícero — literariamente valiosos — poderiam facilmente considerar-se como amostragens do "discurso político". Acontece, porém, que nos chamados séculos clássicos das literaturas europeias, já não é propriamente o "discurso político" que constitui matéria literária. Se quisermos encontrar a expressão mais alta da argumentação

política, teremos de procurá-la em homens cuja actividade política é secundária. O pensamento político desses homens não visa uma rentabilidade imediata, mas sim a construção dum encadeamento de argumentos que se deseje o mais irrefutável possível. É o caso da oratória sacra, dum Bossuet, ou dum António Vieira. É também o caso do pensamento revolucionário do século XVIII, com especial destaque para a argumentação cerrada de Montesquieu.

Um fanático admirador de Robespierre — Louis Blanc — afirmou que o último discurso proferido por Robespierre na Convenção constituía um monumento imorredouro. Eis um exemplo do logro em que caem os admiradores da política, apesar de Louis Blanc ser uma inteligência superior (e um pensador medíocre) a qualquer das "inteligências" que, entre nós, enaltecera Vasco Gonçalves. No fundo, Robespierre era um indivíduo desprovido de capacidade argumentativa. Também Trotsky, considerado por muitos como um orador que arrastava multidões, não denota qualquer capacidade de articular argumentos. Esses oradores, ditos brilhantes, são apenas manipuladores ao nível da retórica. O êxito dos seus "discursos" deve-se a uma fogosa expansão de lugares-comuns (coisa sempre acessível e de efeito quase garantido) numa determinada conjuntura, cujas linhas de força eles vislumbram num relance intuitivo. Por isso o famoso discurso que Shakespeare põe na boca de Marco António, após o assassinio de Júlio César, não tem a mínima probabilidade de existência fora do espaço cénico. É um modelo de argumentação que, no real quotidiano, acarretaria o linchamento do orador.

3) Aqui e agora, o "discurso político" é, regra geral, duma chateza



insuportável. A nossa pobreza oratória é de tal ordem que Vasco Gonçalves chegou a entusiasmar pessoas de quem se esperaria um comportamento mais sereno, mais lúcido, mais distanciado. O princípio da repetição — talvez mal assimilado de alguma escola dramática, quem sabe? — foi entre nós tão praticado que só se pode responder-lhe com o bocejo. A tentativa de ensaiar em público tais espectáculos, confundindo o drama com a vida, será porventura mais um dos tais equívocos em que este país é fértil.

Atendendo, porém, ao que fica dito na alínea 1), passo à exposição dum "parecer" acerca do discurso favorável a Ramalho Eanes — cujo autor talvez seja colectivo, não importa!

Se tivermos em conta o discurso demagógico que tem vigorado entre nós, podemos afirmar que o "discurso político" de Ramalho Eanes (ou de Ramalho Eanes e da equipa com quem o general trabalha) funciona em certa medida como um antídoto.

Sem pretender cair em análises "técnicas" da linguagem, tenho de chamar a atenção para o carácter predominantemente referencial da linguagem utilizada por Ramalho Eanes no seu "manifesto", bem como numa conferência de Imprensa, ou até em entrevistas onde, naturalmente, os desvios do "tema" são sempre numerosos, por razões que são do conhecimento de entrevistados e entrevistadores.

Esta linguagem, por vezes percorrida por séries de enumerações (de problemas, de conflitos, de dificuldades, de projectos), é uma linguagem centrada no substantivo e no verbo, onde é raríssima qualquer concessão à retórica, onde o apelo ao bom senso predomina e onde qualquer apelo conta mais com a inteligência do receptor do que com os meios propriamente apelativos. Por outro lado, o fraco grau emotivo deste discurso parece ripostar à histeria tantas vezes presente na expressão irresponsável de alguns agrupamentos políticos.

A escassez da adjectivação — quase sempre reduzida ao mínimo indispensável — reforça a impressão de

Um "discurso político" inteligente...

austeridade que se desprende deste discurso. Note-se que, por exemplo no "Manifesto", a insistência em formas verbais que veiculam a obrigatoriedade, a par de um grande número de verbos no futuro, actuam no sentido de comprometer (no bom sentido) o candidato. Desta íntima relação entre austeridade e obrigatoriedade, resulta como que garantia. A linguagem, sóbria, a verticalidade da posição assumida, a tentativa de se acentuar o carácter do candidato são outros tantos ingredientes que tornam verossímil a obrigatoriedade.

Todos sabemos que os partidos políticos e os homens públicos prometem mundos e fundos para obter o poder. Mas, se a política tem memória curta, a memória dos "políticos", tomados individualmente, é em geral catastrófica (os ingleses dizem que os conservadores, na oposição, são mais progressistas que os trabalhistas, no poder). É contra esta proverbial leviandade política que o discurso de Ramalho Eanes sugere (mais do que explicita) uma garantia.

Ao fim e ao cabo, todo esse discurso corrobora, o slogan "Muitos prometem, Eanes cumpre", enunciado que, devido a certas leis do discurso, tem implícito (logo invisível) uma palavra-chave: "só". Se muitos prometem, só Eanes cumpre. Repare-se na debilidade que a introdução do "só" introduz no enunciado.

Não admira pois que, ao nível do explícito, o discurso político de Ramalho Eanes seja quase desprovido de argumentação, facto que se traduz numa ausência quase total de agressividade. A agressividade é a tônica dos outros, dos que só prometem. Como só Eanes cumpre, situa-se num escalão moral incompatível com o ataque menos digno.

Em suma: um "discurso político" inteligente, dentro das limitações inerentes ao nosso circunstancialismo.

● JOSÉ MARTINS GARCIA



"Os direitos dos trabalhadores serão por mim intransigentemente defendidos"

FALAR DE TRABALHO SEM DEMAGOGIA

No conjunto das principais declarações de Ramalho Eanes ao País, merecem particular atenção os problemas laborais. Pedra de toque de um programa, as perspectivas que Eanes ofereceu aos trabalhadores portugueses surgiram como o resultado frio e realista da análise que o general fez do actual momento político.

Repudiando a demagogia, não caindo nunca no estilo fácil e populista, Eanes assentou a sua campanha em alguns pontos básicos que foi divulgando no decorrer das muitas sessões de esclarecimento e comícios.

Deste modo, no que respeita às questões de trabalho, foram definidos três campos fundamentais: o trabalhador da cidade e a sua responsabilidade na gestão das empresas, o trabalhador rural e a Reforma Agrária, e o papel da iniciativa privada no quadro geral da economia portuguesa.

Eanes é claro quando diz que chegou "o momento de os trabalhadores se tornarem os sujeitos da sua própria emancipação e de assumirem as suas responsabilidades na gestão das empresas e nos destinos do País". E isto está directamente ligado a outra afirmação por ele feita em que garante que "os direitos fundamentais dos trabalhadores, tão penosamente conquistados, e agora consagrados na Constituição, serão por mim intransigentemente defendidos".

Esta garantia de que o trabalhador português deve continuar a ter um papel activo nos destinos do País e não mais reduzir-se a um simples objecto de exploração parece-nos a primeira grande questão de princípio definida por Eanes. E isto, repetimos, sem a cobertura demagógica tão a gosto de outros candidatos à Presidência.

Na prática, para que esta garantia se

torne efectiva, há que respeitar os órgãos da vontade dos trabalhadores. Reprimi-los ou demagogicamente manipulá-los é ir contra a democracia e contra qualquer tentativa de recuperação económica do País.

Dentro desta recuperação económica surge, em seguida, o papel da iniciativa privada. Disse Eanes que "a iniciativa privada terá, também, neste processo de transformação, o seu lugar próprio bem definido e a sua função de estímulo competitivo. Os pequenos e médios empresários, esmagados até ao 25 de Abril por um capitalismo monopolista, que não voltará a este país, merecem todo o apoio que a sua actividade justifica".

No que respeita à questão camponesa, surge como esteio de toda uma visão do problema a ligação do homem com a terra. Assim, "a Reforma Agrária terá de ser, e será, tempo e modo de desalienação do homem que trabalha a terra ou a ela está directamente ligado pela sua actividade. Será executada com tenacidade, consumando-se a eliminação do feudalismo latifundiário, corrigindo-se todos os excessos cometidos e impedindo que outros venham a verificar-se".

Ou seja, há que eliminar o feudalismo latifundiário, sem permitir, por outro lado, o surgimento de uma nova classe dominante, saída da aristocracia sindical, IRA (Instituto da Reforma Agrária) ou outra coisa qualquer, susceptível de reeditar em novos moldes a já conhecida exploração anterior.

Como dissemos, Eanes recusou o estilo envolvente em detrimento da objectividade e contundência. Poderia, se tivesse optado pelo primeiro, especular e oferecer, no que toca às questões laborais, uma falsa imagem do que nos espera. Escolhendo a segunda hipótese, traçou, clara e firmemente, os pontos de honra a serem desenvolvidos.

Pensamos que, a partir de agora, há que seguir com atenção o evoluir destes pontos. Porque da sua aplicação na realidade socioeconómica de Portugal é que resultará, de facto, o impedimento de uma política golpista e demagógica que os trabalhadores não estão mais dispostos a aceitar. ■ F. F.

Museu da Nazaré

ASPIRAÇÃO CONCRETIZADA

“Um povo sem museu é um povo sem tradição e sem alma”, disse Luc Benoist, e é-nos agora recordado no catálogo de Museu Etnográfico e Arqueológico do dr. Joaquim Manso, na Nazaré, recentemente inaugurado.

Numa cerimónia que decorreu ao longo de um ensaio e de azul domingo e que teve, simultaneamente, aspectos de acto oficial e de festa cultural com o regozijo popular, fez-se a evocação sentimental de um homem, o dr. Joaquim Manso, grande jornalista da democracia e fundador do “Diário de Lisboa”, que, de tal modo se enamorou da linda vila piscatória (também tornada cartaz de turismo) da Nazaré e do seu povo, ali tinha a sua casa de Verão e descanso e ali se refugiava sempre que a sua vida lho permitia.

O povo da Nazaré, tão arreigado aos seus usos e costumes, tão poderoso na sua vincada personalidade e apaixonado pela sua terra e pelo seu mar, viu agora concretizada uma das suas velhas aspirações: a abertura ao público do seu Museu Etnográfico e Arqueológico, instituição cultural e artística que enriquece não só a região como também o património espiritual nacional.

Mais do que o povo da Nazaré é o

povo português que, a partir deste momento, conta com um museu que lhe é inteiramente consagrado e do qual se pretende fazer não um mero e simples reportório de obras e objectos — o que em si já é assinalável — mas um verdadeiro centro de acção e dinamização cultural e artística, entendida no melhor sentido e significado da expressão.

CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS

A ideia de conceder à Nazaré um museu onde se evocasse o seu passado arqueológico e histórico e os tão característicos usos, costumes e tradições dos nazarenos e onde, simultaneamente, se reunissem obras e testemunhos de todos os que àquela vila e às suas gentes consagraram algo do seu amor e da sua obra remonta de 1943 e foi lançada por António Montês, o saudoso fundador e primeiro director do Museu José Malhoa, das Caldas da Rainha.

Logo aceite com entusiasmo por



O edifício do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso no dia da inauguração oficial

muitos, a ideia aventada por António Montês teve o seu primeiro impulso quando Eurico de Castro e Silva, que com amor e paciência recolhera ao longo da sua vida um belo espólio etnográfico e arqueológico, o legou para que ele constituísse o núcleo básico do futuro museu. Encarregado de guardar e catalogar o espólio legado por Eurico de Castro e Silva, o dr. João Saavedra Machado, então director do Museu José Malhoa, não só recebe com entusiasmo a incumbência como logo, com alguns amigos nazarenos, inicia nova recolha de obras de arte e documentos que foram engrossar o espólio inicial. Reunidas algumas dezenas de peças e documentos tornava-se necessário encontrar um local para as fazer funcionar como meio de cultura. Este parecia o mais difícil obstáculo a vencer.

E foi um filho da Nazaré, o industrial Amadeu Gaudêncio — que, amigo de Joaquim Manso, outrora o levava a descobrir aquela terra —, quem torna possível a concretização do projecto ao oferecer generosamente a casa que pertenceu a Joaquim Manso, no Sítio; mais tarde, apoiariam com largos subsídios as necessárias obras de adaptação da casa a museu.

Conseguiu-se, assim, institucionalizar em 1968 o Museu Etnográfico e Arqueológico do dr. Joaquim Manso, entregando-se, em 1972, a sua direcção ao dr. Saavedra Machado, que de alma e coração, num esforço cheio de entusiasmo, foi a verdadeira alavanca que impulsionou o andamento das obras e a ampliação das colecções, trabalho em que contou com a colaboração e auxílio da boa gente da Nazaré, do Sítio e da Pederneira.

Assim se conseguiu transformar a casa de Verão do Dr. Joaquim Manso,



O secretário de Estado da Cultura, acompanhado do dr. Saavedra Machado, durante a visita ao Museu

Interior da Casa da Estiva, com o antigo escritório da Arte do Galeão

Interior do Teatro Chaby Pinheiro. Um teatrinho à italiana com um romântico pano de boca de cena pintado



no Sítio, num belo museu, criteriosamente concebido, devendo-se o projecto ao arquitecto Eugénio Correia.

Poderemos, pois, afirmar que o Museu da Nazaré é uma realidade para a qual contribuíram, desde o início, a atenção das entidades oficiais, o generoso apoio de Amadeu Gaudêncio, a actividade do dr. Saavedra Machado e, sobretudo, a colaboração e as dádivas do povo da Nazaré.

Finalmente, a esplêndida e larga colecção reunida foi, agora, aumentada com mais algumas dádivas: a cabeça em bronze do dr. Joaquim Manso, escultura de F. Costa, oferecida pelo "Diário de Lisboa" e seus trabalhadores; a cabeça em bronze de Amadeu Gaudêncio, obra de mestre Barata Feyo, oferecida pelo seu autor e cujo suporte em mármore foi oferecido



pelos Amigos do Museu; e, ao mesmo tempo, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Nazaré depositou no museu, o precioso Foral da Vila da Pederneira, concedido por D. Manuel I.

Reunida em cinco amplas salas, nos corredores e nas escadas, com inteligente e criterioso sentido museológico, a colecção do Museu da Nazaré é constituída por um total de cerca de mil peças, objectos, documentos e obras de arte "cientificamente" agrupados em secções temáticas: Vida Infantil, Religião, Superstição, Alimentação, a Casa e o seu Arranjo, Trajo, Profissões, Vida Social, Vida Intelectual (com um belo conjunto de textos de Teatro de Cordel) e Pesca; documentos arqueológicos: pré-história, neolítico e época do bronze; e uma extensa colecção de obras plásticas — pintura, desenho, escultura, cerâmica, tapeçaria, fotografia, etc. — de vários artistas: F. Xavier Costa, Cristino da Silva, Juan Ovalos, Victorino Laranjo, Jorge Monteiro, Rosa Mendes, Maria Roque Gameiro, Júlio Pomar, Coelho da Silva, Eurico de Castro e Silva, Lázaro Lozano, Paul Girol, Guilherme Filipe, Manuel Fernandes, Berta Borges, J. Scherbeck, Irene Sá Natividade, Leopoldo de Almeida, Henrique Moreira, Lino António, José da Beca, etc.

É impossível dar uma imagem deste valioso repositório de peças e documentos que evocam um povo na sua vida, na sua arte, no seu trabalho, nos seus usos e costumes, nas suas velhas tradições, um povo que, igualmente, serviu de inspiração a muitos artistas.

■ T.R.



OS 200 ANOS DO "BOLCHOI"

● O Bolchoi — que quer dizer "grande", o grande teatro — considerado, na URSS, como o Olimpo da ópera e do bailado, completa, este ano, 200 anos de existência.

Orgulho dos moscovitas, a sua sala magnífica, famosa pelas excepcionais qualidades acústicas, possui uma capacidade superior a 2 mil espectadores. No palco — de área quase igual à da sala — um complexo sistema mecânico possibilita montagens sumptuosas, onde não raro se vêem galopar cavalos de

A luxuosa sala do Bolchoi, famosa pelas suas excepcionais qualidades acústicas, tem capacidade para cerca de 2 mil espectadores

Desde então, grandes talentos e inspirações, cantores, bailarinos, músicos, artistas plásticos, honraram a sua sala: Maria Taglioni — a primeira bailarina a dançar "em pontas" — e a sua contemporânea Sankovskaia, Pavlova, Nijinsky, Karsavina, Oulanova, Nureiev, estrelas do mundo do bailado. Stravinski e Debussy, Ravel, Prokofiev, Beethoven, Tchaikovski, Verdi, De Falla. Cantores como Cralapin e Neжданov. Grandes da pintura e decoração, como Bakst, Benois, Picasso, Matisse, Braque. E tantos outros.

No gigantesco palco do Bolchoi, revivem as obras geniais de Stravinski, Ravel, Beethoven, Tchaikovski, De Falla

Actualmente, o grupo permanente do teatro, constituído por cantores, bailarinos e músicos, é um dos maiores do mundo: mais de um milhão de elementos.

Do reportório do Teatro Bolchoi fazem parte hoje em dia 28 óperas e 22 bailados. Com espectáculos de diversas épocas, de diversos autores e orientações, pode dizer-se, no entanto — pelo menos em relação ao "ballet" —, que o Bolchoi abandonou os temas "revolucionários", para cultivar, essencialmente, os grandes clássicos russos e estrangeiros, nos quais patenteia um realismo minucioso em cenários e figurinos, um conservadorismo que não deixa de surpreender num país onde tudo vive sob o signo do "progresso". Talvez, apenas, o isolacionismo, que tem sido atitude constante da URSS em relação ao resto do mundo, possa, cabalmente, explicá-lo.

M.S.R.



"POP" E DROGAS

Cada festival, cada concerto, cada ensaio, são denotações do sistema organizado da nossa música "pop" — uma música de massas por excelência, música que pertence indubitavelmente ao mundo estético das novas gerações.

Aqui, em Portugal, ela sofre como em nenhum outro lado — é perseguida pelo puritanismo pequeno-burguês, arrasada pelo repressivismo policial ou militarista, expurgada pela "boa consciência" das gerações mais concretamente submetidas ao conservadorismo e à moral cristã.

Mas a música "pop", prossegue as suas vias e auto-edifica uma arquitectura socio-musical com a personalidade que lhe é própria.

Os instrumentos musicais são cada vez mais caros, o baile tradicional (onde o par de dança realizava o mais sublimado e recalçado dos encontros sexuais) está para terminar: novos conceitos e práticas de comunicação erótica se instituem, a mulher ganha a sua independência, e o homem a sua liberdade — é na juventude, na camada jovem, que isto se passa — e hoje um concerto musical é para se ouvir e ver, jamais para remediar frustrações.

Paradoxalmente, os moralistas da repressão instituída não compreendem ou não querem compreender, e podemos com a vontade afirmar que nenhum concerto "pop" neste país se eximiu dos laivos ameaçadores da força policial.

Hoje, o argumento é a droga. Mas qualquer sociólogo e qualquer psicólogo sabe que o combate à droga não se faz com perseguições mórbidas de polícias, com diabólicas engrenagens de burocracia burguesa. A solução está, repito, na própria organização social: dê-se liberdade sexual, dê-se a possibilidade de comunicação entre os jovens, reconheça-se o direito de criar às novas gerações e abram-se a esta juventude as portas da saúde física e do jogo: o desporto é a meu ver a mais certa solução. Os tribunais apenas avivam frustrações, acentuam os medos, vincam o terror — e a reacção faz parte do círculo vicioso: droga, polícia,

tribunal, delinquência droga, polícia psiquiatria...

A nossa proposta é: liberdade, desporto, estética, a droga (nefasta) sucumbe a estes termos, e só a estes. Cito a propósito alguém que dizia: "cada polícia que prende um dos nossos companheiros redobra em nós a solidariedade e a necessidade de nos unirmos contra a polícia — o mal não é eliminado".

Mas porquê falar destes problemas quando nos propusemos criticar a "pop" nacional?

Porque a "pop" e o uso de estupefacientes ou drogas estão aliados — pertencem a novas formas de realização — e não se iluda quem afirma serem estes problemas da classe burguesa. Não: o jovem trabalhador também participa, gosta da música "pop", está a ser dia a dia condenado ao subterfúgio da droga — porque a sociedade que lhe é oferecida apenas apresenta políticas de ocasião, desemprego, injustiça.

O preço exorbitante dos instrumentos musicais, suportando bárbaros impostos, é o "melhor argumento" para afastar a juventude da música.

Mas voltemos então à nossa música "pop".

Tem os seus êxitos e já atingiu algumas posições de privilégio.

Há três tipos de estruturação:

Simulação de estilos/trechos/frase provenientes dos grandes grupos estrangeiros consagrados pela sua concepção "pop".

Aqui o processo é exigente, embora seja criticado asperamente pelos ouvintes que mais acesso têm a um gira-discos e discos em casa própria. No desenvolvimento desta linguagem conta-se a manipulação rigorosa de diversos instrumentos electrónicos (sempre a surgirem como solicitações embriantes e a imporem as particularidades estilísticas de cada grupo). Práticas que criteriosamente se repetem, que saturantemente se depuram, que obstinadamente se aperfeiçoam. A finalidade é dar ao auditor uma réplica impecável dum modelo estrangeiro.

Quando este modelo é de qualidade (um Pink Floyd, um Amon Duul, um Hendrix...) então o problema é idêntico ao que se põe nos conservatórios: os anos que as repetições implicam para reproduzir uma sonata de Beethoven, por exemplo — achamos legítimo que este processo de criação de música se realize; dá, além do mais, a possibilidade de ouvirmos e vermos construir música "pop" na incapacidade económica de trazerem a Portugal grupos estrangeiros consagrados.

O conjunto Pesquisa é o chefe-de-fila deste estilo e conseguiu atingir a fidelidade aqui exigida.

Um conjunto a ouvir e com futuro.

A segunda espécie de criação musical "pop" diz respeito a utilizações pouco ortodoxas da nova matéria instrumental adquirida. Convém abrir aqui um parêntesis acusatório: os conservatórios nacionais de música situam-se instrumentalmente no século XIX. Efeitos electrónicos, recorrências actualizadas de novas séries instrumentais (os sintetizadores, o piano eléctrico, a guitarra eléctrica, as amplificações, etc...) são reaccionariamente recusados, tidos como subprodutos; defende-se a técnica arcaica contra o prazer contemporâneo, humilha-se a inovação a favor do antiquado, repudia-se a nova geração em prol de putrefacções anódinas, geração em prol de putrefacções anódinas.

Estes músicos "pop" têm de, forçosamente, ser autodidactas, vencerem por si próprios, saberem astuciosamente ultrapassar os espaltilhos da arte burguesa — mas estes músicos são populares ("pop"), tocam para as massas — nos conservatórios toca-se para círculos elitistas de velhos carunchosos de meninos-bem imbecis e fascistizantes. A pop music portuguesa dá uma lição de inovação cultural e abolição de preconceitos burgueses, abre-se ao povo.

Esta segunda espécie de criação musical é difícil: luta pelo original, procura uma via autónoma.

O grupo Artes e Ofícios é um dos melhores exemplos de originalidade. Se o seu vocalista está ultrapassado, o violinista Leonel é uma figura meteórica da nossa "pop" e uma esperança. Um grupo seguro em que o vanguardis-

mo do violinista prende a atenção da crítica.

Outro ramo da "pop" portuguesa é aquele que segue a via do "show-man". O músico "pop" encontra a sua personalidade — impõe ao público um conceito particular do mundo (lembremos um Dylan, um Jagger, um Lou Reed); é a vedeta da música popular.

Os seus poemas, as suas obscenidades, a sua tomada pública, as suas réplicas vanguardistas.

São figuras malditas, não gratas,

perseguidas, mas que na sua proposta (subversiva) estimulam e adoptam novos padrões de cultura.

Very Nice é o músico "pop" que, sem dúvida, serve de melhor exemplo da "pop" nacional.

Seria a máxima injustiça ignorar os maiores nomes da nossa música "pop": Zé Nabo e Zé da Cadela — que neste momento se refugiaram em certo anonimato, mas que (disso estamos seguros) trará as mais auspiciosas novidades. ● LIMA BARRETO



O Papa (Ringo Starr) no não-casamento de Liszt com a princesa Carolyn

"LISZTOMANIA": A IMAGINAÇÃO E O LIMITE

● "Lisztomania", realização e argumento de Ken Russell. Produção de Roy Bayard e David Puttman, de 1975. Interpretado por Roger Daltrey (Liszt), Sara Kestelman (Princesa Carolyn), Paul Nicholas (Wagner), Ringo Star (O Papa), Fiona Lewis (Marie), Veronica Quilligan (Cosima) e Rick Wakeman (Thor). 105 minutos. Música de Liszt, Wagner e Rick Wakeman. Distribuição Columbia e Warner. Em exibição no Cinema Caleidoscópio, de Lisboa.

"Lisztomania" é imaginação. Imaginação deslocada neste tempo e aqui, para este público, demasiado ocupado para se lembrar que a imaginação existe. Deslocada, ainda, pois Ken Russell realiza em cinema a imaginação prensada em álbuns de música popular dos fins da década de 60 (desde o "Sargent Peppers", dos Beatles, a tudo quanto se seguiu).

É baseado, ou melhor, apoiado em Liszt e na sua música, Russell partiu para um argumento em que Liszt e Wagner são o pretexto para todo o caminho de crítica e divagação sobre tudo o que assalta o homem (o músico) do nosso século.

Liszt (Roger Daltrey), o amor das mulheres, a sua arte apreciada não

pelos circunspectos senhores dos meados do século passado, mas por irrequietas meninas de chapéu de abas e fitas, a gritar e a chorar histericamente, como o público "fan" dos músicos "rock" de hoje em dia.

Wagner, o músico objectivo, em que a sua música é a razão base de vida, o fim a atingir, sem olhar a meios.

É destas suas personalidades, uma a eficácia, o génio e o amor (Liszt), outra a ideológica, objectiva e material (Wagner), que Russell parte para os caminhos difíceis que nos levam a imaginar Liszt a compor romances e lindas melodias, enquanto Wagner constrói muralhas, melhor, trincheiras e tanques com o rigor da sua música.

É, pois, do antagonismo das duas personalidades que Russell parte para o argumento.

Sublinhado pela música — que não conseguimos (não queremos) dissociar do filme — Wagner assume várias facetas, bem demarcadas: do iniciado que apresenta peças ao mestre (Liszt), passando pelo revolucionarismo comunista, fugido à "justiça" em casa do mestre, até ao Drácula que suga, no sangue de Liszt, o talento necessário à sua composição, ao isolamento no castelo em práticas satânicas, até ser o monstro frankensteiniano nacional-socialista, o próprio Hitler, a dizimar judeus inocentes com a sua música.

Um filme confuso, em que a fraca presença de Roger Daltrey não o salva,

exceptuando um ou outro sinal positivo na actuação de Paul Nicholas (Wagner), em que a contradição e inconsequência das imagens não nos dão a certeza do que é imaginação ou improviso. Com algum erotismo primário (cena da castração no castelo da princesa Carolyn), até ao romantismo infantil despropositadamente sublinhado noutras cenas (de que "Sonho de amor" é honrosa excepção), o que nos fica é um vazio, resultado da superficialidade com que tudo é abordado.

Resta-nos a música.

Ouvimos atentamente o disco após termos visto o filme. E, então, a música souu de maneira diferente, lembrando cenas, tridimensionando os sons que antes ouvíramos, distraidamente, na rádio.

"Love's Dream", o tema "Liebes-traume", com letra de Benson e Daltrey, retoma novo aspecto, se recordarmos a cena bem conseguida que por ela é sublinhada no filme.

A canção de "Orfeu", de Liszt, é bem interpretada e ricamente orquestrada por Rick Wakeman, em que o valor da melodia é enriquecido pelas palavras de Daltrey e Benson.

Aliás, com base em temas de Liszt (Dante Period, Hell e Funerailles, por exemplo) e Wagner (Master Race e Rape, Pillage and Clap), Rick Wakeman consegue um trabalho, senão perfeito, bem adequado.

Isto, se tivermos presente o filme.

Um disco que ganha em vendas com quem vê o filme. O que, como banda sonora que é, se conclui que cumpriu a sua missão.

Disco Warner Brothers — 33 rotações. Música de Liszt, Wagner e Rick Wakeman. Arranjos de Rick Wakeman. Interpretações de Roger Daltrey.

● F.G.

UM FUNERAL DEMAGÓGICO

● "O Funeral do Patrão". Realização de Eduardo Geada. Interpretado por Artur Semedo, lo Apoloni, Ângela Ribeiro, etc. Produção portuguesa. Distribuída por Animatógrafo. Em exibição no Cinema Universal, de Lisboa.

Necessariamente que fazer cinema para a TV não é o mesmo que para as grandes pantufas. Em TV, a linguagem tem outro vocabulário, outra sintaxe, outra eficácia. Destina-se, de uma só vez, a atingir 4 milhões de espectadores e não 1000, deve fascinar variadíssimas parcelas de público, arrebatá-las e, mais do que isso, educá-las. Educá-las num sentido de informação e de formação, pedagogia essa que deve abranger não apenas os ângulos político e social mas, sobretudo, o estético. Deve mexer a pele, os sentidos, a imaginação e a razão desse telespectador com tantos rostos quantas sensibilidades. Mas, ao distraí-lo e ao emocioná-lo, deve simultaneamente cultivá-lo, sem teorizações nem demagogia. Não é de conceitos que aqui falamos mas de uma prática que há a executar com responsabilidade e profissionalismo.

"O Funeral do Patrão", de Eduardo Geada, foi um filme feito para a TV. Daí a óptica a ter em conta ao observá-lo como trabalho de cinema. Portanto, são dois níveis que utilizamos como senso de apreciação. Uma dupla focagem sobre a sua natureza e eficácia. Uma película que se desdobra do pequeno écran para a tela do Universal.

Enquanto televisão, o filme era decepcionante, maço, monocórdico e, pior do que tudo, uma autêntica lavagem ao cérebro no estilo de 24 de Novembro, de situações burlescas, melhor, em tom de palhaçada tão própria de certos movimentos de opção de classe. Farsa de costumes proletários tão em voga, em que a burguesia é um mal fascista. Basta! Já na TV vimos o suficiente. Este filme estaria certo como panfleto de propa-



ganda partidária, nunca como um trabalho que se integre nos modelos que atrás defendemos e estão ao serviço de uma democrática maneira de, chegando ao povo, o defender e promover cultural e recreativamente. "O Funeral do Patrão" é um filme tão a gosto de sectores que entendem a arte e a cultura como veículo de chantagem social e de golpismo. Aqui, alto! Temos de atacar seriamente a produção nacional que desvirtua o espírito adulto por que se luta. O cinema, como fenómeno de cultura que é, não pode estar ao serviço de partidos ou de correntes ideológicas. Tem de estar ao serviço do povo que serve, suprapartidariamente, livre como uma nódoa de água que baptiza os tecidos rigidamente tensos. E jamais ao serviço de qualquer ideário demagógico, forçador de opiniões e de comportamentos socioestéticos.

"O Funeral do Patrão", passado ao cinema (ou exposto como tal) enferma ainda mais de forma e conteúdo. Torna-se grotesco, insípido, malbaratado. Tecnicamente, a sua pobreza aflige, a sua concepção entristece-nos, o tratamento romanesco e de personagens, ruboriza-nos. O cinema português tem obrigações e uma ética a cumprir. De qualidade e de democracia. São, pluriforme, com dois únicos arquétipos — a arte e o homem. Cinema ao serviço do homem. Como um todo, uma dialéctica, um mergulho na sua unidade e contradições. Este filme de Eduardo Geada trai estes princípios universais.

● DÓRDIO GUIMARÃES

OS ABUTRES DO CINEMA

● "Abutres na Cidade". Realização de Peter Hyams. Interpretado por Elliot Gould, Robert Blake, Allen Garfield e Antonio Fargas. Produção norte-americana. Distribuída em Portugal por Rank, Filmes de Portugal. Em exibição no cinema São Jorge, de Lisboa.

É voz corrente dizer-se que, durante o tempo quente, as salas de cinema se esvaziam. E há bons motivos para

sustentar essa ideia. A capital despojava-se em virtude das férias, não apetece encerrarmo-nos num casarão por duas ou três horas, apesar do ar refrigerado, as próprias distribuidoras reservam uma programação com os filmes mais banais que adquiriram no decurso da época. Filmes destinados a modestas receitas de bilheteira. Portanto, neste período do ano, mentalizamo-nos para ver películas medíocres, assistidas por um público que podemos contar pelos dedos.

Porém, isto não corresponde, rigorosamente, ao que se passa. Senão vejamos: "Abutres na Cidade", produção caracterizada pela violência, enche sucessivamente a sala do São Jorge, não obstante o calor que se tem feito sentir. Em contrapartida, os dois filmes portugueses que estiveram em estreia nas salas do São Luiz e do Satélite não almejaram mais do que uma dezena ou duas de espectadores em cada das suas sessões. Logo, há algo que não bate certo. Ou melhor, um relance mais atento sobre o fenómeno confirma-o.

O nosso público, quer se viva o tempo de Verão ou o de Inverno, desacreditou-se do cinema português. Não o leva a sério. Ignora-o ou ridiculariza-o. E porquê? Errado supor-se que o hostiliza por um critério são, isento, justo. Não. Porque uma crítica feita por indivíduos marginais à causa vivida do cinema o predispuseram assim, manipulando-lhe a vontade, forçando-o a desprezar profundamente o que os nossos estúdios e os nossos profissionais praticam. Sim, porque se, antes, o nosso cinema era geralmente de péssima qualidade (salvaguardado um caso ou outro), nos últimos anos "cresceu" bastante, pelo menos ao ponto de não nos envergonhar junto das plateias estrangeiras e, muito menos, das nossas. Todavia, a grande maioria dos escrevinhadores de crítica



cinematográfica (que na sua quase totalidade nunca viram e tocaram uma câmara de filmar) dos nossos jornais prosseguem assanhadamente uma campanha de desprestígio das nossas fitas. Em vez de estimularem a reeducação

de um público e de o reconciliarem com a "prata da casa", que tanto se denodou em melhorar de qualidade, aticam-no e convidam-no a fugir dos seus centros de exibição. Mas há também os distribuidores que, seguindo os ventos propícios, se negam a promover os nossos filmes e, em vez disso, a eleger toda a mediocreira que vem lá de fora, não regateando escudos e, muito menos, propaganda. E muito mais ainda que não cabe dizer neste curto espaço de que disponho, mas muito apetecia dissecar. Posto isto, nada a fazer, por enquanto. Tudo a refazer no futuro. Aguardemos.

Caso típico do enunciado é este "Abutres na Cidade", filme a todos os títulos inferior e que envergonharia, positivamente, quem o fez, caso fosse português. No entanto, tecido em

torno do crime, da violência e do sexo, bem apoiado pela máquina que o distribui e inculca uma imagem atractiva, angaria salas cheias de um público nervoso e ávido de emoções fortes e passageiras. O que é preciso é impressionar a malta, mesmo que seja à balda. E se há, urgentemente, que repensar todo um cinema português, no sentido de, por mérito e recursos próprios, catuvar multidões e inflamar-lhes as atenções, há também que mobilizar todos quantos vivem na e da periferia do cinema no sentido de contribuirem eficaz e construtivamente na sua recuperação. O novo cinema português tem de erguer-se à custa de todos, num clima de confiança e de entusiasmo. Tudo em contrário disto é sabotagem.

● D. G.

QUE SE PASSOU EM TRÁS-OS-MONTES COM "TRÁS-OS-MONTES"?

Aconteceu antes da estreia em Lisboa do filme "Trás-os-Montes", de António Reis e Margarida Cordeiro. Foi em Miranda do Douro e em Bragança. Antestreias nos sítios que inspiraram a película. Para celebrar a terra que o motivou. Para saudar as gentes que o protagonizaram. Foi no seio transmontano que a contestação nasceu. Contestação com foros de repúdio. Repulsa de transmontanos por um filme que indignamente os retrata, segundo seu testemunho. Alguém, em Trás-os-Montes, não reconhece a sua província, considera uma provocação feita à sua natureza, ataca violentamente os autores que ertende terem falseado a sua realidade, moldando-a ao serviço de interesses em tudo estranhos às suas ansiedades. Da revolta, passa à agressão. António Reis não percebe, sente-se ultrajado (justa, injustamente?). Mas Trás-os-Montes não quer o filme, intenta destruí-lo. Ameaça fisicamente os autores.

Já se fala num litígio, melhor, num desacerto de opiniões entre António Reis e os departamentos estatais. Parece que o poeta-cineasta acusa-os

de falta de protecção, de ausência de medidas de segurança, de, inclusive, apoio propagandístico e de distribuição a um filme que vê, depois de tanto trabalho e de dedicação, lançado a esmo na capital e na província.

Nervosamente, António Reis queixou-se-nos de que já destruíram os negativos, sem precisar bem tamanha afirmação. Ficamos na perplexidade e na expectativa do que, na verdade, se está a passar com o seu "Trás-os-Montes". Qual a extensão dos acontecimentos? Qual a origem da barafunda estabelecida? Qual o alvo em que se tornou "Trás-os-Montes" e o que nele se pretende atingir? E, finalmente, que destino se reserva aos filmes portugueses que se concluem?

António Reis promete à Imprensa um "dossier" em que se dissecam o caso e sucessos do seu filme. Ficamos a aguardá-lo, com a inquietação que nos inspira a situação presente do cinema em Portugal. Vamos entrar, ainda, numa fase de debate ou avançamos as medidas concretas que se exigem?

BOMBEIROS NÃO QUEREM VIVER DO BAILE

As corporações de bombeiros voluntários estão ameaçadas de encerrar durante o dia, período em que funcionam no regime de trabalho pago. Passariam, assim, a desenvolver a sua actividade apenas durante a noite, das 21 às 8 horas, horário em que actuam exclusivamente os voluntários. E as consequências? ...

campo por salários insuficientes, quando noutra actividade podem auferir ordenados de subsistência. O fatalismo de ser-se bombeiro a qualquer preço acabou: os motoristas e maqueiros sentem-se, finalmente, capazes de se reconhecer, e exigir a categoria de trabalhadores como os outros.

“Nunca ganhei nisto um tostão, mas, se possível, perdi já todo aquele amor que tinha a este trabalho”, desabafou um jovem voluntário. Não sendo directamente afectado pelos problemas da classe dos eventuais, não pode, no entanto, deixar de observar os seus efeitos: os bombeiros efectuam o seu labor — pago — durante as doze horas diárias; após as 21, voltam ao quartel para receber as chamadas seguintes e trabalhar graciosamente. As

dezenas de horas — dias seguidos — de trabalho contínuo resumem-se a nada: a obrigação de voltar à hora de entrada ao serviço, para retomar o ciclo de voluntariado, inevitavelmente. Quer se morra de cansaço quer não, os voluntários são sempre poucos.

UMA LUTA E UM EXEMPLO

A luta dos bombeiros motoristas poderá revestir-se de aspectos caricatos, se imaginarmos as ambulâncias feitas doidas a transportar gratuitamente pessoas de um lado para o outro ou uma greve com as carros frente a um ministério. Mas, quando em causa está o serviço inestimável que os voluntários desempenham — mal pa-



gos, mal preparados, exaustos, e sempre prontos —, a guerra das ambulâncias grita tão alto como as suas sirenes.

Como exemplo prático, a corporação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda — respeitável agremiação que foi a primeira a lançar as suas mangueiras sobre fogos de Lisboa, há quase cem anos e por mandato régio. Ambiciosa, depauperada, desorganizada, lá anda ela circulando a sua cruz verde pela cidade.

“Saneado” um comandante, que dela “foi dono e senhor” nos 5 anos antes de 1974, os BVA viram-se há 2 anos com 13 500 contos de dívidas. Havia sido lançada a nova sede, ao lado da primeiríssima e diminuta secção que o infante D. Afonso fizera erigir, a 10 de Abril de 1880. Atarracada, mesmo assim continua sediada na Praça da Alegria, desde Outubro de 74. Com o 25 de Abril, foram-se os beneméritos, alguns também “saneados”, outros menos predispostos a aligeirar-se em vontades humanitárias que já não se viam.

Os serviços duplicavam, embora deva ter-se em conta que se considera frequente que, pelos feridos ou familiares, o pagamento muitas vezes não é feito. Na versão oficial, acaba-se não se sabendo a receita proveniente das ambulâncias. Mas os bombeiros garantem que se faz lucro, e bom.

Os sócios são poucos, cerca de 2 mil, e a quota de 10\$00 mensais. Em média, crê-se que diariamente se façam 30 conduções de feridos ou doentes.

Em termos financeiros, os BVA vêem-se a braços com uma realidade que nada acrescenta ao problema e, pelo contrário, o complica: antes do 25 de Abril, os ordenados mensais a pagar eram de 40 contos. Hoje são mais 44, não contando sequer com a tabela por que lutam.

Em termos médios, os BVA recebem mensalmente 13 contos de quotizações, 50 de pagamento do serviço de ambulâncias e pouco mais. Nos últimos 8 meses do ano passado, contaram ainda com 62 500 escudos mensais de subsídio do Ministério da Administração Interna, já então alerta-

do para o descalabro económico a que tendera o trabalho misto nas corporações de voluntários.

A tragédia da descolonização veio favorecer as finanças das instituições humanitárias portuguesas: com os retornados, os BVA quase duplicaram a sua receita de ambulâncias, de 75 em relação a 74 — 924 contos contra 541. Mas isso foi o episódio do desastre nacional em que este país estava metido. As verbas do IARN já não contam mais.

Por outro lado, somam-se aqui só despesas: os ordenados, uma discutível e discutida percentagem de 17 por cento que as corporações devem pagar à Caixa de Previdência (e que é alvo de controvérsia, pois as corporações não admitem a aplicação da designação de entidade patronal), os combustíveis, os sobressalentes, os arranjos mecânicos das viaturas, etc.; na gasolina os bombeiros gozam do privilégio de trabalhar com um “desconto” de 3\$50 por litro. É de lembrar que, por exemplo, a deslocação de um carro de fogo, a toda a pressa e a funcionar com todos os seus motores — alimentados a gasolina —, durante uma hora, fica por uns contos de réis bem contados. Serviço grátis, obviamente. Mas, pelo menos, porque não gasolina a preços humanitários? Os bombeiros fazem comparações desagradáveis e perguntam se andam a passear de “magirus” por esta terra afora, capacetes a postos.

O BAILE

Em termos organizativos, esta corporação acentua o caos imaginável: funcionando com uma comissão administrativa após o afastamento do comandante anterior, António Fernandes da Silva, é hoje presidida por Bernardo Silva, que acumula o título de comandante. Empossada para convocar a assembleia que deveria levar à eleição dos corpos gerentes, esta comissão administrativa mantém-se, por homologação do MAI, há dois anos. O actual comandante diz que “difícil se torna recrutar gente: talvez na província, mas em Lisboa as pessoas



não querem assumir responsabilidades”.

Neste meio-tempo, conseguiram-se subsídios da Câmara Municipal e do Ministério do Equipamento Social, que quase cobriram os 9700 contos que a sede custou. Hoje devem-se cerca de 200 contos.

Às sextas, sábados e domingos, os Bombeiros Voluntários da Ajuda contam com o seu baile. Deplorável, dizem eles, é que a clientela entre e saia tão sem selecção e que o ambiente seja típico da Alegria, que é nome da praça. Eles só esperam que o Verão leve as gentes para ares mais sãs — e os deixem em paz. Mesmo contando com os 87 contos rendidos nas danças do ano passado.

● L.R.

A situação, se não é nova, agravou-se fortemente no início deste ano. Alegando problemas financeiros, instâncias superiores retiraram subsídios que, provisoriamente, garantiram durante alguns meses os salários dos bombeiros que cumprem o horário de dia.

A crise verificou-se na sequência das actualizações de ordenados, após o 25 de Abril de 74. Os motoristas, anteriormente ganhavam 2500\$00 pela condução, tanta quanta a necessária, das ambulâncias e carros de fogo. Ficaram depois com 5750\$00, criando-se o ordenado de 4000\$00 para os maqueiros.

Actualmente, os motoristas constituíram um corpo de luta que pretende a aplicação da tabela salarial dos rodoviários, que estabelece 7500\$00 para motoristas e 6500\$00 para os maqueiros, aqui pretendendo-se equiparar esta “categoria” (inexistente e cuja designação implica a missão específica do transporte de macas) a classe de ajudantes de motorista. Esta questão não pode isolar-se por completo da problemática que afecta as corporações de bombeiros. Tem-se como principais “culpados” na desestabilização, ou como tal dita, do sistema de funcionamento das corporações o aumento de despesas e a manutenção de receitas, agravadas com perda de subsídios paralelos.

A questão é dramática: se não há dinheiro para manter uma equipa durante o dia, que garanta a assistência a feridos e fogos, o trabalho dos voluntários passará a efectuar-se, afinal, só durante o seu tempo livre. Parece impossível, de facto, a hipótese de angariar trabalhadores para este

A ÁFRICA TEM MEDO

Preocupações comuns afligem Félix Houphouët-Boigny e Henry Kissinger. Os soviéticos ameaçam estender o seu domínio à África: um perigo capital para a África do Sul e Rodésia.

De Cuba, posto avançado do mundo socialista, vem o seguinte desafio, feito por Che Guevara: "Para bater o imperialismo ocidental, provocaremos quantos Vietnãzes forem necessários."

Onze anos mais tarde tomba o próprio Che na Bolívia, um dos seus Vietnãzes, pelo qual sonhava abraçar o continente sul-americano. Mas foi em África que os cubanos, conquistando Angola, por conta dos soviéticos, venceram o Ocidente. Esta demissão assustou uma certa África: a dos "sábios". Aquela mesma África de Léopold Senghor e Houphouët-Boigny. O presidente da Costa do Marfim veio partilhar esta sua inquietação a Valéry Giscard d'Estaing. Como o fez perante Georges Suffer, do "Point", numa entrevista que publicámos, em exclusivo: "A menos que vós, europeus, não estejais fascinados pela URSS, é preciso acordar-vos, se é que já não é tarde, e se não vos conformais com palavras de *détente*."

Sobre esta palavra e respectiva filosofia, construiu Henry Kissinger a sua diplomacia, sabendo, porém, o alarmismo que daí poderá advir. Subitamente, o secretário de Estado norte-americano dedica duas semanas ao continente negro (antes de se encontrar no Eliseu com Valéry Giscard d'Estaing).

Ele queria acalmar os africanos e reconquistar a confiança que a política americana, desde Kennedy até Ford, tinha abalado. Só que, desta vez, para não deixar ao único campo socialista, como em Angola, o benefício do suporte aos movimentos de libertação, Kissinger conseguiu, contrafeito, mas

Kissinger e Julius Nyerere (Tanzânia)



À espera dos dias difíceis, mulheres rodesianas treinam-se no tiro ao alvo

firme, conduzir a América para o campo daqueles que querem abater o último bastião branco da África negra, começando pela Rodésia, antes talvez da África do Sul.

CILADA PARA 4 MILHÕES DE BRANCOS

"Vê bem o que dizes! Uma palavra a mais e será talvez amanhã um camião mais que saltará sobre uma mina." Este cartaz mostra bem o ambiente de guerra que se vive no Sudoeste da Rodésia; está colocado no bar do único hotel de Chipinga, pequena povoação

do Sudoeste rodesiano. O seu estilo e a presença de soldados envergando "camuflados", que entre duas cervejas se entretêm a jogar aos dardos dos "Pub's" britânicos, são, até 500 km de Salisbúria, os únicos sinais visíveis da presente insegurança que se vive no país.

Esta pequena cidade tipo "Far-West" é um índice da vida na Rodésia, tanto mais que está situada a poucos quilómetros da antiga colónia portuguesa de Moçambique, que recentemente fez a sua declaração de guerra ao regime de Ian Smith.

Um colono francês, Gérard Farge, ex-combatente em várias guerras terro-

ristas, proprietário, agora, de uma quinta perto do território moçambicano, disse-nos que "a minoria branca não se assemelha em nada aos portugueses apavorados e desmoralizados de Angola e Moçambique". Farge relatou-nos ainda a eficiência do sistema electrónico de alerta, que coloca todos os proprietários de 250 quintas em contacto directo entre si, e com uma central que comanda a entrada em acção dos helicópteros em 10 minutos.

O ataque de Fevereiro último, com foguetões, obrigou-os a novas precauções: projectores potentes, gradeamentos, o uso, até durante a noite, das suas próprias armas; e as parrelhas de sentinelas fornecidas pelos reservistas da Armada, rendidas de 18 em 18 dias.

tugueses.

Tudo passou a ser feito na Rodésia, e somente se raciona a gasolina. Os problemas económicos — dizem os rodésianos com optimismo — são os mesmos que os de qualquer país exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas.

As dificuldades foram-lhes duramente mostradas na Páscoa, quando os terroristas fizeram saltar a única linha de caminho-de-ferro que os liga à África do Sul. Outro problema que o tempo poderá concretizar é constituído pela dezena de milhar de guerrilheiros que, neste momento, recebem instrução cubana e soviética nos campos de Moçambique.

Esta situação faz com que os rode-

sianos mais esclarecidos apelem já para os seus vizinhos do Sul para que se defendam em bloco da invasão comunista.

Pelo contrário, a África do Sul, depois do exemplo português, prefere seguir outra política: em vez de criar mais um Estado revolucionário à sua volta, aconselha a transição pacífica para um governo negro moderado em Salisbúria. Enquanto a primeira solução poderia criar uma excitação perigosa nos seus "afrikaanders", a segunda dava-lhes o tempo necessário para fazer o arranjo social que se impõe dentro da sua própria casa.

A África do Sul resolveu intervir em Angola para protecção à barragem do Ruacaná. Com 1200 homens, os seus



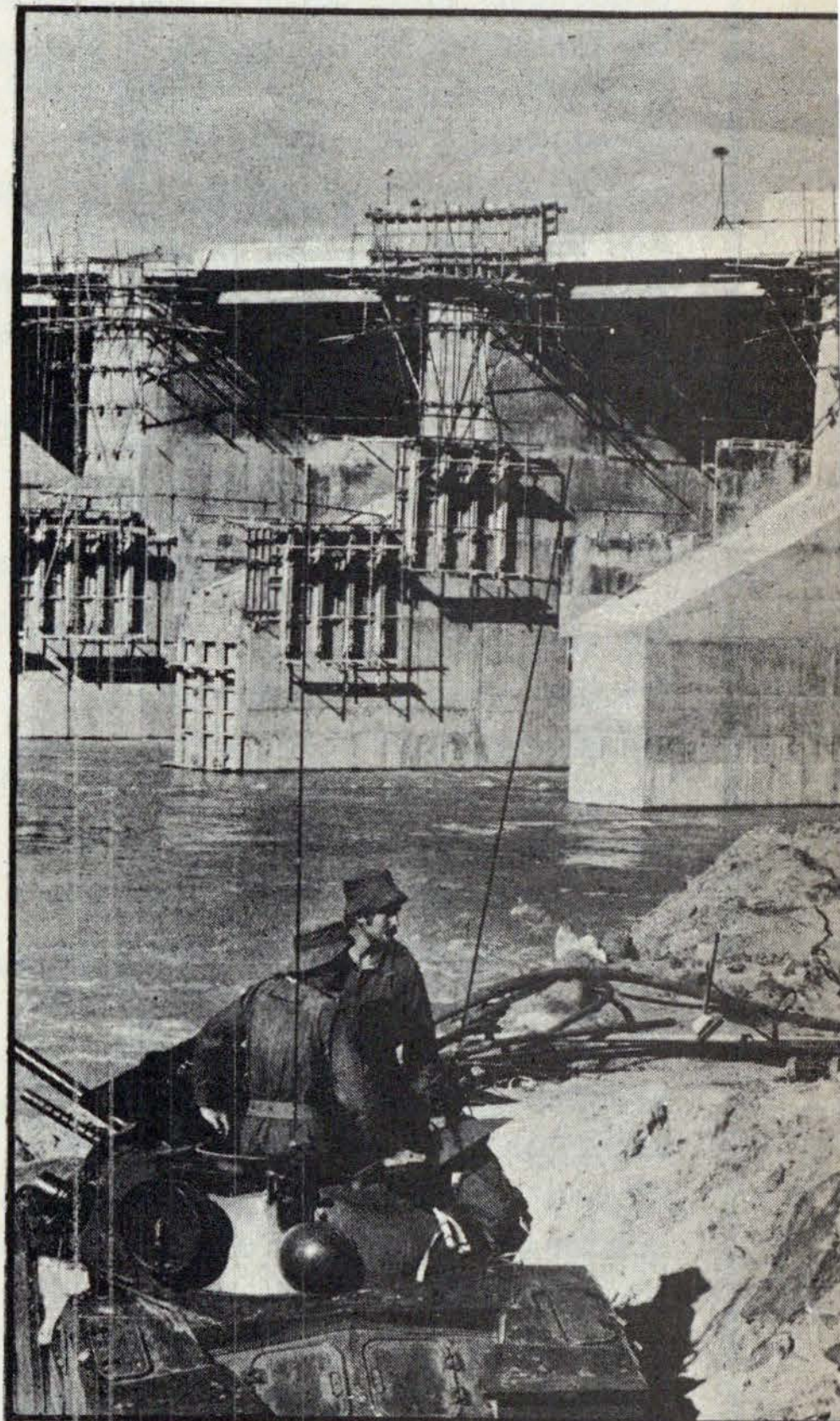
Evacuação de Angola: uma situação insustentável

Neste país em que a guerrilha se limita a operações de fustigação das zonas fronteiriças, é um factor importante a solidariedade entre os 280 mil brancos e a sua tenacidade tipicamente britânica. O seu moral, que lembra o existente em Londres durante a primeira guerra, explica não só a sua posição face ao terrorismo como a sua estóica resistência perante as sanções económicas impostas pelo resto do mundo, já há mais de dez anos.

O encerramento da fronteira de Moçambique estrangulou ainda mais a Rodésia, porque as correntes comerciais com a Beira e Lourenço Marques diminuíram muito com a partida dos por-



Félix Houphouët-Boigny, presidente da Costa do Marfim



A barragem de Ruacaná: "agressão sul-africana"

AML Panhard, que pela primeira vez se iriam defrontar com os T-34 soviéticos, e com o seu perfeito conhecimento do terreno. Em algumas semanas infligiram 300 baixas, das quais 87 cubanas, e 400 prisioneiros. Os comunistas foram repelidos para Luanda. Esta

Kissinger-Vorster AS GRANDES MANOBRAS



As grandes manobras quanto à África Austral desenrolam-se efetivamente entre Kissinger e Vorster, por muitas dúvidas que as reticências americanas ao encontro tenham deixado sugerir.

Muito ocupados com as eleições domésticas, os EUA fingiram convencer-se de que o tema África do Sul não entrava já na sua agenda sobrecarregada. Mas, terminadas as primárias, eis o eleito atento ao encontro do seu subsecretário com o maior das minorias brancas. E, com ele, o mundo.

Despertados para a questão do fortalecimento das posições sul-africanas, com a recente compra de transformadores nucleares de energia, os "falcões" europeus viram-se parcialmente defraudados nos seus negócios: os alemães queriam vender e não o conseguiram, acabando por receber a "bomba" em plenas mãos: a presença do parceiro que não conseguiram ter a subscrever linhas de crédito. À França coube aceitar a polémica que a venda dos transformadores ocasionou. Mas, para além da Mancha, outros desígnios se alevantam, e Simons-town continua pendente para o Ocidente, enquanto a tecnologia for britânica e a influência americana.

Perdidos os passos no pretexto curioso da troca de informações diplomáticas, a partir de Bona, John Vorster acaba discutindo questões prementes com Kissin-

ger. O "querido Henry" dificilmente explicará às recentes simpatias ganhas em África como combina duas opiniões tão antagónicas: à UNCTAD fez saber há pouco que é importante boicotar a África do Sul e as suas tentativas para manter o barco, já com navegação tão difícil, do entendimento supra-racial a favor da prorrogação da ordem branca em Pretória. A Vorster fará saber da permanente importância estratégica do Cabo da Boa Esperança, agora tão sujeito a ventos fortes de prometedora viragem do clima político. Porém, expor isso a Vorster será fácil, enquanto for tida como definitiva a influência ocidental em terras do Rand. A funda encrustrada no cotovelo de África está pronta a disparar, em qualquer altura, conforme as pressões forem sucedendo. E Vorster precisa saber — e também o mundo, à escuta — qual a direcção da pedra que lançará na ocasiãp certa.

Isso foi Kissinger dar a saber. O mundo já sabe da oportuna eclosão de confrontos ráticos tremendos, nestas duas últimas semanas, a marcar a saída do político do "apartheid". Sinais disso, houve-os, logo que se desenhou no calendário o presumível, e tão negado na altura, encontro dos dois pólos confluentes. Saber da força dessa massa lançada sobre o correr da história do continente africano, quando ela vem partindo por ricochete de muito longe, da ponta austral, sobre o esquema geopolítico mais vasto dum mundo também em manobras, será a última e resplandesciente parcela do "show" atirado à curiosidade dos espectadores e artistas, num momento de desorganização dos mundos empenhados em promovê-lo. ● L.R.

acção sul-africana não foi compreendida no resto do mundo como eles esperavam, mas razões de honra, disse M. Botha, "impedem-me de revelar que não foi tomada isoladamente, mas sim dentro do jogo que o Ocidente previra".

Mas a guerra em Angola levou outro curso: o Ocidente, pela boca dos americanos, recusava créditos militares, e



Na África do Sul: ressentimentos mútuos

para todo o mundo em Angola havia só uma "agressão sul-africana".

Abandonados, e com as suas forças a 3 mil quilómetros da base, os sul-africanos resolveram retirar e dificilmente perdoarão ao Ocidente.

O "APARTHEID"

Na África do Sul existe o "apartheid" ou desenvolvimento separado.

Há várias explicações para este fenómeno sociológico. A primeira é histórica, pois a zona era desabitada quando os pioneiros brancos aí se instalaram, vindo mais tarde os zulus, considerados e mantidos como estrangeiros. A segunda é de ordem demográfica, pois o aumento crescente da população negra, numa progressão mais acelerada, cria o medo no meio dos brancos. A terceira é de ordem religiosa: a tradição da Igreja Refórmita holandesa fá-

...os respeitar as tradições, tanto da Bíblia como do "apartheid".

Este problema gera situações chocantes, como por exemplo a de uma portuguesa branca, casada com um "afrikaander", os quais, sentados à mesma mesa de chá, são servidos de maneira diferente.

Nem todos os habitantes deste território vêem a solução do problema da mesma forma que o seu próprio governo. Uma recente sondagem do "Rand Daily Mail" dá 80 por cento dos seus leitores a desejarem uma abertura nas facilidades a conceder aos negros.

Parece que o sentimento de os negros se considerarem residentes temporários e portanto, obrigatoriamente passivos perante qualquer agressão à África do Sul, se modificou um pouco com as injustiças da ONU. Começam agora a tornar-se solidários com o seu país. Este episódio parece dar razão

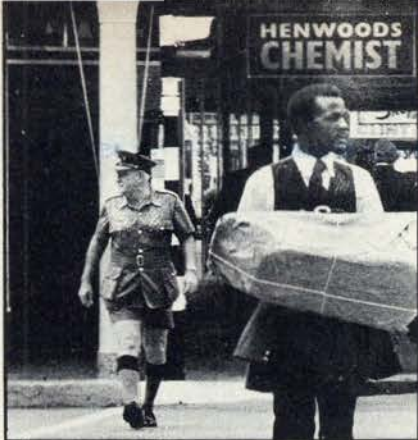


Gérard Farge: preparado para tudo

...aqueles que acreditam que antes de dar aos negros o direito de voto é preciso dar-lhes o direito de possuir terra, para terem o sentimento de haver qualquer coisa a perder.

Uma solução original para este problema racial parece ser a descoberta de criar no interior das suas fronteiras Estados negros independentes. No entanto, os negros contestam, chamando-lhes "reservas de indígenas".

O destino do último bastião branco da África negra não pode deixar de interessar ao Ocidente, que tem de se esforçar por encontrar uma solução original.



Em Salisbúria, capital da Rodésia: polícias por todo o lado

A África do Sul é hoje uma potente nação que interessa ter como aliado, e há a imperiosa necessidade de não cortar com o Terceiro Mundo. A União Soviética esforçou-se por criar este dilema da escolha, não tanto por desejar a África mas para asfixiar a Europa, ao cortar-lhe as principais fontes de aprovisionamento.

■ J. S. F.

Viaje com o seu carro de comboio

boa M
vid Lis
a Mad
Lisboa Madrid Lisboa
Madrid Lisboa Madrid
Lisboa Madrid Lisboa M
Madrid Lisboa Madri
d Lisb
oa Ma
drid L

Lisbo
a Mad
rid Li
sboa Madrid Lisboa M
Madrid Lisboa Madrid L
isboa Madrid Lisboa M
drid Lisboa Madrid L
oa Ma
d Lisb
Madri

AutoExpresso



Caminhos de Ferro Portugueses

Economia

OUTRA MEDIDA FALHADA

A liberdade de deslocação dos portugueses foi cerceada e o escudo sofreu uma sensível desvalorização no mercado negro logo que foi publicada a portaria que restringe as despesas turísticas dos adultos no estrangeiro a 7 mil escudos por ano.

A portaria insere-se numa série de medidas que têm vindo a ser tomadas para tentar reequilibrar a balança de pagamentos. Em 1974, os portugueses gastaram em viagens turísticas no estrangeiro 6,5 milhões de contos. No ano seguinte, as expectativas de grandes poupanças foram por terra, dado que a redução nos gastos foi de apenas 11 por cento e 5,5 milhões de contos saíram as fronteiras. "Para o corrente ano — diz o preâmbulo da portaria — os dados disponíveis não se mostram mais favoráveis."

Conclusão: a Secretaria de Estado do Tesouro (Santos Silva) achou que era chegada a altura de arrear caminho e de reduzir para 7 os 20 contos que podíamos gastar nas férias "lá fora". O dr. Oliveira Costa, do Bancó de Portugal, estudou o assunto com uma equipa de técnicos e, no dia 18, o Ministério das Finanças publicou a portaria 374-A/76 que restringe para um terço a capacidade (que já não era famosa) de deslocação, em recreio, dos portugueses no estrangeiro.

Um adulto pode levar 7, um adolescente 4 e uma criança 2 mil escudos. Ressalvam-se as viagens de trabalho, de negócios e por motivos de saúde.

O TRISTE PANORAMA

Esta portaria foi publicada quatro dias antes de o dr. Santos Silva, num discurso denso, ter explicado a pouca brilhante situação em que o País se encontra.

"Estima-se que em 1975 — dizia ele — o produto nacional tenha conhecido uma quebra de 3 por cento (...). Por outro lado o elevado nível de desemprego que o País já conhecia foi fortemente agravado com o regresso das ex-colónias de 200 mil militares e de 600 mil residentes". A taxa de inflação ter-se-á situado em cerca de 20 por cento, disse ainda o secretário de Estado que concordou que embora existam expectativas de rendibilidade, "ninguém deseja participar na criação ou desenvolvimento de uma unidade económica sem direcção nem responsáveis".

Depois de referir "os expressivos défices da balança de pagamentos", Santos Silva acabou por declarar que o seu equilíbrio "terá de constituir o objectivo prioritário porque dele depende a viabilidade futura do nosso país".

AS MEDIDAS DESAGRADÁVEIS

De entre as medidas tomadas para resolver a situação, Santos Silva enumerou várias delas: planeamento de um maior investimento nas infraestruturas; limitação da intervenção do Estado "às empresas que ameaçam encerramento"; publicação de um Código de Investimentos Estrangeiros; redução do consumo de bens importados através da taxaço; medidas tendentes a desincentivar as importações.

"Limitou-se do mesmo modo a realização de despesas de turismo — disse ele, no meio da exposição das medidas tomadas — e introduziram-se mais fortes restrições a negociação de escudos-nota no estrangeiro."

O secretário de Estado bem pediu a compreensão dos portugueses para todas estas medidas e, de entre elas, para aquela que restringe os gastos dos turistas, "atenta a nossa grave situação cambial".

— Lá pedir, pediu ele, mas no dia seguinte à publicação da portaria já muita gente se dedicava a estudar todos os escaninhos da lei na esperança de descobrir uma alínea que lhe permitisse "furá-la".

Imediatamente após a saída da lei, muitos pensaram descobrir nela a maneira de serem contemplados nas suas excepções.

Outra coisa, porém, aconteceu: o escudo tremeu ligeiramente fora do País. Mais uma vez. No mercado negro, em curto espaço de tempo, o marco alemão, que custava 14 escudos, passou a custar 16, e o dólar, que estava a 34, passou para 37\$50. Pequenas consequências, fatais em toda a parte, de todas vezes que se pretendem tomar medidas de relançamento da economia como as que parecem estar a ser tomadas em Portugal. No entanto, não falta já quem acuse a portaria de ser tendencialmente anticonstitucional na medida em que limita a liberdade de movimentos das pessoas — formalmente consagrada na Constituição — que no tempo dos romanos era apontada como exemplo de falta de liberdade política.

Não tanto, apesar de tudo, como os servos medievais, uma vez que os portugueses continuam a poder afastar-se da gleba nacional, embora só até uma distância de 7 mil escudos.

F. S.

MULTINACIONAL CHINESA?

Logo após a tomada de posse do V Governo Provisório, Silas Chou, em nome da Winsdor, empresa com fábricas em muitas partes do mundo e com sede em Hong-Kong, proprietária em Portugal da fábrica têxtil Valfar, teve, no Centro de Sociologia Militar, uma reunião com alguns responsáveis da política portuguesa de então.

Estiveram presentes, além do senhor

Chou, um representante do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, do Ministério da Coordenação Económica (a esposa do dr. Mário Murteira), economistas dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução, além do general Pinto Soares, Vasco Lourenço, Varela Gomes e outros.

A reunião, efectuada a pedido de S. Chou, serviu para este apresentar a posição da Winsdor em relação aos seus interesses em Portugal: Vvsto Portugal ter escolhido a via para o socialismo, o governo deveria nacionalizar a Valfar, empresa adquirida em 1973, por 100 mil contos.

No entanto, o representante da Winsdor prontificou-se a ficar à disposição do Governo até os gestores a nomear por este ficarem a par dos meandros da produção e comercialização internacional. Isto para que — frisou ele — não pudessem atacar o país de que ele pessoalmente era originário, a República Popular da China.

No relatório que apresentou na altura, a Winsdor declarava-se disposta a discutir qualquer proposta do Governo português com vista à nacionalização da Valfar, frisando, no entanto, que como firma comercial não estava no seu espírito continuar a suportar por muito mais tempo os prejuízos que depois do 25 de Abril somavam já 40 mil contos, impondo-se portanto uma nacionalização rápida da fábrica.

No mesmo relatório, onde estava exposto um estudo da situação dos mercados internacionais, previa-se um período de dois anos com prejuízos da ordem dos 2500 contos mensais, findos os quais, com a subida prevista de preços no mercado internacional, a empresa teria grandes perspectivas.

Isto foi o que se passou. E o que fez o Governo de então? Onde estão os relatórios e propostas apresentadas? Porém, há dias, a televisão, que é isenta e progressista (qualidade esta, aliás, que seguramente se irá acentuar depois da já concretizada reintegração dos golpistas do 25 de Novembro), difunde nos seus “écrans” uma notícia recolhida num plenário de trabalhadores, e que em resumo foi a seguinte:

“O administrador da firma têxtil Valfar, fábrica pertencente a uma multinacional chinesa, abandonou os

operários deixando-os em precária situação económica, nomeadamente com salários em atraso”.

É evidente que a televisão “pode” divulgar as opiniões dos operários com quem simpatiza, mas não venha depois o major Melo Antunes dizer que se ainda não se estabeleceu relações diplomáticas com aquele país comunista é por culpa da alguma imprensa e grupos pseudo-progressistas.

Melo Antunes e outros que tão indignados se mostram quando alguns jornais democráticos denunciam muito justamente o que se passa em Angola

ou os golpismos do PCP, ficam mudos esquelados perante as mentiras difundidas por outros órgãos de Informação que eles consideram progressistas, como é o caso da TV — o mais importante meio de comunicação social. Tanto mais que a notícia em questão, pela sua falsidade, não facilita em nada uma aproximação de um país, com o qual, pela posição que ocupa no contexto das nações, muito interessaria a Portugal manter relações de amizade ou, pelo menos, diplomáticas.

● J. A.

Greves

AS INCÔGNITAS DO MOMENTO

Há uma semana as eleições presidenciais estavam à porta. No campo do trabalho e, mais especificamente, das greves, uma novidade: a movimentação não cessou. Uma semana antes das eleições para a Assembleia da República as greves, algo preocupantes para certos sectores políticos, foram condenadas. De facto, o surto grevista então registado só podia ter uma explicação: desestabilização.

Para as forças democráticas, havia

que denunciar aquele surto como podendo servir para pescadores de águas turvas. O PCP jogava então na “maioria de esquerda” e, face à derrota sofrida no 25 de Novembro, era necessário manter um comportamento “educado”. As greves deixaram de constituir preocupação e desapareceram das páginas dos jornais durante a campanha eleitoral.

Há duas semanas, a impopular greve dos motoristas do Norte atingiu o seu



Função Pública: embrião de movimentos mais amplos?

O SECULO



**UMA
TRADIÇÃO**

**SERIEDADE
NA
INFORMAÇÃO**

**LIVRARIA
«O SECULO»**



ÚLTIMAS NOVIDADES LITERÁRIAS

REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

VISITE A NOSSA SECÇÃO INFANTIL E JUVENIL

SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS

LIVRARIA ENCONTRA-SE ABERTA DAS 9 ÀS 19 HORAS

RECEPÇÃO DE ANÚNCIOS

ROSSIO, N.º 23

nacional

< termo. Também a das autarquias locais, com muita gente protestando contra a acumulação dos lixos na via pública, cessou. Ambas as greves conseguiram para os trabalhadores a maioria das reivindicações em negociação. Já os caixeiros do distrito de Leiria foram derrotados. As fracas percentagens de adesão levaram as comissões de luta a suspender a greve ao fim de dois dias.

Transitaram para a semana seguinte as greves dos electricistas da construção civil, dos profissionais do ensino de condução, dos empregados do Instituto Nacional de Estatística e da Soda-Póvoa. Por outro lado, alguns conflitos anteriormente esboçados ameaçam iniciar a sua fase mais aguda. Assim acontece com os trabalhadores da função pública, os caixeiros e empregados de escritório do distrito de Castelo Branco e os professores da zona da Grande Lisboa. Na maioria — senão mesmo na totalidade — destes processos, encontram-se sindicatos ou comissões afectas à linha da Intersindical.

Relativamente às consequências imediatas que estas movimentações poderão ter no clima social, não se afigura poderem elas trazer algo de muito incisivo na orientação dos acontecimentos.

As eleições presidenciais e a forma como correu a campanha deixavam uma perspectiva totalmente diversa das anteriores para as forças encabeçadas pelo partido do dr. Cunhal. Octávio Pato encontrava-se em difícil situação para congregar um número de votos significativos. Por outro lado, não surgira outro candidato que, face à opinião pública, pudesse sustentar com êxito os votos do PC, abrindo ao mesmo tempo o caminho a uma desistência airosa por parte do candidato deste partido. Daí que a agitação no mundo do trabalho se tenha mantido dando uma certa força a quem parecia, nesse momento, desprovido dela não só em termos eleitorais como ao nível de preenchimento do cargo mais elevado dentro das instituições portuguesas. A utilização desta agitação e os termos em que ela hse fará são as incógnitas do momento.

■ J.M.



COLEÇÃO



**o valor estratégico
do governo das esquerdas**

um livro importante

A ALTERNATIVA DA ESQUERDA ITALIANA

PDUP / II. Manifesto

INICIATIVAS EDITORIAIS

À VENDA
NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIDORA
O SÉCULO



europcar
rent a car



contauto